Organizador: **Samuel de Jesus**

A INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA: O CASO DE BRASIL E PERU

DIMENSÕES HISTÓRICAS, POLÍTICAS, CULTURAIS E AMBIENTAIS.

editora UFMS

Organizador: **Samuel de Jesus**

A INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA: O CASO DE BRASIL E PERU

DIMENSÕES HISTÓRICAS, POLÍTICAS, CULTURAIS E AMBIENTAIS.

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL

Obra aprovada pelo
CONSELHO EDITORIAL DA UFMS
Deliberação Nº 16, DE 05 DE JUNHO DE 2020

EDITORA UFMS
Chefe da Divisão
Elizabete Aparecida Marques

Conselho Editorial
Rose Mara Pinheiro (presidente)
Além-Mar Bernardes Gonçalves
Alessandra Borgo
Antonio Conceição Paranhos Filho
Antonio Hilario Aguilera Urquiza
Elisângela de Souza Loureiro
Elizabete Aparecida Marques
Marcelo Fernandes Pereira
Nalvo Franco de Almeida Jr
Rosana Cristina Zanelatto Santos
Ruy Caetano Correa Filho
Vladimir Oliveira da Silveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Divisão da Editora UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

A integração sul-americana: o caso de Brasil e Peru. Dimensões históricas, políticas, culturais e ambientais. [recurso eletrônico] / Samuel de Jesus. – Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2020.
1 arquivo 2.056 kb

Formato: digital
ISBN 978-65-86943-10-8

1. Integração latino-americana. 2. Brasil – Relações exteriores. 3. Peru – Relações exteriores. I. Jesus, Samuel de.

CDD (23) 327.81085

Elaborada pela Bibliotecária Lilian Aguilar Teixeira CRB 1/2448

Organizador:
Samuel de Jesus

A INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA:
O CASO DE BRASIL E PERU

DIMENSÕES HISTÓRICAS, POLÍTICAS, CULTURAIS E AMBIENTAIS.

Campo Grande - MS
2020

editora UFMS

© dos autores:
Samuel de Jesus
Iêda Valquiria Magalhães
Carlos Prado Filho
Isabel Rossi
Adriana Cardosos
Rogério Campos

1ª edição: 2020

Projeto Gráfico, Editoração Eletrônica
TIS Publicidade e Propaganda

Revisão
A revisão linguística e ortográfica
é de responsabilidade dos autores

A grafia desta obra foi atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 1º de janeiro de 2009.

Direitos exclusivos
para esta edição

Divisão da Editora UFMS - DIEDU/AGECOM/UFMS
R. UFMS, 2-114 - Vila Olinda, Campo Grande - MS, 79050-010
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Fone: (67) 3345-7203 - Campo Grande - MS
e-mail: diedu.agecom@ufms.br

Editora associada à

ISBN: 978-65-86943-10-8
Versão digital: junho de 2020.

SUMÁRIO

Prólogo: A Política Externa Peruana na Administração Pedro Pablo Kucinsky (2017)
Samuel de Jesus (Organizador) 06

Prefácio: Dependência Procurada e Dependência Achada por ser desejada
Enrique Amayo Zevallos 13

Integração bioceânica do Brasil através dos estudos amazônicos de Euclides da Cunha
Iêda Valquiria Magalhães 48

Religiosidade em José Carlos Mariátegui e a Teologia da Libertação: em busca de uma narrativa contra hegemônica para a América Latina
Adriana Cardoso 72

Os primeiros impactos da Rodovia Interoceânica Sul na Amazônia Peruana: entre a expectativa de Desenvolvimento e Integração Regional e a realidade da Mineração Ilegal de Ouro em Madre de Dios
Carlos Prado Filho 97

Sistema de vigilância da Amazônia: uma retrospectiva histórica
Isabel Cristina Rossi 133

A Geopolítica da água: a cooperações entre Brasil e Peru
Samuel de Jesus 156

A expansão nociva do empresariado brasileiro no Peru
Rogério Pereira de Campos 172

PRÓLOGO

A POLÍTICA EXTERNA PERUANA NA ADMINISTRAÇÃO PEDRO PABLO KUCINSKY (2017)

Samuel de Jesus (Organizador)

A administração Pedro Pablo Kuczynski, também chamado de PPK, esteve no âmbito interno sob a ameaça do fujimorismo. É o fujimorismo representado por Keiko Fujimori, ex-candidata à presidência e filha de Alberto Fujimori, considerado um autocrata. Em 05 de abril de 1992, Alberto, dissolveu o Congresso Peruano, fechou o poder judiciário, Ministério Público, Tribunal Constitucional e o Conselho da Magistratura. Acusado de perseguir e assassinar os seus opositores através dos militares. Em 2009 a Suprema Corte do Peru o considerou culpado por graves violações dos direitos humanos e sua sentença foi 25 anos de prisão. O temor era de que se Keiko chegasse ao poder poderia conceder indulto ao pai. Este acontecimento favoreceu a vitória de Pedro Pablo Kuczynski por 50,12% contra 49,87% de Keiko.

O fujimorismo corresponde ao fortalecimento da extrema direita no mundo (vide o caso da França de Marine Le Pen que disputou o segundo turno com Immanuel Macrom). Keiko era uma versão sul-americana desta vertente. Na encruzilhada política, o Peru escolheu Kuczynski que contou inclusive com o voto anti-fujimori da esquerda de Verónika Mendoza que ficou em terceiro lugar. PPK representa uma guinada sul-americana à direita neoliberal de matizes políticos similares à Macri e Temer. Este fato indica que apesar da vitória de Lenin Moreno, no Equador, a esquerda se encontra em franco declínio político no hemisfério e seria definitivamente o fim do ciclo do chamado novo populismo.

PPK, apesar de ter contado com uma base parlamentar de apenas 17 deputados, conseguiu aprovar seus projetos e não existia em 2017 um movimento contra sua administração (além dos partidários de Keiko), mas também não possuía uma agenda governamental bem definida. A gestão Kuczynski tentou uma aproximação com os países cujos governos eram considerados politicamente de Direita, dentre eles Mauricio Macri na Argentina e Juan Manuel Santos na Colômbia e Michel Temer no Brasil. Nos seus primeiros dias de Governo prometeu expulsar a empreiteira brasileira Odebrecht do Peru. Foi o primeiro presidente da América do Sul a visitar o presidente estadunidense Donald Trump (24.02.2017) e disse para ele que *prefere pontes a muros* ao se referir à promessa de Trump de construir um muro separando EUA e México. Trump começou a se aproximar da América do Sul através de Kuczynski.

O Peru é um parceiro estratégico do Brasil, pois oferece o caminho mais curto geograficamente para a bacia do Pacífico, região de imensas potencialidades econômicas. Em comum também possuímos a bacia do rio Amazonas e, em 2013 iniciamos cooperação entre as agências de águas de Brasil e Peru para a gestão conjunta dos seus recursos hídricos. No âmbito da UNASUL o Peru sempre foi um parceiro confiável. PPK visitou o Brasil em 2017 e disse que Temer seria uma boa saída para a América do Sul.

A primeira visita de Estado do então Presidente do Peru Pedro Pablo Kuczynski foi a China (12 de setembro de 2016). Tentou fazer com que esta Parceria Transpacífica fosse uma prioridade de sua administração. Em 2016 o Governo Chinês tinha anunciado a construção da *ferrovia transoceânica.* Esta ferrovia teria início no Porto de Açu no Rio de Janeiro no Brasil, passaria pelos Estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rondônia, Acre fazendo a integração entre a ferrovia norte-sul ao Pacífico via Peru.

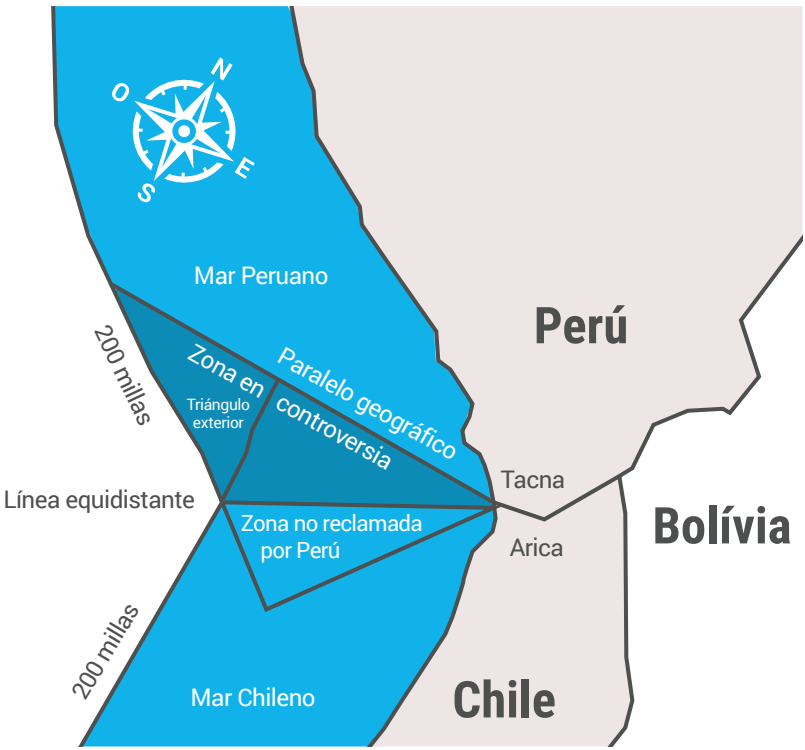
Em 21 de novembro de 2016, apenas dois meses depois, o Peru recebeu a visita do líder Chinês Xi Jinping que participou da Cúpula de Cooperação Ásia-Pacífico (APEC) ocorrido em Lima. Na ocasião afirmou que a China pretendia ocupar o espaço deixado pelos Estados Unidos no Tratado de Associação Transpacífico, assim enfatizando a necessidade da construção da ferrovia, pois uniria Brasil, Bolívia e Peru. O ministro de comércio Gao Hucheng, na ocasião, mencionou o incremento do Tratado de Livre Comércio com o Peru. Na primeira metade de 2016 o volume comercial entre os dois países tinha alcançado 7.191 milhões de dólares. É preciso considerar que em 23 de janeiro de 2017, nos primeiros dias de seu mandato, o recém empossado presidente Donald Trump assinou uma ordem executiva que retirava os Estados Unidos do Tratado de Associação Transpacífico. Em reação a este fato, o Governo Xi Jinping declarou que a China pretendia fazer uma parceria econômica ampla com os países pertencentes a esta associação.

PERU E CHILE NA RESOLUÇÃO DAS CONTROVÉRSIAS RELATIVAS AO "MAR PRESENCIAL"

Os presidentes, Michelle Bachelet do Chile e Pedro Pablo Kuczynski do Peru se encontraram no dia 07.07.2017 para a criação do Gabinete Binacional entre os dois países e a celebração de mais de cem acordos em cerimônia realizada no Salão Dourado na Casa de Governo. Estavam presentes 23 ministros chilenos e 17 peruanos. O acordo mais importante se refere ao *"mar presencial",* reivindicado pelo Chile desde 1990. Região marítima na qual o país afirma possuir o direito de proteção ao meio ambiente marinho, acesso aos recursos pesqueiros, pesquisas científicas e área de segurança. Essa área foi estabelecida pela lei 19.080/1991 e sua dimensão corresponde a, aproximadamente, três vezes o território chileno. Contestações sobre as dimensões do mar são

parte dos contenciosos existentes entre Peru e Chile. Existe uma zona de controvérsia que forma um triângulo marítimo, assim como podemos observar no mapa abaixo:

Imagem 2: "Mar presencial: área de disputa entre Chile e Peru"



Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mapa_Per%C3%BA-Chile_para_mostrar_los_Limites_Mar%C3%ADtimos_en_La_Haya_2012.png

SAÍDA DE PPK

Sobre a atuação da Operação Lava Jato no Brasil e Peru, sobretudo, no que se refere à atuação das megaempresas brasileiras e seus dirigentes, acusados de corrupção em conluio com políticos, inclusive ex-presidentes que foram presos. O ex-presidente PPK foi alvo desta operação da Justiça em sua versão peruana. Ocorreu a denúncia de que suas empresas de consultoria teriam recebido propina da Construtora Norberto Odebrecht, isto quando era Ministro da Economia no Governo Alejandro Toledo. Foi aberto, contra ele, um processo de impeachment que não foi capaz de removê-lo do poder, pois obteve maioria no parlamento favorável à manutenção de seu mandato. Posteriormente foram reveladas que esta maioria foi conseguida através da compra de votos favoráveis no processo. Diante destas revelações e a abertura de um novo processo, PPK renunciou em 21.03.2018.

A operação da justiça peruana que gerou o primeiro processo de impeachment sobre o Governo PPK é uma extensão da *Operação Lava Jato* brasileira. Sobre isto é preciso dizer que em 2019 o site *The Intercept* divulgou uma série mensagens do aplicativo *Telegram* e gravações obtidas de maneira ilegal, colocaram em xeque a lisura desta operação. Os conteúdos destas gravações não foram negados pelos juízes e promotores da Força Tarefa da *Operação Lava Jato.* Inclusive existe um julgamento de suspeição em relação às decisões do Juiz Sergio Moro, especificamente no caso do Ex-Presidente Lula. É preciso considerar também que em 2019 foi feita uma auditoria no Banco de Desenvolvimento Social e Econômico do Brasil (BNDES) para encontrar a famigerada *caixa preta* do banco, mas a auditoria não revelou nenhum desvio de recursos ou qualquer tipo de ilegalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Relações Exteriores. **Declaração da segunda reunião do Grupo de Lima sobre a situação na Venezuela – Nova York, 20 de setembro de 2017.** Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17482-declaracao-da-segunda-reuniao-do-grupo-de-lima-sobre-a-situacao--na-venezuela-nova-york-20-de-setembro-de-2017 Acesso em: 03 abr. 2019.

CHANCELERES da América se reúnem para discutir crise na Venezuela. **G1,** Rio de Janeiro, 08 ago. 2017. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/chanceleres-da-america-se-reunem-para-discutir-crise-na-venezuela.ghtml Acesso em : 03 abr. 2019.

COMO a Odebrecht e vídeos sugerindo compra de votos levaram à queda do presidente do Peru. **G1,** 21 mar. 2018 Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/como-a-odebrecht-e-videos-sugerindo-compra-de-votos-levaram-a-queda-do-presidente-do-peru.ghtml . Acesso: em 03 abr. 2019.

ELEIÇÕES de governadores na Venezuela serão realizadas em 15 de outubro. **Agência Brasil,** Brasília, 12 set. 2017. Disponível em:https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-09/eleicoes-de-governadores-na-venezuela-serao-realizadas-em-15-de . Acesso em: 03 abr. 2019.

FUJIMORI. **EBC**. Disponível em: http://www.ebc.com.br/fujimori .Acesso em: 03 abr. 2019.

JIMÉNES BARCA, Antonio. Qué es el 'caso Odebrecht' y cómo afecta a cada país de América Latina. **El País,** 09 fev. 2017. Disponível em: http://internacional.elpais.com/internacional/2017/02/08/actualidad/1486547703_321746.html?id_externo_rsoc=TW_CC . Acesso em: 14 fev. 2017.

MADURO expulsa encarregado de negócios do Peru da Venezuela. **Revista Exame,** 11 ago. 2017. Disponível em: https://exame.abril.com.br/mundo/maduro-expulsa-encarregado-de-negocios-do-peru-da-venezuela/. Acesso em: 03 abr. 2019.

LE Monde Diplomatique. fevereiro de 2009, edição 19. Disponível em: http://diplomatique.org.br/edicao-19/. Acesso em: 14 fev. 2017.

PARAGUASSU, Lisandra. Kuczynski vê bom momento na América do Sul com Temer. **Revista Exame,** 20 set. 2016. Disponível em: https://exame.abril.com.br/brasil/kuczynski-ve-bom-momento-na-america-do-sul-com-temer/. Acesso em: 03 abr. 2019.

PERÚ rechaza cualquier amenaza al uso de la fuerza en #Venezuela. [Peru], 12 ago. 2017. Twitter @CancillelriaPeru. Disponível em: https://mobile.twitter.com/CancilleriaPeru/status/896421810463440896 . Acesso em: 03 abr. 2019.

PPK presidente del Peru en China setiembre 2016. [S.l.: s.n.], 2017. 1 vídeo (13 min.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=YiZCQhsf0MQ . Acesso em: 03 abr. 2019.

PRESIDENTE Kuczynski: primer gabinete binacional Perú-Chile concluye con más de 100 acuerdos. Lima, 2017. Disponível em https://www.presidencia.gob.pe/noticias/5837 . Acesso em : 03 abr. 2019.

RODRIGUES, Alex. Países do chamado Grupo de Lima não reconhecem Constituinte venezuelana. **Agência Brasil,** Brasília, 19 ago. 2017. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-08/paises-do-chamdo-grupo-de-lima-nao-reconhecem-constituinte-venezuelana . Acesso em: 03 abr. 2019.

ROSSI, Clóvis. Denúncias ligam Odebrecht a líder da oposição e quatro presidentes do Peru. **Folha de São Paulo,** São Paulo, 01 dez. 2017. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/12/1939822-denuncias-ligam-odebrecht-a-lider-da-oposicao-e-quatro-presidentes-do-peru.shtml . Acesso em: 03 abr. 2019.

TRUMP telefona para o presidente do Peru para falar sobre a crise na Venezuela. **G1,** 07 maio 2017. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/trump-telefona-para-o-presidente-do-peru-para-falar-sobre-a-crise-na-venezuela.ghtml . Acesso em: 03 abr. 2019.

PREFÁCIO

DEPENDÊNCIA PROCURADA E DEPENDÊNCIA ACHADA POR SER DESEJADA

Enrique Amayo Zevallos, PhD[1]

> 'O futuro do Brasil está ligado ao do Peru e o futuro do Peru está ligado ao Brasil. Um cordão umbilical nos une como um feto', disse Lula, que previu 'um futuro com muitas décadas frutíferas' para a aliança estratégica [Brasil-Peru].[2]

---

[1] Livre Docente, Professor MS 5.3. Professor de História Econômica e Estudos Internacionais Latino-Americanos - Departamento de Economia - DE e Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCS. Núcleo de Pesquisas sobre o Pacifico e Amazônia – NPPA. Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Araraquara UNESP. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais "San Tiago Dantas"- UNESP – UNICAMP – PUCSP (PPGRI-UNESP-UNICAMP-PUCSP). Aposentado, continua como Professor Voluntário dessas instituições desde o ano 2014. Membro do Instituto de Estudos Histórico Marítimos do Peru - IEHMP. Currículo Lattes http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783952P3 E-mail: eazamayo@fclar.unesp.br. Agradeço minha esposa Genny Cemin de Amayo pela correção do português deste Prefácio.

[2] "Com 10 anos de aliança estratégica, Peru e Brasil ainda têm muito a fazer". http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/06/com-10-anos-de-alianca-estrategica-peru-e-brasil-ainda-tem-muito-a-fazer.html. Globo. Atualizado em 05/06/2013.

1. INTRODUÇÃO

O livro do Prof. Dr. Samuel de Jesus é importante porque é uma contribuição à pequena bibliografia brasileira direcionada a pesquisar as *relações não sempre equitativas* mantidas pelo Brasil com os outros países sul– americanos, neste caso com o Peru desde os anos 1990s; o livro demonstrará que uma das consequências da Operação Lava Jato - OLJ foi tornar evidente esse tipo de relações.[3] Como peruano, sinto-me honrado por ter sido convidado pelo professor Samuel para escrever o prefácio. É também uma honra que os autores dos capítulos do livro, excetuando Carlos Prado Filho, tenham sido meus orientandos no Programa de Pós--Graduação em Sociologia (desde 2013, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) da Faculdade de Ciências e Letras – FCL do Campus de Araraquara da UNESP. Carlos, Doutorando do Programa de Pós-Graduação "San Tiago Dantas" da UNESP-UNICAMP-PUCSP, solicitou que eu fosse seu orientador, mas não pude aceitar devido a que no fim de 2013 aposentei-me e desde então continuo fazendo pesquisas também no Peru e nos Estados Unidos.

Os autores escreveram os capítulos levando em conta suas pesquisas desenvolvidas para dissertações ou teses que serão mencionadas posteriormente. Foram meus orientandos (exceto Carlos, mas fui membro de sua banca de qualificação) razão pela qual sei que são pesquisadores sérios, empenhados em construir carreiras profissionais a partir de princípios éticos, um elemento a mais para que seja uma honra escrever o prefácio.

---

[3] Aqui não é possível aprofundar este assunto ainda que a brasileira OLJ tenha gerado impactos internacionais, alguns muito fortes no Peru, mas no momento em que se escreve este prefacio ela sofre o ataque dos investigados, principalmente políticos com poder; esperamos que continue a existir pelo bem do Brasil, Peru etc.

2. CONTEXTO

As relações não equitativas do Brasil com o Peru tornaram-se especialmente evidentes quando Fernando Henrique Cardoso (Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, Presidente do Brasil de1994 a 2002) utilizou todos os meios para defender, na reunião da Organização de Estados Americanos - OEA (Windsor, Canadá, 4-6/06/2000), o reconhecimento internacional[4] da *legitimidade* da terceira eleição de Alberto Fujimori. A eleição fora considerada como *ilegítima* pela maior parte da população peruana e observadores internacionais. Essa defesa internacional consolidou o que Fujimori provavelmente negociou em suas constantes viagens a Brasília, num período de três anos, feitas para solucionar o conflito bélico do Peru com Equador (Janeiro-Fevereiro1995), resolvido finalmente em 27/10/98.[5] Assim esse cidadão japo-

[4] Folha de S. Paulo informou que desde o inicio do ano 2000 o governo brasileiro foi o principal aliado de Fujimori evitando que ele fosse punido pela OEA pela suposta fraude cometida por ele para se "re - eleger". Ver: "FHC ajudou a conseguir refúgio para Montesinos". *Folha de S. Paulo,* São Paulo, 25/09/2000.

[5] As datas mencionadas (desde esse conflito até a reunião Windsor) mostram que a política de FHC era sistemática o que significa que tinha interesses especiais no Peru o que fica ainda mais evidente quando se sabe que, na situação crítica gerada nesse país pela mencionada "re - eleição" de Fujimori, o Brasil participou *diretamente de maneira discreta, característica brasileira de conversações importantes,* segundo declarações de Luis Felipe Lampreia, Ministro de Relaciones Exteriores de FHC. Ver: *O Estado de S. Paulo,* 07/06/ 2000.

[6] Pela constituição peruana só os nascidos no país podem ser Presidentes da Republica e até agora não se esclarece se Fujimori nasceu no Japão. Sabe-se que quando fugiu do Peru, levando no avião presidencial quase 100 enormes malas cheias do que roubou, seu destino final era o Japão onde solicitou exílio sendo atendido de imediato e nacionalizando-se japonês. Terminou formando parte do partido de extrema direita japonês pelo qual se candidatou a Senador. Ele fugiu em 13/11/2000, aproveitando o fato de participar oficialmente da Cimeira de Brunei do Tratado de Cooperação Econômica Ásia - Pacifico do qual o Peru é membro; não retornou pois de Brunei se encaminhou a Tóquio de onde renunciou por fax à Presidência. Ver: "Alberto Fujimori abandonó el Perú y fugó a Brunei hace 16 años". *La República,* Lima, 13/11/2016. Sobre o nascimento de Fujimori no Japão e como se tornou peruano ver: Vargas Llosa, M. *Cinco Esquinas.* Editorial Alfaguara, Lima, 2016: 230-1.

nês[6] que governava o Peru abriu esse país quase ilimitadamente ao capital transnacional brasileiro e isto é tema de vários artigos.[7] Com seu baixo padrão moral (sabe-se no Peru que mandou torturar até sua esposa, que discordava de seus malfeitos, e que finalmente enlouqueceu). Fujimori terminou em dívida pessoal com FHC o que leva a imaginar que, o comprometido nessas conversas discretas, foi determinante para abrir ainda mais o caminho para relações não favoráveis para o Peru como deixa evidente a OLJ. A predominância brasileira, não só em relação ao Peru, se efetivaria através do projeto de FHC *Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana* - IIRSA lançado por ele e os outros 12 Chefes de Estado da América do Sul (com destaque para Fujimori), em Brasília em 31/08/2000. Isso daria a largada para a grande festa de multinacionais brasileiras corruptas, especialmente empreiteiras chefiadas pela Odebrecht, que poderiam contar, como ficará claro depois, com o financiamento quase ilimitado do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e com a cobertura da IIRSA[8] ou não. Grandes empreiteiras entraram também nos outros pa-

---

[7] Como exemplos: Amayo Zevallos, E. "¿Por que apoya Cardoso a Fujimori?. Fujimori y el Gobierno del Brasil". *Socialismo y Participación,* No. 88. Lima. Centro de Estudios para la Participación y el Desarrollo (CEDEP), 2000, pp. 17-24; "Fernando Henrique Cardoso, Alberto Fujimori y la solución del conflicto con Ecuador". *Perú Hoy. El Quinquenio Perdido. Crecimiento con Exclusión.* DESCO – Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo, Lima, 2011, pp. 101-121. Trabalhos que tornam evidente que FHC tinha grande interesse no Peru de Fujimori já que além do Embaixador ele tinha um *representante especial* que o mantinha informado sistematicamente sobre os acontecimentos nesse país.

[8] O projeto IIRSA foi, por ambicioso, muito mal concebido e por isso terminou fracassando.Em 2011 foi incorporado como Foro Técnico de outra instituição de características similares, o Conselho Sul-Americano de Infra - Estrutura e Planejamento - COSIPLAN. Depois se dará informação que pode explicar porque foi ambicioso.

íses da América do Sul.[9] Por exemplo, foi parte da IIRSA a Estrada ou Rodovia Interoceânica (conhecida também como Estrada ou Rodovia Transoceânica) relevante para os brasileiros porque o Brasil está no Oceano Atlântico e tem acesso apenas a esse oceano sendo portanto *mono – oceânico.* Assim, por *concessão* do Peru através dessa estrada, o Brasil teria saída para Oceano Pacífico, eixo da economia mundial atual. A Transoceânica não tem a mesma importância para o Peru porque, além de estar no Pacífico, pelas regras internacionais que orientam os sistemas de rios compartilhados, como é o caso do sistema amazônico, desde a década de 1860 o Peru tem *por direito* acesso ao Atlântico sendo assim um país bi – *oceânico.*

A política de FHC, de predominância sobre AS, não mudou com Lula, mas ao contrário, aprofundou-se com sua política conhecida como Sul – Sul.[10] Desta forma, por seu primado estratégico no Pacifico sul – americano (*Punta Balcones* é o território mais ocidental de nossa sub–

---

[9] "Humala, Toledo, Lula...: La lista de los ex presidentes con problemas legales [VIDEO]. Ex mandatarios latinoamericanos han sido vinculados o son investigados por Lava Jato. También hay ex jefes de Estado cuestionados por otros casos". *El Comercio,* Lima, 14/07/2017. Na lista aparecem 5 Presidentes peruanos, 5 do Brasil, 2 da Argentina, 2 de El Salvador, 1 do México e 1 da Colômbia vários deles investigados pela OLJ por corrupção envolvendo a Odebrecht. Ver também: "Desde el EXILIO. Por Fernando Villavicencio Valencia. Audios de Odebrecht sobre coimas al vicepresidente Jorge Glas confirman sus documentadas denuncias" *Caretas,* Lima, 10/08/17. Trata de corrupção do governo de Correa no Equador que não aparece na lista acima. **"El presidente Juan Manuel Santos es llamado a rendir versión libre por el 'caso Odebrecht'.** Deberá acudir ante el Consejo Nacional Electoral por presuntas irregularidades en la financiación de la campaña presidencial 2014". *El País,* Madrid, 20/04/17; Santos também não aparecia nessa lista.

[10] O que fica evidente na revisão bibliográfica realizada por pesquisadores que "indica que a política brasileira de cooperação Sul-Sul aponta - além de objetivos altruístas – para o interesse em somar ao *status* de potência economicamente emergente, ganhos na posição política do país no cenário internacional." Ver: Ullrich, Daniela Regina; Volkmer Martins, Bibiana y Machado Carrión, Rosinha. *A Cooperação Sul-Sul como Estratégia de Política Externa Brasileira: análise dos governos Lula e Dilma.* Trabalho apresentado no XXXVII Encontro da Associação Nacional de Pesquisas em Administração – ANPAD, Rio de Janeiro 7-11/09/2013.

região) o Peru terminou como Sócio Estratégico do Brasil.[11] A nota 11 mostra que as relações do Brasil com o Peru eram ótimas. Especificamente entre Humala e Lula elas eram tão intensas que poderia dizer-se que terminaram *irmanados* pela Odebrecht.[12] Como se sabe, na atualidade Humala (e sua esposa Nadine Heredia) estão presos em Lima por ter recebido esses US$ 3 milhões. E Lula já está condenado[13] a 9 anos e 6 meses de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro (mas até a

---

[11] "LIMA, 05 Jun 2013 (AFP) - Dez anos após firmar uma aliança estratégica, Peru e Brasil ainda têm muito a avançar em sua integração comercial e de infraestrutura, disseram ... em Lima, o presidente peruano, *Ollanta Humala, e o ex-presidente brasileiro, Lula...* no Fórum 'Dez anos de Aliança Estratégica Brasil-Peru', do qual participaram funcionários e empresários de ambas as nações. Humala considerou que as trocas comerciais entre Lima e Brasília ainda 'são insuficientes... '.Lula,... opinou que a aliança estratégica ainda tem quase tudo para ser feito. 'A relação Brasil-Peru alcançou 10% do potencial que pode alcançar. Hoje as oportunidades de investimentos do Brasil no Peru são enormes... ', afirmou Lula, que assinou a aliança estratégica *com o então Presidente... Toledo (2001-2006) ...* e lembrou que, em 2011, foi concluída *uma ponte na fronteira amazônica, ... que permitiu concluir a rota da Rodovia Inter - oceânica, ...* O presidente peruano ...deixou claro que os acordos comerciais e de associação *devem incluir transferências de tecnologia e conhecimento.* 'O futuro do Brasil está ligado ao do Peru e o futuro do Peru está ligado ao Brasil. Um cordão umbilical nos une como um feto', disse Lula...". "Com 10 anos de aliança estratégica, Peru e Brasil ainda têm muito a fazer". http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/06/com-10-anos-de-alianca-estrategica-peru-e-brasil-ainda-tem-muito-a-fazer.html *Globo.* 05/06/2013. As itálicas são do autor; provavelmente Lula chegou a esse Foro, que tinha como convidadas a empresas brasileiras, num avião da Odebrecht já que existe farta informação que trata das relações muito próximas dessa empresa com Lula; ver exemplo na nota seguinte. Importa notar que Lula participou nesse Foro quando não tinha nenhum cargo oficial, mas participou em igualdade com o Presidente peruano Humala o que leva a perguntar: a quem realmente representava Lula? Ao Brasil? E porque Humala aceitou dar - lhe de fato o status de Presidente?:

[12] "… según la declaración … el ejecutivo de Odebrecht, Jorge Barata, … proporcionó … US$ 3 millones, supuestamente, para la campaña presidencial del 2011 del Partido Nacionalista [de OH]… los fondos salieron del famoso Departamento de Operaciones Estructuradas –el de las coimas [de Odebrecht]- y *el entonces presidente Lula da Silva fue quien aprobó la 'donación'.*" "Risas y Samba". Caretas, Lima, 23/02/17, p. 15.

[13] "A condenação de Lula da Silva. O líder petista, em vez de alimentar pretensões de voltar à Presidência da República, deve antes acertar as contas com a Justiça". O Estado de S. Paulo. 13/07/17.

data deste prefácio, 31/08/17, está indiciado em mais outros 5 processos) sendo uma das corruptoras a Odebrecht.[14] O anterior é importante para explicar porque empresas multinacionais brasileiras como Odebrecht usaram a posição estratégica do Peru e influenciaram as mais altas esferas do poder para transformar Lima na sede de seus negócios corruptos[15] na América Latina, chefiados por Jorge Barata.[16] Essa informação torna evidente que multinacionais brasileiras, entre outras; Odebrecht, com negócios no Peru (principalmente empreiteiras), tinham o apoio de muitos políticos ansiosos por abrir-lhes as portas como Fujimori, Alejandro Toledo (hoje foragido da justiça peruana e morando nos Estados Unidos), Alan García, Humala,[17] tal vez até Pedro Pablo Kuscynscky,

---

[14] "Ex presidente de Odebrecht reveló haber pagado 4,15 millones de dólares a Lula da Silva. El ex mandatario brasileño figura en las planillas que registran los sobornos de la empresa Odebrecht bajo el código de 'amigo', según declaró Marcelo Odebrecht a la justicia de su país". *La República,* Lima, 10/04/17. Ver: goo.gl/q6bzK4

[15] "Según desveló el ex directivo Hilberto Mascarenhas en su declaración a la Justicia, el grupo Odebrecht, la mayor constructora de Brasil, pagó 3.370 millones de dólares en sobornos entre 2006 y 2014." "MARACANAZO..." *Caretas,* Lima, 20/04/17

[16] "… Ricardo Boleira, … de Odebrecht .. nombrado en marzo del 2013… luego de que Barata, desde Lima, pasara a supervisar las de toda la región a través de la empresa Latinvest " Ver: "El Colaborador 03. Ricardo Boleira sucedió a Jorge Barata al frente de los negocios de Odebrecht en el Perú. Hoy complica al gobernador chalaco [del Callao] Félix Moreno." *Caretas.* Lima, 6/04/17

[17] Mas a Procuradoria Peruana poderia estar acobertando a filha de Fujimori, Keiko (candidata derrotada nas eleições peruanas de 2016 para Presidente), o partido de Alan García Ação Popular Revolucionaria Americana – APRA e outros segundo a informação seguinte: "… sabemos que Marcelo Odebrecht ordenó que se entregaran 3 millones de dólares a Ollanta Humala y… que le indicó a Jorge Barata 'dale más' a Keiko Fujimori para esa elección; que escribió una anotación electrónica para 'Aumentar Keiko para 500…'; que 'probablemente' también contribuyó con la campaña del Apra, y quizá con alguna más… casi todas estas informaciones (con excepción… de la de Ollanta Humala), fueron ocultadas por la fiscalía peruana que… perpetró un encubrimiento". "Abrir Secretos. Escribe Gustavo Gorriti. Como los superintendentes dependían de él, Mameri [de Odebrecht] tuvo y tiene el conocimiento de quiénes fueron sobornados, por cuánto, para qué y cuándo, desde México hasta Argentina. Y, por supuesto, en el Perú". ". *In:* GORRITI, Gustavo. LAVA-JATO PERU. ABRIR SECRETOS. In: IDL REPORTEROS: 17.08.2017.

além do apoio de grandes empresas peruanas, entre outras a *Graña y Montero,* felizes por participar dos negócios.[18]

Relações assim mostram que o Brasil *procurava* a dependência e a achou no Peru porque ali era *desejada.* Como vimos o governo de FHC incentivou a *Dependência Procurada.* Nos anos de 1970 FHC, como sociólogo, foi um dos Teóricos da Dependência e olhando pelo retrovisor, para ele provavelmente não foi difícil "teorizar" já que se *tratava de criticar outros,* ou seja, as potencias capitalistas centrais em relação à América Latina. A *Dependência Procurada* continuou nos governos do Partido dos Trabalhadores (Lula 2003-2010 e Dilma Rousseff 2011-2016) *que sendo de esquerda* e por principio *teria que estar contra toda* dependência. É obvio que FHC e o PT foram hipócritas e interesseiros. E os presidentes peruanos que *desejaram* a dependência foram oportunistas e servis. Isso porque como mostra a OLJ, essas relações eram custosas e tinham que ser muito bem pagas, e não apenas no caso peruano. O eixo que liga e movimenta a *Dependência Procurada* e a *Dependência Achada* se chama *corrupção* e neste caso a escala foi gigantesca. Os casos são muitos e os dois a seguir ilustram essa realidade.

---

[18] Isto pode se verificar graças à grande informação disponível sobre esses assuntos existente no Brasil e Peru; exemplos: "Por Partida Doble. PPK declaró como testigo ante dos fiscales por el caso Odebrecht. AGP pasa a condición de investigado. PPK respondió a Castro y Abia. García y posible tráfico de influencias". En: http://caretas.pe/sociedad/78705-por_partida_doble; "Janot pede para investigar Dilma, Lula e cinco ministros de Temer. Procurador Geral da República pediu investigação contra ex - presidentes, Eliseu Padilha, Moreira Franco, Gilberto Kassab, Bruno Araújo e Aloysio Nunes, além de Palocci e Mantega" En:http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,lista-de-janot-cita-cinco-ministros-e-os-presidentes-da-camara-e-senado,70001699436; "Prisión Preventiva para Toledo.... Esta es la segunda sentencia de prisión preventiva que recibe Alejandro Toledo. La primera por el Caso Odebrecht… ". *Caretas,* Lima, 17/04/17. "Accionista de Graña y Montero. Documentos bursátiles descubiertos por este semanario demuestran que Jorge Barata llegó a tener 10,800 acciones de su socia peruana". *Hildebrandt en sus Trece.* Lima, 7/04/17: p. 7.

Primeiro caso. O Projeto Sistema de Vigilância da Amazônia - SIVAM, gerado pelo sistema de defesa brasileiro e controlado por sua força aérea – FAB. Esse assunto será tratado no capítulo *Sistema de* Vigilância da *Amazônia: uma retrospectiva histórica.* Mas cabe aqui informar que a inauguração do SIVAM foi feita por FHC em 25/07/2002 e o PT, que chegou ao poder pouco depois em 01/01/2003, em seus 14 anos no governo não fez nada para mudá-lo. O SIVAM *deixou de existir* no âmbito da realidade da política brasileira e da mídia nacional e internacional. Tanto assim que o *New York Times* enviou jornalistas para levantar informação sobre a situação atual da Amazônia na Bolívia e no Brasil e na longa reportagem publicada por esse jornal quando se refere ao Brasil menciona, por exemplo, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE *mas jamais o SIVAM.* Isso quer dizer que ninguém no Brasil os referiu ao SIVAM instituição que em tese deveria ter a informação que procuravam esses jornalistas, ou seja, que novamente o desmatamento avançava empurrado pelos gigantes da agro-indústria da soja.[19] Sendo assim o SIVAM não está logrando os objetivos que justificaram sua construção (como controlar o desmatamento da Amazônia, o tráfico de drogas através das fronteiras amazônicas etc.) e então não serve muito embora o Brasil ainda esteja pagando cerca de US$ 5,5 bilhões pela sua construção e certamente gostaria de encontrar outros parceiros que ajudem a pagar a salgada conta. Peru seria um desses.

O SIVAM (ou seja: sua tecnologia, know how etc.) está à venda e, no caso do Peru, seria feita através do projeto da Força Aérea Peruana – FAP denominado Sistema de Vigilância Amazônico e Nacional – SIVAN[20]

---

[19] Tabuchi, H. y Rigby, C. "Deforestation Roars Back. Cargill and other food giants are pushing deeper into the Amazon". *Sunday Times.* The New York Times.Nueva York, 26/02/17.

[20] Para informação sobre o SIVAN ver: goo.gl/rMMM4t.

que até no nome indica as já mencionadas *Dependências.*[21] Existe um acordo entre Brasil e Peru que abre as portas para essa venda já que "A Força Aérea do Peru tem a responsabilidade de executar as ações que se precisem para levar enfrente o Memorando de Entendimento entre Peru e Brasil, e desenvolver o Sistema de Vigilância Amazônico e Nacional – SIVAN…" (Ver: goo.gl/rMMM4t).

A nota 11 relacionada com o Fórum 'Dez anos de Aliança Estratégica Brasil-Peru' mostra que nas conversas entre Humala e Lula ficou claro o interesse pela transferência de tecnologia ao Peru provavelmente para o SIVAN. Se isso foi tratado não interessa diretamente a este trabalho, mas cabe mencionar que pelo Projeto SIVAN o Peru teria que pagar a "ninharia" de una *"inversión inicial de $1,000 MDD"* (investimento inicial de US$ 1 bilhão; Ver: goo.gl/rMMM4t). Note-se que essa quantidade era *inicial* ou *apenas para começar* já que, como se verá no segundo caso, esse número com o tempo tenderia a subir "miraculosamente" como é costume entre as empresas brasileiras e suas associadas peruanas.

Segundo caso: a mencionada Estrada Transoceânica que também será abordada em outros capítulos deste livro. Aqui importa informar que foi construída por quase todas as grandes empreiteiras brasileiras, associadas a suas similares peruanas, destacando-se a maior do Brasil, Odebrecht, em aliança com a equivalente peruana *Graña y Montero.* Originalmente, segundo fontes oficiais seu custo seria de US$ 810 milhões mas pulou finalmente a US 2.8 bilhões[22] (fontes mencionadas em ou-

[21] Estes assuntos foram aprofundados no trabalho: Amayo Zevallos, E. "Proyectos SIVAM brasileño y SIVAN peruano: ¿para proteger la Amazonía o la Nación? ¿La copia pude ser mejor que el original malo? Y algunas experiencias con postgrados en el Perú y Brasil". *Perú Hoy. El Arte del Desgobierno.* DESCO – Centro de Estudios de Promoción y Desarrollo, Lima, 2017: 423-444. DESCO é a sigla do Centro de Estudos de Promoção Desenvolvimento, uma instituição da sociedade civil peruana similar ao CEBRAP brasileiro.

[22] Megale,B.; Casado, L. "Peru tem novas empreiteiras sob suspeita". *Folha de S. Paulo,* São Paulo, 30/01/17.

tras partes deste livro dão cifras maiores) a serem pagos quase totalmente pelo Peru. O autor incluiu no final deste *Prefácio* uma foto que, na sua opinião, sintetiza bem a felicidade dos representantes da *Dependência Procurada* e a *Dependência Achada.*

3. A IMPORTÂNCIA DOS CAPITULOS A SEGUIR

O que mencionamos até aqui tem relação com os assuntos tratados nos capítulos deste livro. Mas alguns pontos de cada capítulo devem ser destacados o que se fará a seguir.

O primeiro capítulo *Integração bi-oceânica do Brasil através dos estudos amazônicos de Euclides da Cunha* foi redigido por Ieda Valquiria Magalhães.[23] É relevante já que demonstra que um autor essencial para a conformação da consciência nacional brasileira como é Euclides da Cunha já estava consciente, no início do Século XX, de quão importante seria para o Brasil ter uma saída no Oceano Pacífico. Para Euclides a saída teria de ser *através de uma ferrovia como um caminho de paz.* Esta sua concepção sem dúvida era avançada já que na atualidade os estudos demonstram que o trópico úmido, como é o território que conforma a Amazônia e que teria que atravessar-se para ir do Brasil até o Pacífico, é muito frágil e por isso nele as ferrovias geram impactos mínimos se comparados com os produzidos por estradas.[24] Como caminho de paz porque no tempo em que Euclides escrevia isto, na primeira década do

[23] Autora da Dissertação de Mestrado: Amazônia e o Pacífico em Euclides da Cunha. No centro da história? 2005. Programa de Pós Graduação em Sociologia – PPGSO – Faculdade de Ciências e Letras – FCL Campus de Araraquara – Car. UNESP.

[24] Sobre esse assunto ver: Amayo Zevallos, E. "Da Amazônia ao Pacífico cruzando os Andes. Interesses envolvidos na construção de uma estrada especialmente dos EUA e Japão". Estudos Avançados. Revista do Instituto de Estudos Avançados, São Paulo, vl. 7, n. 17, 1993, p. 117-69.

Século XX, era preciso estabelecer-se as fronteiras entre Brasil e Peru (o que ocorreu definitivamente em 1909 com vantagem para Brasil graças a seu *trabalho de inteligência*). Euclides era membro chave da comissão brasileira que, junto com a peruana, demarcaram essas fronteiras. Por isto ele sabia que havia uma situação que poderia levar a conflito bélico e sua proposta foi construir uma saída ao Pacífico, mas através de uma ferrovia que teria que ser um caminho para a paz. Ieda recupera bem os textos *(A Trans-Acreana e O Primado do Pacífico)* onde Euclides expõe as idéias que acabamos de mencionar bem como sua visão sobre possíveis conflitos futuros com Estados Unidos no Pacífico. Estes conflitos seriam devido a um *Despertar do Oriente* sob a hegemonia do Japão o que infelizmente acabou acontecendo não em seu tempo, mas depois, na Segunda Guerra Mundial.

Felizmente nunca houve conflito militar entre Brasil e Peru e, embora quase um século depois, transformou-se em realidade a saída para o Pacífico, não através de uma ferrovia como era seu desejo, mas de uma destrutiva estrada como se mostrará adiante.

O segundo capítulo *Sistema de* Vigilância *da Amazônia: uma retrospectiva histórica* é de Isabel Cristina Rossi.[25] É muito importante porque permite entender porque o SIVAM tornou-se um projeto falido. Foi criado para ser o olho eletrônico da Amazônia brasileira e para isso teria 17 antenas de radares de varredura funcionando 24 horas por dia além de 8 aviões EMB 145 com sensores e radares etc. Seus objetivos: efetivo controle do espaço *aéreo* amazônico, combate ao contrabando e tráfico

[25] Autora da Dissertação de Mestrado: SIVAM: um caso de dependência tecnológica, 1990-96. 2003. Programa de Pós Graduação em Sociologia – PPGSO – Faculdade de Ciências e Letras – FCL Campus de Araraquara – Car. - UNESP.

pelas porosas fronteiras amazônicas[26], monitoramento ambiental para o controle do desmatamento etc. Isto seria uma possibilidade única para que a ciência e tecnologia brasileiras fossem utilizadas amplamente dando um grande salto enfrente, como proposto pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC. Mas nada disso aconteceu: em julho de 1994 foi entregue sem licitação à empresa RAYTHEON de EUA. Esta empresa tinha muita experiência com tecnologia bélica, mas nenhuma em assuntos relacionados com ambientes como o amazônico. O processo (que terminou com a inauguração do SIVAM em 25/07/2002) foi marcado por denúncias de malfeitos extraordinários. Se então houvesse juízes como Sergio Moro e uma OLJ, funcionários de primeiro nível, como o Assessor direto de FHC Julio César dos Santos, provavelmente teriam ido para a cadeia. Também a concepção do projeto era ruim levando em conta, por exemplo, seus radares, sobretudo os que ficavam na fronteira do Brasil com os outros países amazônicos especialmente os Andinos. Tais radares poderiam invadir os territórios desses países o que poderia levar a reclamações internacionais. A mais importante contribuição do trabalho de Rossi foi demonstrar a pouca transparência de tudo que se relaciona com o SIVAM, especialmente seus custos. Ela mostrou que oficialmente havia para esse projeto US$ 1 bilhão e 375 milhões mas, em realidade eram cerca de US$ 1 bilhão e 772 milhões. Todavia levando em conta as condições do financiamento, ao terminar de pagar (em 18 anos, ou seja, em 2020) o Brasil teria entregue quase US$ 5,5 bilhões ou aproximadamente 3 vezes seu custo inicial. Isso e outros argumentos dados por Rossi explicam porque o projeto não deu os resul-

[26] Em relação ao tráfico de entorpecentes o SIVAM fracassou totalmente como é possível concluir da informação seguinte. Para Ricardo Soberón, ex Presidente da instituição oficial peruana Comissão Nacional para o Desenvolvimento e Vida sem Drogas – DEVIDA, Peru é o primeiro produtor mundial da matéria prima da cocaína sendo que os Estados Unidos são o principal mercado e Brasil o segundo. Ver: Sánchez León, A. "El VRAEM es el verdadero país de todas las sangres". Quehacer, DESCO Lima, 2014.

tados esperados pois na *atualidade quase ninguém sabe de sua existência* e se houvesse existido uma OLJ naquela época provavelmente muitos de seus realizadores teriam sido incriminados. Apesar disso houve a tentativa de vender esse imprestável projeto a outros, inclusive ao Peru.

O terceiro capítulo *A Geopolítica da Água: as Cooperações entre Brasil e Peru* foi redigido por Samuel de Jesus[27] e cabe destacar que seu conteúdo e espírito coincidem totalmente com o título do livro. Nesse capítulo importa enfocar a afirmação de que o Brasil deveria compartilhar as *decisões sobre o destino* do rio Amazonas com os outros países que em conjunto possuem a Bacia Amazônica no seu total. Estes são os países *independentes* Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela e também a Guiana Francesa, com status *colonial* pois é uma *colônia* da França. É bom lembrar que o Amazonas, junto ao sistema de rios que o conformam, é naturalmente internacional e, portanto mudanças em seu/s percurso/s (exemplo a construção de grandes barragens para hidrelétricas feitas na parte que pertence a cada um desses países) podem gerar impactos negativos que poderiam levar a conflitos.[28] Samuel lembra que uma decisão unilateral do Peru quanto ao rio Amazonas, país que controla suas nascentes localizadas na Alta Amazônia especificamente no andino Monte Mismi de quase 6.000 metros sobre o nível do mar, poderia ter impacto negativo no volume e qualidade da água nas partes baixas *a jusante,* ou seja no Brasil, cuja porção amazônica é *exclusivamente baixa* (de 300 a 0 m.s.n.m.). Em relação ao rio Amazonas a posição do Brasil é 100% diferente da que tem quanto ao rio da Prata, es-

---

[27] Autor da Tese de Doutorado: Gigante pela própria natureza: as raízes da projeção continental brasileira e seus paradoxos. 2012. Programa de Pós Graduação em Sociologia – PPGSO – Faculdade de Ciências e Letras – FCL Campus de Araraquara – Car. - UNESP.

[28] Ver: Amayo Zevallos, E. "Apresentação: Brasil e o Mito da Água". In A Amazônia e o Pacífico Sul-Americano e sua importância para o Brasil. Cultura Acadêmica Editora. FCL- UNESP, Laboratório Editorial, 2008, p. 9-15.

pecificamente em relação a um de seus formadores, o rio Paraná, do qual controla as partes estratégicas ou altas *(a montante)*. Por isso, ao construir a Usina Hidrelétrica de Itaipu, Brasil conseguiu uma vitoria geopolítica fulminante sobre Argentina já que, no caso de conflito bélico, abrir as gigantescas comportas dessa barragem alagaria territórios vitais localizados a jusante nesse rio.[29] Isto explica porque, quando Itaipu começou a operar, a Argentina a qualificou de *Bomba Hídrica.* Samuel concorda com a ideia de que o Sistema Amazônico teria que orientar-se pelo princípio adotado para rios de curso internacional denominado de *Responsabilidade Compartilhada que* significa que qualquer obra de infraestrutura feita por um dos países que compartilham o rio *devem ter o acordo consensual dos outros que o compartilham.*

Samuel também trata dos já mencionados vínculos entre SIVAM e SIVAN orientados pelo Decreto Lei No. 1427/04 do Brasil que ratificou o Protocolo de Entendimento Brasil – Peru sobre Cooperação para a Proteção e Vigilância da Amazônia. Por esse Protocolo o Peru se obrigava a comprar os meios tecnológicos e logísticos de que precisava para lograr os fins mencionados.

Ele relembra um dos momentos de grande esperança para o processo de integração sul- americana quando oficialmente se apresentou a iniciativa para criar a União de Nações Sul-Americanas – UNASUL em Cuzco em 09/12/2004. Infelizmente a UNASUL na atualidade parece estar em crise já que, por exemplo, sua participação é quase nula para resolver a dramática situação da Venezuela. Mas por que estaria acontecendo essa crise? A provável explicação está no fato de que a partir de

[29] Tema tratado por Yahn Filho, Gallo A. Conflito e cooperação na Bacia do Prata em relação aos cursos d ãgua internacionais (de 1966 a 1992). 2005. Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais "'San Tiago Dantas" – UNESP – UNICAMP – PUCSP. Dissertação de Mestrado: Orientador: Amayo Zevallos, E.

28/04/11 apareceram outros atores no processo de integração que, tal como antes do lançamento da IIRSA por FHC no ano 2000, *não se limitavam à América do Sul.* Nessa data nasceu em Lima *a Aliança do Pacífico- AP* conformada por quatro países como *membros fundadores: três sul - americanos* (Colômbia, Chile e Peru) e um *centro e norte - americano* (México); além disso tinha outros como *observadores* (os *centro - americanos* Costa Rica e Panamá) ou seja, *latino - americanos.*

Interessa sublinhar que tanto a UNASUL como a AP nasceram no Peru. Então, porque o nascimento da AP terminou enfraquecendo a UNASUL? Samuel dá uma provável explicação ao lembrar que em relação a Segurança e Defesa Lula tinha políticas contraditórias. A nível interno, quando Presidente, Lula aprovou a Estratégia Nacional de Defesa para *revitalizar a indústria de material bélico do Brasil* (que incluía a conhecida "compra do Século" de 36 aviões,[30] o submarino atômico em construção com a participação da Odebrecht[31] etc.). Mas a nível externo, na sua viagem ao Peru em novembro 2009 *apoiou a proposta desse país para estabelecer um Protocolo de Paz e Segurança entre os membros da UNASUL.* Estes países se comprometeriam a cortar anualmente 3% de seus gastos em armamento por 5 anos e a estabelecer um corpo similar aos Capacetes Azuis das Nações Unidas para casos de problemas regionais etc. Brasil e os outros países da UNASUL transformaram a proposta peruana em realidade na reunião de Quito do Conselho de Segurança da UNASUL (27/11/09). Assim o governo Lula com uma mão internamente promo-

[30] "Os governos brasileiro e sueco assinaram nesta terça-feira 25, em Londres... o contrato de financiamento no valor de US$ 5,4 bilhões para a compra de 36 caças Gripen NG, da empresa sueca Saab". *Brasil finaliza compra de 36 caças suecos. Segundo o Ministério de Defesa, os caças atenderão as necessidades da Força Aérea Brasileira pelos próximos trinta anos.* Carta Capital. – Agência Brasil, 25 ago. 2015.

[31] Lima, S. y Corrêa, H. "20.000 léguas de propina no projeto do submarino brasileiro. O maior projeto militar da história do Brasil, com custo previsto em R$ 32 bilhões, abasteceu o PT e até a conta do 'Amigo' Lula". Época, 10 maio. 2017.

via o fortalecimento do aparelho bélico brasileiro (via transferência de tecnologia) *e com a outra mão, internacionalmente,* se comprometia a promover a paz via desarmamento etc.

Levando em conta o anterior seria possível estabelecer a hipótese seguinte: essa política de Lula, cínica, pois mantinha posições totalmente contraditórias assumidas não às escondidas senão á luz do dia, foi entendida claramente por políticos de sua mesma linhagem como é o caso do então Presidente do Peru Alan García. Para Garcia promover a mencionada política de paz era *seu projeto pessoal sonhado para promover-se internacionalmente.* Nesse sentido para ele ficou claro que, apesar dos poderosos interesses comuns com "o amigo" Lula este entrava em tudo, *com una mão e com a outra também,* ocupando todos os espaços e resultando *não confiável,* pois não deixava lugar para outros. Então, não foi por acaso que em Lima e com Alan García no poder tenha aparecido a Aliança do Pacífico que no Brasil, com razão especialmente pelo PT, foi entendida como um desafio à sua política Sul – Americana e Latino – Americana, ou seja, à sua *política Sul - Sul.*

O quarto capítulo é de Carlos Prado Filho[32] e aborda um assunto essencial: o reconhecimento feito por FHC em seu livro *A Arte da Política* de que a concepção da IIRSA, formulada em seu governo, foi do *empresário* Eliezer Batista que assim poderia ser chamado *pai* desse projeto. É importante levar em conta que essa concepção trabalhava não com *polos* senão com *eixos de desenvolvimento* (ou faixas de territórios a conectar-se). Esse empresário, desde começos dos anos 60, serviu todos os governos, democráticos ou ditatoriais, sempre como Ministro ou em cargos

[32] Doutorando. *A Rodovia Interoceânica e a 'febre do ouro" em Madre de Dios: a desgovernança no caminho para a integração regional da fronteira amazônica entre Brasil e Peru.* Título provisório, tese em andamento. 2018. Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais "'San Tiago Dantas" – UNESP – UNICAMP – PUCSP.

de primeiro escalão estabelecendo vínculos estruturais com a empresa de mineração Vale do Rio Doce ou Vale. Sob seu comando a Vale consolidou-se a nível nacional e internacional. Nesse longo período Eliezer moveu-se sempre entre o mundo estatal e o privado,[33] entrando e saindo. É bom levar em conta que Eliezer é pai de Eike Batista, o conhecido empresário aventureiro exibicionista e falastrão que controlou empresas em quase todos os setores da economia e alguma vez declarou que seria o homem mais rico do mundo. Mas terminou na cadeia *por ser líder de uma organização criminosa:*

Eike Batista... foi detido ... em novembro [2016], considerado pela Justiça como o líder de uma "organização criminosa" que desviou dezenas de milhões de dólares de obras públicas ... com o cabelo raspado, aquele que fez fortuna com o petróleo foi colocado junto aos presos comuns... Por não possuir diploma universitário, não pôde desfrutar dos benefícios de reclusão que a lei brasileira concede para as pessoas com maior nível de educação...[34]

O anterior é um lampejo sobre IIRSA e ajuda a entender porque falhou. Acima foi dito que uma das prováveis razões que explicam porque falhou foi excesso de ambição. Ao ver os 10 Eixos de Desenvolvimento da IIRSA (buscar mapas da IIRSA no Google) fica obvio que *quase todos os eixos tocam o Brasil* e vinculam quase sempre o Atlântico com o Pacífico e vice-versa. *Nenhum eixo vai de Norte a Sul, verticalmente, seguindo a linha dos Andes.* Tal eixo teria sido o único a favorecer diretamente os países Andinos (Argentina até a Colômbia) como no passado foi a proposta, que não vingou, do ex-Presidente do Peru Fernando Belaúnde Terry (1963 68

[33] Informação que pode encontrar-se em *Wikipedia* a qual, por seu conteúdo apologético, talvez foi escrita pelo mesmo Eliezer ou por algum de seus serventes; consulta feita pelo Google em 31 ago. 2017.

[34] "Eike Batista sai da cadeia e cumpre prisão domiciliar." *Isto é,* 30 abr. 2017.

e 1980-85) da chamada *Carretera Marginal de la Selva (Estrada* Marginal da Amazônia). Um eixo assim serviria de contrapeso às evidentes vantagens dadas ao Brasil pelos outros eixos. Isso é fundamental para a hipótese explicativa de porque falhou a IIRSA: as enormes vantagens dadas ao Brasil levaram os presidentes dos outros países, conscientes das suas desvantagens, a quase não se empenhar (ou *fizeram corpo mole*) para levar enfrente os projetos da IIRSA *com exceção de um deles,* como demonstra Carlos Prado, que terminou sendo o *grande legado da IIRSA, a Interoceânica Brasil – Peru.* Também importa perguntar se *o pai* da IIRSA, ao concebê-la, levou em conta as empresas que participariam da construção dos seus projetos. A Interoceânica mostra que sim: seriam as grandes empreiteiras brasileiras como *dominantes* (principalmente Odebrecht, mas também: Camargo Correa, Andrade Gutiérrez, Queiroz Galvão etc.) aliadas, no caso da Transoceânica, a nacionais como *Graña y Montero.* O Brasil que *Procurava Dependência* teria ainda mais vantagens, algumas extraordinárias, porque Odebrecht e suas parceiras conseguiram "o milagre" de transformar o orçamento da Transoceânica que era de *centenas* de milhões de dólares em *bilhões* de dólares e os governos do Peru aceitaram pagar porque *Desejavam a Dependência.* Felizmente isso tudo está hoje sob investigação pela OLJ. Sem dúvida e*ram muito ambiciosos os planos de Eliezer* e então, pode-se perguntar: imaginava ele que as empresas suas e/ ou de seu filho seriam parte das que levariam enfrente os projetos da IIRSA? Teriam eles participação nas empresas envolvidas com a Interoceânica? Por que Eike Batista adotou como logotipo de seus negócios o *Sol dos Incas?* O anterior e o que se mencionará adiante *(os bilhões de dólares de investimentos da Vale no Peru):* não corresponderiam, ao menos em parte, a *interesses pessoais* do *pai* da IIRSA? Aqui só cabe perguntar já que respostas adequadas demandariam uma pesquisa séria. O que sim é claro é que IIRSA falhou.

Carlos informa que a produção brasileira de soja continua saindo por portos brasileiros no Atlântico, inclusive aquela destinada ao mercado asiático, pois n*enhum caminhão carregando soja brasileira chegou a portos*

peruanos através da Transoceânica. Esse e outros exemplos do capítulo demonstram que essa estrada custosíssima está sendo usada minimamente o que significa que é quase impossível que possa pagar-se a si mesma e, portanto o pagamento cairá nas costas dos cidadãos peruanos. A realidade atual mostra que o ex-embaixador do Brasil no Peru Raúl Fernando Leite Ribeiro mentia em 1991 quando, talvez de acordo com a Odebrecht, fazia uma verdadeira campanha propagandística para convencer o governo peruano a construir a Interoceânica.[35] Ele garantia ser um grande caminho de integração Brasil-Peru e que sua construção se justificava porque, entre outras maravilhas, seria muito usada pelo Brasil para exportar, através dos portos peruanos "… três milhões de toneladas de soja [e] mais de 500 mil … de borracha, madeira, cacau, café, castanha… tudo em caminhões de 30 toneladas... " o que levava a deduzir que a estrada se pagaria a si mesma. A realidade era outra já que quase simultaneamente a Odebrecht, já então operando corruptamente no Brasil,[36] realizava uma campanha nos territórios peruanos que seriam cruzados pela rodovia, com o auxílio de sociólogos, antropólogos, ecólogos e outros para que os líderes dos povos ali localizados e que viviam isolados, *reclamassem para que fosse construída uma rodovia.* Abordei esses assuntos numa entrevista que dei ao mesmo entrevistador do embaixador brasileiro, para a mesma revista e publicada no seu número anterior.[37] Eram temas que eu então pesquisava e que finalmente publiquei em português e espanhol.[38]

---

[35] Adrianzén, A. "Un gran proyecto de integración. Entrevista con el Embajador de Brasil". *Quehacer,* Lima, n. 71, p.62-66, 1991.

[36] "A Construtora Norberto Odebrecht é citada em nove de cada dez escândalos do governo Collor" Ver: *Na crista da onda. Veja,* 03 jun. 1992.. Ou seja, se não respeitava seu próprio país, porque respeitaria outros?

[37] "Adrianzén, A."Del Brasil al Japón, pasando por Perú", *Quehacer,* Lima, n. 70, p. 72-80, 1991.

[38] Para a versão em português ver nota anterior 24, em espanhol: Amayo Zevallos, E. "La transoceánica Perú-Brasil - Los contradictorios intereses de Estados Unidos y Japón" *Allpanchis Phuturinga.* Instituto de Pastoral Andina, Cuzco, 1995, v. XXVII, p. 37-89.

O título dessa entrevista *Del Brasil al Japón, pasando por Perú* é uma às palavras ditas no início dos 1990s por congressistas brasileiros ao tratar da Transoceânica, chamando-a de "estrada Acre-Tóquio" (então Japão era o eixo da economia Ásia-Pacífico). Essa frase levava implícita a idéia de que, sendo fundamental para o Brasil que a estrada unissem os dois países, o que ficava entre os dois (ou seja, territórios peruanos que obrigatoriamente a estrada teria que cruzar) *não existia* já que ali não havia nada importante e sua única utilidade era servir como mera zona de passo para os interesses brasileiros. Também na entrevista mencionei que a campanha da Odebrecht mostrava aos povos locais que a rodovia era a única possibilidade para sair do isolamento, quando na verdade existiam outras como navegação fluvial, sistemas inter-modais e ferrovias, todas menos destrutivas que rodovias.

Agora vai se tratar brevemente a ferrovia. Na campanha, a Odebrecht tratou apenas da rodovia e ignorou o desejo de Euclides da Cunha, uma ferrovia como caminho para a paz. Também não levou em conta que o Peru já tinha e tem (ainda que quase em abandono) o *Ferrocarril del Sur* (Ferrovia do Sul). Um ramal desta estrada de ferro terminava na parte amazônica da Região Cuzco[39] que limita com a Região *Madre de Dios* por onde grande parte da Interoceânica passou finalmente. Outro ramal dessa ferrovia continua muito ativo e termina em Machu Pichu. O *Ferrocarril del Sur* poderia ter sido modernizado, melhorado e prolongado até chegar ao ponto de entrada da Interoceânica no Peru vindo desde o Brasil, mas nada disso foi feito. Como mostra minha pesquisa publicada em português em 1993, a ferrovia gera muito menos impactos negativos que as rodovias em trópicos úmidos como os amazônicos e parte essencial da Interoceânica cruza justamente esse tipo de territórios. Além disso, a manutenção da ferrovia é mais barata e mais fácil, pois

[39] A divisão política do Brasil é em Estados, o Peru está dividido em Regiões.

nesses territórios manter uma rodovia custa mais do que construí-la: *em trópicos úmidos a rodovia é um caminho á devastação.* A Odebrecht e seus associados empresariais e autoridades peruanas não podiam ignorar o anterior mas mesmo assim fizeram um conluio e terminaram impondo a rodovia. A Odebrecht procurou e achou no Peru condições ótimas para seus negócios corruptos e antes da OLJ, como informa Carlos, conseguiu ter ali o *seu maior volume de ativos depois do Brasil* ao ponto de transformar Lima em sede de suas operações na AL. A Interoceânica se transformou num caminho à devastação pois *os garimpeiros são os que mais a usam e é quase inútil como caminho para aprofundar a integração regional ou para aumentar significativamente o comércio Brasil-Peru.* Exatamente o oposto das maravilhosas promessas do mencionado embaixador brasileiro.

Mas por que acontece isso? Porque a *Región Madre de Dios* (Região Madre de Deus – RMD) fica na Amazônia peruana, tem 85 mil quilômetros quadrados (quase igual a Portugal com 92 mil Kms2) e ali foram construídos centenas de quilômetros dessa rodovia. É um dos territórios mais ricos em biodiversidade da Terra onde vivem povos nativos em isolamento voluntário. Também é muito rico em ouro aluvial distribuído em quantidades mínimas em seus muitos rios e terras anexas. Como todos os territórios amazônicos, o solo da RMD é muito frágil e se perder as árvores o deserto avançará rapidamente. Cada vez mais garimpeiros de várias nacionalidades avançam pelos rios e *principalmente pela Interoceânica* o que facilita o transporte de mercúrio, de dragas cada vez maiores e os demais que se necessita para extrair ouro usando qualquer meio. Outra das diferenças entre ferrovia e estrada que comprova porque a primeira é menos destrutiva: na ferrovia pode planejar-se a movimentação e controle das pessoas por meio de estações onde os passageiros entram ou saem dos trens de forma organizada. Exatamente o contrario da rodovia onde os usuários podem sair do veículo em qualquer ponto do caminho, pois é difícil seu controle, podendo assim transportar o que quiserem e imediatamente começar a

procurar ouro, cortar árvores e destruir tudo o que encontrarem.

A RMD é muito rica em *partículas de ouro* distribuídas num amplo território. Como os preços dos metais preciosos subiram muito depois da crise de 2008, grande quantidade de garimpeiros entraram em diversas partes dessa região, num país que por séculos tem sido um dos maiores produtores e exportadores mundiais desse metal. No período colonial o Peru foi essencial provedor de ouro para Espanha e o mundo e desde então nunca deixou de ser grande exportador. Em 2015 a RMD produziu 8,77% da produção peruana de ouro que no ano de 2014 foi de 141,3 toneladas,[40] ocupando o sétimo lugar no mundo. Esses 8,77% significam 12,392 toneladas ou 12.392 quilos.

A *onça troy* é utilizada no mercado mundial como unidade de peso dos metais preciosos e é igual a 31,1034768 gramas (arredondados aqui a 32 gramas). Assim um quilograma dividido entre os 32 gramas de cada onça troy resulta quase igual a 32 onças troy. O preço da onça troy hoje (04/09/17) é de US$ 1.338,00. O preço de um quilo de ouro equivale a 32 onças X US$1.338= US$ 42.816,00. Em dólares a produção de ouro da RMD no ano 2015 foi igual a 12.392 quilogramas X US$ 42.816= US$ 530.575.872,00 (quinhentos e trinta milhões, quinhentos e setenta e cinco mil e oitocentos setenta e dois dólares).

Os montantes anteriores servem para explicar porque os garimpeiros são os que mais usam a Interoceânica avançando por

---

[40] *The Economist. Pocket World in Figures,* 2017 Edition, Londres: 51. Não se tem as estatísticas de 2015, mas aqui não importa muito a precisão das cifras senão ilustrar um fenômeno e por isso assumiu - se como igual a produção de ouro de 2014 e 2015.

[41] Peru e Brasil são parte dos poucos países do mundo (perto de quinze) chamados de Mega - diversos por terem territórios extremamente ricos pela variedade de formas de vida animal e vegetal.

diversas partes da RMD e pondo em perigo a mega - diversidade biológica[41] (raras são as regiões do Planeta com essa característica) principalmente de suas áreas reservadas como são os vários parques nacionais. Esses parques como o *Manú, Patrimônio Natural Mundial e Reserva de Biosfera,* batem recordes mundiais por quilômetro quadrado especialmente pela sua diversidade de aves. Além de abrigarem *tribos indígenas que continuam vivendo como há milhares de anos e são parte das últimas sociedades pré-agrícolas de nômades caçadores–pescadores-coletores* do mundo. Provavelmente por conhecerem experiências traumáticas de tribos vizinhas, indicam que *não querem contato com a "civilização"* vivendo no que o estado peruano reconhece como *Isolamento Voluntário.*[42]

Estes não são os únicos riscos em decorrência do avanço sem controle dos garimpeiros, pois outros flagelos acontecem: trabalho escravo, violência, alcoolismo, tráfico de drogas, crime organizado e escravidão sexual com a participação forçada de meninas e meninos às vezes roubados das sociedades indígenas. Tudo isto é similar à terrível experiência do Brasil com o ouro de *Serra Pelada* da década de 1980 onde o "Modelo de Empresário", elevado à categoria de *Orgulho do Brasil,*[43] Eike Batista, começou sua carreira com negócios vinculados ao ouro dessa serra e de outros lugares da Amazônia brasileira. Existe ali um grande problema que o estado peruano precisa resolver. E nesse responsável importante é a Interoceânica pela qual o Peru pagou bilhões de dólares que terminaram servindo principalmente para enriquecer ainda mais tanto as corruptas Odebrecht e outras empreiteiras brasileiras como também

[42] O romance de Mario Vargas Llosa *O Falador* tem como eixo uma sociedade indígena desse tipo, a Machiguenga, localizada na RMD.

[43] Torres, S. e Gonçalves, G. "Dilma diz que Eike é 'orgulho do Brasil' ". O Estado de S. Paulo, 27 abr. 2012.

empresas e políticos peruanos. Por trágica ironia a rodovia não gerou riqueza no país que pagou por ela mas sim contribuiu para empobrecê-lo pois se transformou-se num caminho para a devastação da RMD. Se a principal herança da IIRSA, a Interoceânica, falhou então obviamente a IIRSA falhou também e sua sucessora, COSIPLAN, dificilmente fugirá de destino similar.

O quinto capítulo *A Expansão nociva do empresariado brasileiro no Peru* é de Rogério Pereira de Campos.[44] Muito importante é sublinhar que ele demonstra a existência de vínculos estruturais entre o estado Brasileiro e o financiamento de suas multinacionais para suas operações no exterior. Financiamento feito através do estatal Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Para Rogério, segundo análise do Tribunal de Contas da União, em 2014, 99% dos empréstimos do BNDES foram para as 5 maiores empreiteiras do Brasil, todas investigadas pela OLJ e a Odebrecht sozinha recebeu 82% desse total. Sem dúvida ter livre acesso a esse financiamento explica a facilidade dessas empreiteiras para ganhar licitações relacionadas, por exemplo, com projetos da IIRSA, como o caso da Interoceânica cujo financiamento o Peru continua pagando. Essas empresas terminaram controlando as obras e alavancaram os interesses do Brasil através dos projetos da IIRSA cujo objetivo era envolver toda América do Sul.

Nesse capítulo há abundância de informação sobre IIRSA, BNDES, Odebrecht e outras empreiteiras brasileiras operando no Peru. É relevante a informação de que a participação das multinacionais

[44] Autor da Tese de Doutorado: *Amazônia, unasul e desenvolvimento sustentável. O papel do Brasil (2003-2010)*. 2015.. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais – PPGCS – Faculdade de Ciências e Letras – FCL Campus de Araraquara – Car-UNESP.

brasileiras na exploração de minérios no Peru cresceu 286% entre 2007 e 2010[45] transformando Brasil no sexto investidor estrangeiro nesse país sendo que só a Vale investiu US$3,2 bilhões num período de 5 anos. Além das mencionadas multinacionais brasileiras investindo no Peru (Odebrecht chefiando outras como Camargo Correa, Andrade Gutiérrez e Queiroz Galvão) some-se a OAS. E em outros setores econômicos, a Votorantim, Gerdau etc. Ou seja, a elite das multinacionais brasileiras.

Infelizmente aqui não é possível aprofundar as atividades dessas empresas no Peru, como as razões de lá entrarem e as condições em que entraram. Mas Eliezer Batista foi o mentor da falida IIRSA, cuja máxima expressão é a Interoceânica relacionada diretamente com o Peru, e ele provavelmente continua mantendo relações estruturais com a Vale, que tem investido grandes somas nesse pais. Então é oportuno fazer breve referência a essas operações da Vale, especialmente os quase US$ 600 milhões investidos nos fosfatos em *Sechura* na costa norte peruana, Região Piura- RP.

Como informação: Sechura fica perto de *Punta Balcones,* o lugar mais ocidental da América do Sul, o ponto mais próximo da costa ocidental dos EUA e da China, eixo da Economia do Pacífico, a região econômica mais importante do mundo atual. Essa localização tem *importância estratégica de primeira ordem* em nosso sub - continente. Sua importância aumenta levando em conta que neste litoral da RP existe uma riqueza marinha extraordinária, pois ali colidem duas das

[45] O Peru, principalmente nas suas montanhas andinas, possui grandes quantidades de quase todos os minérios conhecidos sendo grande produtor de alguns que são essenciais para a economia mundial como: Cobre (4º Produtor Mundial = PM), Chumbo (4º PM), Zinco (3º PM), Estanho (3º PM), Ouro (7º PM), Prata (2º PM). *The Economist. Pocket World in Figures,* 2017 Edition, Londres: 51.

maiores correntes oceânica do mundo, *a Peruana ou de Humboldt* (que é fria e vem do Sul desde a Antártica) e a do *Norte ou Equatorial* que é quente.[46] A colisão dessas correntes origina um microclima de água temperada favorável à riqueza marinha que faz do Peru o quarto país do mundo em volume de pesca.[47] Sechura tem também outra vantagem estratégica por ficar perto de *Talara e La Brea,* territórios ricos em hidrocarbonetos que começaram a produzir nos anos 1880s e são dos mais antigos do mundo em produção industrial de petróleo. Finalmente a própria Sechura tem importância estratégica pelos *fosfatos* que são cada vez mais essenciais para a agricultura mundial pois ao contrário de outro importante adubo, o *salitre,* não é possível para a indústria química produzir fosfatos artificialmente.[48] Em Se-

[46] Excepcionalmente a Equatorial exerce pressão sobre a Corrente Peruana levando-a mais ao Sul e deslanchando o *Fenômeno do Niño* de impacto climático global. No ano 1876 o governo peruano encaminhou um barco às costas da RP com a missão de observar esse fenômeno que acontecia perto de 25 de dezembro já que a população do lugar acreditava que isso era assim por ser a data do nascimento do Menino (*niño* em espanhol) Jesus. Essa missão terminou outorgando ao fenômeno esse nome com o qual passou a ser conhecido mundialmente. Ver: Parker, B. *The Power of the Sea.* Palgrave – Macmillan, Nova Yorque, 2010: 204. Já em tempos remotos sábios das civilizações marítimas do Antigo Peru como a Chimú (Séculos XI-XV D.C.) observaram sistematicamente o fenômeno. Na Cidade de Chán Chán (perto da atual Cidade de Trujillo) retrataram na parede de uma grande praça, em relevo, o choque dessas correntes representadas por ondas marinhas com peixes indo tanto ao Norte como ao Sul. Ver: Amayo Zevallos, E. *Mar y Olas. Rito y Deporte. Del Tup o Caballito de Totora a la moderna Tabla o Surf: su origen en la Costa Norte del Antiguo Perú (1500 a. C. – 1532).* Fondo Editorial de la Universidad Agraria La Molina, Lima, 2015.

[47] O Peru em 2015 pescou 4.786.551 toneladas de peixes sendo o quarto maior do mundo (depois da China, Indonésia e EUA). Essas estatísticas mostram que os primeiros 23 países do mundo (que não incluem o Brasil) pescaram, em 2015, 80,1% do total mundial de 81.164.685 toneladas. FAO Global Capture Production database updated to 2015 Summary information Fisheries and Aquaculture Department. Ver: http://www.fao.org/3/a-br186e.pdf

chura fica a segunda reserva de *rochas fosfáticas* do continente (depois de EUA) e a quinta do mundo (depois do Marrocos, Argélia, África do Sul e EUA).[49] Sendo os fosfatos um produto natural, impossível de ser manufaturado até hoje, sua importância estratégica é grande. EUA e China, por exemplo, *não o exportam.* Mas a Vale *exporta fosfatos* desde Sechura e para isso *até construiu um porto,* como parte dos projetos de IIRSA-COSIPLAN,[50] e o Peru permite sua exportação. Assim é lícito perguntar: assumindo que Eliezer Batista conhece bem geopolítica e estratégia, na decisão da Vale do Rio Doce para investir em Sechura, pesaram os interesses de Eliezer e/ou de seu filho Eike? Por que Eike usa como logo de suas empresas o Sol dos Incas? E também: quem no Peru deu essa concessão? Finalmente, a Vale respeita e não gera impactos negativos nos ricos mares que rodeiam seus negócios em Sechura? È bom lembrar que no Brasil ela foi *co-responsável pelo pior desastre ecológico de sua história* que, entre outras coisas, terminou destruindo o Rio

---

[48] Os territórios mais ricos do mundo em *nitrato ou salitre* (matéria prima para adubos e explosivos) estão localizados no Deserto de Atacama. No século XIX esse deserto foi essencial para a grande expansão da agricultura em nível mundial, devido ao impacto da industrialização sobre ela e também pela expansão dos exércitos que cresciam conforme se aproximava o fim do Século XIX até entrar em guerra em 1914. O mundo não tinha produtos nitrogenados artificiais pois a moderna indústria química ainda não existia. 85% de Atacama era do Peru e15% da Bolívia. Chile não tinha nem um centímetro desse deserto mas ambicionava sua imensa riqueza que ficava logo depois de cruzar a fronteira. Durante anos Chile se preparou para finalmente declarar a Guerra do Pacífico (1879 - 83) contra esses dois países e roubar–lhes o salitre. Realizou o roubo, mas a indústria química moderna, que nasceu principalmente na Noruega e Alemanha no início do Século XX, pode obter sua matéria prima (nitrogênio) diretamente do ar, ou seja, a custo muito baixo. Por isso o salitre de Atacama terminou sendo deixado de lado, mas ainda restam milhões de toneladas cujo uso é limitado na atualidade à produção quase só de Iodo. Ver Amayo Zevallos, E. *La Política Británica en la Guerra del Pacífico.* Editorial Horizonte, Lima, 1988.

[49] Ver: Universidad de Buenos Aires - UBA: fosfatos.gl.fcen.uba.ar Capturado por Google 30 ago. 2017.

[50] Ver: IIRSA – COSIPLAN: http://www.iirsa.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=23. Capturado por Google 30 ago. 2017.

Doce e a cidade onde se originou e á qual deve seu nome.[51] Então, se em seu lugar de origem a Vale tem um comportamento tão irresponsável, o que não faria em outros países? O estado peruano tem consciência desse histórico da Vale? Caso tenha, quais medidas está tomando esse Estado? São perguntas que aqui não podem ser respondidas mas importa fazê-las já que a operação com os fosfatos de Sechura coincide também, e totalmente, com a *Dependência Procurada e a Dependência Achada por Desejada.*

O sexto e último capítulo *Religiosidade em José Carlos Mariátegui e a Teologia da Libertação: em busca de uma narrativa contra-hegemônica para a América Latina* é de Adriana Cardoso da Silva.[52] É importante e interessante ainda que seu conteúdo seja diferente dos outros que abordam com diferente intensidade os assuntos-eixos deste livro, ou seja, o sentido da cooperação e das relações estratégicas Brasil-Peru. O capítulo de Adriana não trata diretamente desses temas pois não forma parte da esfera dos estudos internacionais mas sim da sociologia e história do conhecimento, especificamente do pensamento e suas influências. Adriana estuda os vínculos entre a concepção de religiosidade do peruano José Carlos Mariátegui (1895-1930, por consenso internacional o mais original pensador marxista latino-americano) e a Teologia da Libertação formulada pelo teólogo também peruano Gustavo Gutiérrez (nascido em 1928 felizmente vive até hoje) considerado como *o pai* dessa corrente teológica. Grande parte da concepção de religiosidade de José Carlos Mariátegui – JCM tem origem em seus estudos e observações sobre a religiosidade do *Tahuantinsuyo* (a Sociedade Inca, séculos XII-XVI, que deixou de existir em consequência da conquista espanhola). Tal concepção diz que a felicidade hu-

---

[51] Ver: g1.globo.com/espirito-santo/desastre-ambiental-no-rio-doce Capturado por Google 30 ago. 2017.

[52] Autora da Dissertação de Mestrado: Religiosidade e Mito na obra de José Carlos Mariátegui e a Teologia da libertação. 2015. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais – PPGCS – Faculdade de Ciências e Letras – FCL Campus de Araraquara – Car. - UNESP.

mana deve ser obtida *enquanto se* vive *aqui na Terra, tema* também presente na teologia de Gustavo Gutiérrez e dos movimentos sociais vinculados à Teologia da Libertação que apareceram em diversas partes da América Latina, especialmente no Brasil, desde o fim da década de 1960. Adriana também mostra que os marxistas não necessariamente tinham que ser ateus, como determinava o Estalinismo, versão dominante do marxismo em nível mundial no período 1924-91. Aqui importa observar que essa posição de JCM, que colidia com o Estalinismo, não foi consequência de suas concepções religiosas mas sim porque para ele a grande transformação social, a Revolução, teria que ser *criação heroica que não podia decalcar-se nem copiar-se.* Em outras palavras, a Revolução dependia das realidades objetivas e concretas de cada país. No Peru e mesmo na América Latina a realidade era diferente da Europa e especificamente da União de Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS. Em consequência, a Revolução Russa (1917, chamada de Soviética a partir de 1923 até 1991) *não necessariamente era paradigma para orientar-se.* As posições de JCM na *I Conferência Comunista Latino- Americana* de Buenos Aires (1-12/06/1929) foram criticadas e hostilizadas pelo organizador e representante direto da URSS, o ítalo-argentino Vittorio Codovila. JCM não foi a essa reunião por estar muito doente e pouco depois morreu em Lima em 1930 com apenas 35 anos.

Gutiérrez conhecia bem essa historia e a obra completa de JCM (reunida e publicada na atualidade em mais de 20 volumes) já que na Universidade Católica de Lima ele oferecia uma disciplina sobre Mariátegui. Mas como Adriana destaca, não apenas JCM influenciou Gutiérrez pois além da Bíblia, para o padre católico obviamente essencial, também recebeu influências de outros pensadores e escritores latino– americanos, principalmente peruanos. Entre os peruanos, o cronista indígena de Século XVI *Huamán Poma de Ayala* (cuja obra magna *Nueva Crónica y Buen Gobierno* é essencial tanto para entender o pensamento indígena andino pré–hispânico e o capítulo da História conhecida como *história dos vencidos*); o poeta socialista César Vallejo (1895-1938) mencionado

por Mario Vargas Llosa, que em seu discurso feito ao receber o Nobel de Literatura de 2010, declarou que Vallejo e o argentino Jorge Luis Borges também mereciam esse premio; e outros.

Por seu lado a concepção teológica de Gutiérrez foi elemento determinante da Teologia da Libertação que contou também com contribuições de teólogos de diversas nacionalidades entre os quais se destacam vários brasileiros e teve grande difusão no continente, de forma especial no Brasil onde influenciou movimentos sóciais. De forma indireta o capítulo de Adriana entra no território da cooperação e das dimensões estratégicas Brasil-Peru no sentido amplo das trocas e influências intelectuais que não reconhecem fronteiras e são parte do território excepcional a compartilhar com a humanidade. JCM foi importante como um dos que ajudaram a abrir caminho para Gutiérrez e outros que, por sua vez, abriram novos caminhos em outras partes inclusive no Brasil.

A excepcionalidade do capitulo de Adriana forma parte da regra. Assim pode-se concluir dizendo que a *Dependência Procurada* e sua outra face, a *Dependência Achada por Desejada,* são instrumentos essenciais para entender o sentido real do que significaram a Cooperação e as Dimensões Estratégicas Brasil-Peru.

Fonte: Soares, Bernardes e Cordeiro Netto (2002, p.1719)

San Diego, California, 31 de Agosto, 2017

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIANZÉN, A. Del Brasil al Japón, pasando por Perú , **Quehacer,** Lima, n. 70, p. 72-80, 1991.

ADRIANZÉN, A. Un gran proyecto de integración. Entrevista con el Embajador de Brasil. **Quehacer,** Lima, n. 71, p.62-66, 1991.

AMAYO ZEVALLOS, E. **La Poltica Británica en la Guerra del Pacífico.** Lima: Editorial Horizonte, 1988.

AMAYO ZEVALLOS, E. Da Amazônia ao Pacífico cruzando os Andes. Interesses envolvidos na construção de uma estrada especialmente dos EUA e Japão. **Estudos Avançados.** Revista do Instituto de Estudos Avançados – USP, São Paulo, v. 7, n. 17, São Paulo, p. 117-169, 1993.

AMAYO ZEVALLOS, E. La transoceánica Perú-Brasil - Los contradictorios intereses de Estados Unidos y Japón. **Allpanchis Phuturinga.** Cusco, v. XX-VII, p. 37-89, 1995.

AMAYO ZEVALLOS, E. Apresentação: Brasil e o Mito da Água".In: Amayo Zevallos, E. (org.). A **Amazônia e o Pacífico Sul-Americano e sua importância para o Brasil.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008, p. 9-15.

AMAYO ZEVALLOS, E. Fernando Henrique Cardoso, Alberto Fujimori y la solución del conflicto con Ecuador. ***No Perú Hoy. El Quinquenio Perdido. Crecimiento con Exclusión.*** Lima: DESCO – Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo, 2011, p. 101-121.

AMAYO ZEVALLOS, E. **Mar y Olas. Rito y Deporte. Del Tup o Caballito de Totora a la moderna Tabla o Surf:** su origen en la Costa Norte del Antiguo Peru (1500 a. C. – 1532). Lima: Fondo Editorial de la Universidad Agraria La Molina, 2015.

AMAYO ZEVALLOS, E. Proyectos SIVAM brasileño y SIVAN peruano: ¿para proteger la Amazonía o la Nación? ¿La copia pude ser mejor que el original malo? Y algunas experiencias con postgrados en el Perú y Brasil. **Perú Hoy. El Arte del Desgobierno.** Lima: DESCO. Lima, 2017, p. 423-444.

CAMPOS, Rogério. **Amazônia, UNASUL e desenvolvimento sustentável.**

O papel do Brasil (2003-2010). 2015.Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – PPGCS – Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 2015.

JESUS, Samuel de. **Gigante pela própria natureza: as raízes da projeção continental brasileira e seus paradoxos.** 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós Graduação em Sociologia – PPGSO – Faculdade de Ciências el Letras, UNESP, Araraquara, 2012.

LIMA, S. ; CORRÊA, H. 20.000 léguas de propina no projeto do submarino brasileiro. O maior projeto militar da história do Brasil, com custo previsto em R$ 32 bilhões abasteceu o PT e até a conta do 'Amigo' Lula. **Época,** 28 abr. 2017.

MAGALHÂES, I. W. **Amazônia e o Pacífico em Euclides da Cunha.** No centro da história?. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – PPGSO – Faculdade de Ciências e Letras –UNESP, Araraquara, 2005.

MEGALE, B.; CASADO, L. Peru tem novas empreiteiras sob suspeita. **Folha de São Paulo,** São Paulo, 30 jan. 2017.

PARKER, B. **The Power of the Sea.** New York: Palgrave Macmillan, 2010.

PRADO FILHO, C. **A Rodovia Interoceânica e a 'febre do ouro" em Madre de Dios:** a desgovernança no caminho para a integração regional da fronteira amazônica entre Brasil e Peru. 2018. Tese (Doutorado em Relações Internacionai) – UNESP, 2018.

ROSSI, I.C. **SIVAM:** um caso de dependência tecnológica, 1990-1996. 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – PPGSO – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Araraquara, 2003.

SÁNCHEZ LEÓN, A. El VRAEM es el verdadero país de todas las sangres. Uma entrevista a Eduardo Soberón. **Quehacer,** Lima, p. 28-41, 2014.

SILVA, Adriana Cardoso da. **A religiosidade e mito na obra de José Carlos Mariátegui e a Teologia da libertação.** 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – PPGCS – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Araraquara, 2015.

TABUCHI, H.; RIGBY, C. Deforestation Roars Back. Cargill and other food giants are pushing deeper into the Amazon . **The New York Times.** New York, 26 fev. 2017.

THE ECONOMIST. Pocket World in Figure, London: Penguin Group, 2017.

ULLRICH, D. R.; VOLKMER MARTINS, B.; MACHADO CARRIÓN, R. A Cooperação Sul-Sul como Estratégia de Política Externa Brasileira: análise dos governos Lula e Dilma. In: ENCONTRO DA ANPAD, 37., 2013, Rio de Janeiro. **Anais** [...] Rio de Janeiro, 2013.

VARGAS LLOSA, M. **El Hablador.** Madrid: Editorial Alfaguara, 1990.

VARGAS LLOSA, M. **Cinco Esquinas.** Lima: Editorial Alfaguara, 2016.

YAHN FILHO, Gallo A. **Conflito e cooperação na Bacia do Prata em relação aos cursos d´água internacionais (de 1966 a 1992).** 2005. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – UNESP, 2005.

Jornais e revistas eletrônicas:

BRASIL promete fazer pressão sobre o Peru. O Estado de S. Paulo, 07 jun. 2000. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20000607-38949-nac-0013-int-a13-not. Acesso em: 03 fev. 2020.

CHAVÉZ, Enrique. Risas y Samba. **Caretas,** Lima, 23 fev. 2017, p. 15. Disponível em: https://caretas.pe/politica/risas-y-samba/ . Acesso em 03 fev. 2020.

EIKE Batista sai da cadeia e cumpre prisão domiciliar. **Istoé,** 30 abr. 2017. Disponível em: https://istoe.com.br/eike-batista-sai-da-cadeia-e-cumpre-prisao-domiciliar/ . Acesso em: 03 fev. 2020.

El Colaborador 03. Ricardo Boleira sucedió a Jorge Barata al frente de los negocios de Odebrecht en el Perú. Hoy complica al gobernador chalaco [del Callao] Félix Moreno. **Caretas,** Lima, 06 abr. 2017. Disponível em: https://caretas.pe/sociedad/el-colaborador-03/. Acesso em: 04 fev. 2020.

Ex presidente de Odebrecht reveló haber pagado 4,15 millones de dólares a Lula da Silva. **La República.** 10 ab. 2017. Disponível em: https://larepublica.pe/mundo/864092-ex-presidente-de-odebrecht-confeso-haber-pagado-4-millones-de-dolares-lula-da-silva/ . Acesso em: 03 fev. 2020.

FHC ajudou a conseguir refúgio para Montesinos. Folha de São Paulo, São Paulo, 25 set. 2000. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2509200002.htm . Acesso em: 03 fev. 2020.

GORRITI, Gustavo. **Lava-jato peru. abrir secretos.** IDL Reporteros, 17 ago. 2017. Disponível em: https://idl-reporteros.pe/abrir-secretos/ . Acesso em: 03 fev. 2020.

Moro Condena Lula. **O Estado de São Paulo,** 13 jul. 2017. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20170713-45194-nac-1-pri-a1-not. Acesso em: 03 fev. 2020.

Según desveló el ex directivo Hilberto Mascarenhas en su declaración a la Justicia, el grupo Odebrecht, la mayor constructora de Brasil, pagó 3.370 millones de dólares en sobornos entre 2006 y 2014. **Caretas,** Lima, 20 abr. 2017. Disponível em: https://www.infobae.com/america/america-latina/2017/04/15/odebrecht-pago-usd-3-370-millones-en-sobornos-entre-2006-y-2014/. Acesso em: 03 fev. 2020.

TORRES, S.; GONÇALVES, G. Dilma diz que Eike é 'orgulho do Brasil. **O Estado de São Paulo,** 27 abr. 2012. Disponível em: https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-diz-que-eike-e-orgulho-do-brasil-imp-,865908 . Acesso em: 03 fev. 2020.

INTEGRAÇÃO BIOCEÂNICA DO BRASIL ATRAVÉS DOS ESTUDOS AMAZÔNICOS DE EUCLIDES DA CUNHA

Iêda Valquiria Magalhães[53]

Os ensaios de Euclides da Cunha relativos à Amazônia são pouco conhecidos embora muito prolíficos. Propomos um resgate específico dentro de sua obra tão variada, através dos temas que dizem respeito aos meios de transporte, principalmente o ferroviário, e aos que demandam chegar ao Pacífico. Aventamos a possibilidade de uma releitura sobre esses trabalhos que, a despeito de serem datados, mostram-se confirmando uma permanência histórica com relação às suas considerações sobre os mercados "despertados de uma letargia milenária" da Ásia.

Nossa hipótese recupera, com esses temas profetizados por Euclides, os de integração sul-americana e de políticas públicas das nações envolvidas (principalmente Brasil e Peru) com o propósito último de possibilitar, segundo esse autor, uma saída ao Pacífico para nosso país.

Percebemos tratarem-se de assuntos de interesse de Euclides e que ainda hoje continuam importantes. Alguns aspectos, como os estudos sobre a Amazônia e a utilização multimodal e transnacional dos meios de transporte foram abordadas pelo autor. O resgate histórico desses trabalhos é importante em face da atualidade do tema da integração regional.

A concretização desse projeto de integração está na agenda de vários governos desde início do século XX.

A rodovia Interoceânica, conhecida como **Estrada do Pacífico,**

[53] Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de São Paulo – UNESP 2005. http://lattes.cnpq.br/5381677992094163 - ieda.v.magalhaes@gmail.com

cuja construção confere realidade a proposta euclidiana de junção ao grande oceano, ligando o estado do Acre ao sul do Peru, teve início em 2005 com 2,5 mil quilômetros.

Infelizmente a rodovia está sendo investigada pelo Ministério Público do Peru e por delações e denúncias na Operação Lava Jato, cuja atuação é para investigar crimes financeiros e de corrupção. As construtoras encarregadas de concretizar a obra de ligação Brasil e Peru: Odebrecht, Camargo Correa, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão foram citadas como pagadoras de propina aos governos desses países. A rodovia Interoceânica orçada em US$ 810 milhões chegou a US$ 2,8 bilhões.[54]

Nos parece importante tentar esclarecer a proposta de integração euclidiana, ela difere da integração pensada pelos teóricos da temática sobre globalização, comércio ou da polêmica sobre o fim do Estado Nação, como Antonio Negri, Manuel Castells ou Antony Guiddens.

Sua proposta deveria ser entendida como a de um arquiteto que formulava meios para alcançar um ideal de modernização da nação, recém saída da administração monárquica. E o meio proposto por um engenheiro militar de formação para obter esse objetivo era através dos *transportes*. Esses seriam os artefatos que auxiliariam no processo de consolidação da unidade nacional interligando o Brasil do litoral com os demais Estados federativos, e também com os vizinhos sul americanos, fazendo então a modernização do país.

Os termos esclarecedores sobre a idéia de integração em Euclides parecem estar bem claros em *Entre o Madeira e o Javari*[55] ali diz: "As novas circunscrições do alto Purus, do Alto Juruá e do Acre devem refletir a

[54] MEGALE, B.; CASADO, L. Peru tem novas empreiteiras sob suspeita. FSP. Poder. A8, 30 ago. 2017.

[55] Publicado pela primeira vez no OESP em 1904. Cf. (REIS,1971).

ação persistente do governo em um trabalho de incorporação que, na ordem pratica, exige desde já a facilidade das comunicações e a aliança das idéias" (CUNHA, 1995, p.189).

E completa,

> Sem este objetivo firme e permanente, aquela Amazônia onde se opera agora uma seleção natural de energias [...] *onde mais cedo ou tarde se há de concentrar a civilização do globo,* a Amazônia, mais cedo ou mais tarde se destacará do Brasil, naturalmente e irresistivelmente, como se despega um mundo de uma nebulosa - pela expansão centrifuga do seu próprio movimento. (CUNHA, 1904/1995, p.189).

Este é o trecho mais contundente sobre como Euclides da Cunha nos anos inaugurais do século XX já vislumbrava a importância da Amazônia, cujo transcorrer da história só vem reunindo provas de que mais cedo ou mais tarde, a Amazônia se destacará do Brasil por força própria de sua sumária importância mundial.[56]

Nesse resumo do autor notamos que é correto afirmar tratar-se de pensador fundamental para o país, por sua visão antecipadora de que era crucial a Amazônia estar inserida nas políticas públicas nacionais.

O Primado do Pacífico, a Transacreana e outros estudos. A importância de Euclides da Cunha para atualidade

O meio de efetivar a integração em Euclides da Cunha são as ferrovias e as hidrovias. Ao fazer o *Relatório da Comissão Mista Brasileira*

[56] Mas na atualidade essa região sul-americana está em situação de perigo pelas mudanças climáticas mundiais e porque Brasil e os outros países amazônicos (Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela) não tem políticas sérias de longo prazo para preservar suas Amazônias nacionais nem um acordo responsável entre eles para a preservação da região em seu o conjunto.

Peruana de Reconhecimento do Alto Purus, (CUNHA,1906/1995 p.753) revela sua indignação com o sub-aproveitamento desse rio, defendendo seu potencial de navegabilidade.

A análise de alguns temas elencados por Euclides da Cunha parece ir ao encontro de assuntos hoje muito discutidos, mesmo tratando-se de momentos históricos diferentes notamos uma permanência tanto no princípio do século XX quanto no início do século XXI como a revitalização das ferrovias e a integração de fronteira, pensando na saída do Brasil pela costa do Pacífico.

A ferrovia e o Pacífico[57] mais detalhadamente aparecem nos respectivos trabalhos: A *Transacreana* e O *Primado do Pacífico* do livro À *Margem da História*[58], publicados pela primeira vez em 1909.[59] Trata-se de lugares que até hoje são estratégicos e que explicam que geopoliticamente estejam na mira dos interesses do sistema-mundial da época como também de hoje.

A importância do oceano Pacífico para a economia e comércio mundial é demasiado crescente, seguindo Euclides seria por onde a civilização caminharia pelo despertar do mundo asiático que sairia de uma letargia milenar. (CUNHA, 1999).

---

[57] No artigo de janeiro de 1902, Ao longo de uma estrada, publicado no OESP aparece pela primeira vez o tema do Pacífico. Euclides ao tratar da imprescindibilidade de uma ferrovia que chegasse ao Mato Grosso, cita Monteiro Tourinho em sua análise, a seu ver equivocada, "apenas ampliou o problema" sobre o percurso da estrada de ferro Noroeste com a idealização ousada de uma linha férrea da Sete-Quedas, do Paraná, ao porto de Arica, no Pacífico. Depois a questão se esclareceu melhor. Sem perder o ponto de vista militar, tornou-o apenas incidente de aspiração mais alta" (CUNHA, 1995, p. 222).

[58] Será utilizada a edição de 1999 da Martins Fontes.

[59] Conforme o trabalho de Irene Monteiro Reis (1971) que esclarece as datas das primeiras publicações dos trabalhos de Euclides.

Cada vez mais a economia se volta para países asiáticos onde Euclides desenhava que a Terra teria enfim seu círculo arrematado, havendo o encontro dos polos extremos que se enfim iriam conectar-se.

Nesse sentido o autor esboçou o traçado de uma ferrovia pensando em suas múltiplas funções. A nomeou de *Transacreana* cujas utilidades seriam: distribuir um povoamento muito centrado nos Estados parceiros do Oceano Atlântico; faria crescer um tráfego na região acreana; militarizaria territórios em perigo de serem perdidos para Bolívia ou Peru, e o mais pontual – essa ferrovia **nos aproximaria consideravelmente do Pacífico.**

Diz, "a exemplo da Union Pacific Railway, não vai satisfazer um tráfego, que não existe, senão criar o que deve existir". Nas suas palavras:

> É o que sucederá com a que prefiguramos. Das primeiras linhas deste artigo ressaltam-lhes os efeitos sociais, que senão pormenorizam por demasiado intuitivos, nos múltiplos aspectos que vão do simples fato concreto da redistribuição do povoamento - locando-se com segurança os núcleos coloniais ou agrícolas e demarcando-se legalmente terras indivisas - à gerencia mais pronta, mais desimpedida, mais firme, dos poderes públicos, que hoje ali se triparte desunida, em sedes administrativas impostas exclusivamente pelas vicissitudes geográficas. (CUNHA,1909/1999, p.79).

Demonstrou que ela tornaria efetiva a integração transnacional através de obras de infra-estrutura, alertou as razões para sua imprescindível construção - era preciso que as estradas de ferro obrigatoriamente se orientassem pelo aspecto internacional.

E com aptidão sociológica completa: "além disto, o que se deve ver naquela via férrea é, sobretudo, uma grande estrada internacional de aliança civilizadora, e de paz" (CUNHA, 1909/1999, p.84).

Como um homem formado na carreira militar, era Engenheiro Militar, suas conclusões tinham muito a ver com o momento histórico "não precisamos demonstrar. A imagem geográfica é de si mesma bastante sugestiva" (CUNHA, 1909/1999, p.84) frase de inferência geopolítico-militar. O clima entre o Brasil e o Peru, podemos deduzir, ainda estava tenso, pois quando escreve a *Transacreana* o acordo de limites entre ambos não tinha sido ratificado, pairava a desconfiança de uma entrada franca na Amazônia acreana.[60]

O autor descreveu nesse ensaio todo o seu traçado, devendo ser construída de modo oblíquo, fugindo à navegação, nessas áreas expressiva pela presença dos rios Javari, Madeira, Purus e Juruá[61] que sem dúvida, permitiria uma cabotagem fluvial em função da ferrovia. Dizia:

> A estrada de Cruzeiro do Sul ao Acre não irá como as do Sul do nosso país, justapondo-se a diretriz dos grandes vales, porque tem um destino diverso. Estas últimas, sobretudo em S. Paulo, são tipos clássicos de linhas de penetração: levam o povoamento ao âmago da terra. Naquele recanto amazônico esta função, como o vimos, é desempenhada pelos cursos de água. À linha planeada resta o destino de distribuir o povoamento, que já existe. É uma auxiliar dos rios. Corta-lhes, por isto, transversa, os vales. (CUNHA, 1909/1999, p.78).

---

[60] O Acordo de limites entre esses países foi assinado em 1909 com veredicto de arbitro da Argentina. Ainda que este trabalho não trate desse Acordo importa lembrar que Euclides formou parte da comissão brasileira que levou em frente essa delimitação. O Acordo final foi favorável ao Brasil devido ao trabalho brasileiro, que hoje é conhecido como de inteligência, que terminou com a arbitragem argentina sendo aceita consensualmente pelos dois países e favorecendo nosso país. VER ANEXO.

[61] Ao observarmos mapas fica evidente que esses rios, como a maioria da Bacia Amazônica, nascem fora do Brasil (neste caso no Peru) e adentram no território brasileiro. Sem dúvida que isso e sua navegabilidade contribuem à integração transfronteiriça.

E para finalizar calcula, "A engenharia das estradas de ferro definem-na os norte-americanos nesta fórmula concisa e irredutível: é a arte de fazer um dólar ganhar o maior juro possível" (CUNHA, 1909/1999, p.80).

Em relação aos lugares abordados observamos que essa região continua fundamental como defendia Euclides. Esse artigo marca a sugestão da efetivação de políticas públicas para a região, relacionadas com a integração física através de obras de infra-estrutura, como a construção de ferrovias, colocando-as no nível de importância crucial, porventura estratégicas, ao envolver uma região "triparte" – Brasil, Bolívia e Peru.[62]

E é sobre esse caminho que Gilberto Freyre considera como um lampejo genial de intuição:

> o da Transacreana , além de sua função geográfica, demográfica, social, econômica, revestir-se de um claro sentido internacional: o de ligar o Brasil ao Peru, ao Equador e às Américas Central e do Norte (FREYRE, apud TOCANTINS, 1986, p.20).

Em virtude de sua sugestão para a construção da Transacreana como *auxiliar* dos rios, nas proximidades do rio Purus, o autor traça com detalhes pormenorizados as condições técnicas de navegação do Purus de muitas curvas e quedas sutis. Sobre a urgência de políticas públicas de infra-estrutura, assegurou:

> De qualquer modo urge iniciar-se desde já modestíssimo, mas ininterrupto, passando de governo a governo, numa tentativa persistente e inquebrantável, que seja uma espécie de compromisso de honra

[62] As ferrovias vêm sendo revitalizadas como mostra a reportagem do jornal Gazeta Mercantil de Gisele Teixeira, *Revitalização de ferrovias vai atrair R$ 11 bilhões em 2008.*

> com o futuro, um serviço organizado de *melhoramentos,* pequeno embora em começo, mas crescentes com os nossos recursos. (CUNHA, 1908/1995, p.271. grifo nosso).

Depuramos que os *melhoramentos* poderiam sofrer uma nova interpretação – envolver a utilização de mais de um meio de transporte, o que se chama hoje em dia de potencial intermodal ou multimodal, ou seja, nesse caso, juntar a navegação com a ferrovia.

Essas conclusões aparecem em *Viação Sul Americana* (CUNHA, 1909/1999) e partiram de sua constatação de que o sistema ferroviário argentino, chileno e boliviano eram fartos e integrados se comparados as nossas ínfimas linhas, cujas construções eram vistas pelo autor como o elemento para o progresso, do qual o Brasil não deveria isentar-se.

Alertou que enquanto nos debatíamos sobre o traçado da *Noroeste* (atual *Novoeste*) essas nações já estavam com uma quantia de ferrovias bem distribuídas. Mostrou, por exemplo, que na capital da Bolívia já estavam firmados contratos para construção de caminhos em demanda de Tupiza (Bolívia), e depois ao Peru e Argentina. Escreveu:

> Estando em andamento a construção dos 100 Km entre Tupiza e La Quiaca, vê-se, não mais ideada, ou planejada, senão reconhecida, projetada, orçada, contratada, a grande linha continental solidária com os sistemas peruano e argentino. (CUNHA, 1999, p.90).

Seu interesse nevrálgico era demonstrar quão fundamental era a interconexão das linhas almejando o Pacífico e todo o continente sul-americano. Por isso a emergência da "mais dilatada das transcontinentais sul-americanas. É a Noroeste do Brasil" (CUNHA, 1909/1999, p.93). Afirmando o aspecto internacional dessa estrada de ferro:

> Tornando-as simples pontos forçados de uma rota mais longa, lhes davam um caráter internacional,

> não só projetando-as até à faixa de 1.080 milhas das nossas fronteiras perlongadas pelo Paraguai, como as orientando à feição de vindouro entroncamento com os sistemas bolivianos capazes de nos conduzirem ao **Pacífico.** (CUNHA, 1909/1999, p.94).

E fez um alerta e uma constatação:

> Entre os coeficientes de redução do nosso progresso, avulta uma condição geográfica, que toda gente conhece. O Brasil é compacto. Falta-lhe penetrabilidade. Falta-lhe esse articulado fundo das costas, essa diferenciação do espaço [...]. (CUNHA,1902/1995, p.222).

Completa, com a assertiva que o traçado da *Noroeste* estão em terrenos onde "o Urubupungá no Paraná e Itapura no Tietê, distantes uma légua, são a base vindoura *do mais importante dos centros industriais da América do Sul"* [...] Sobretudo se advertirmos que ela será das mais concorridas escalas do maior tráfico *inter-oceânico* deste continente"(CUNHA, 1909/1999, p.99, grifo nosso).

A *Noroeste* tinha para Euclides um valor imenso, pois traria a possibilidade de contato entre o Atlântico e o Pacífico.[63] Era uma integração continental efetiva. Em suas palavras:

> Realmente, articulando aos caminhos bolivianos que partam de Corumbá [...] ela [a ferrovia Noroeste do Brasil] se destina a ligar a Bolívia e o Chile ao Atlântico, ao mesmo passo que seguindo por Santa Cruz de la Sierra e Cochabamba [Bolívia], transpondo as cabeceiras navegáveis do Guaporé e Chimaré, prosseguindo para Oruro [Bolívia], ponto forçado da Pan American Railway, e para La Paz, de onde derivará pela estrada

[63] A estrada de ferro *Noroeste* era, em princípios do século XX, a que mais aproximava o Brasil desse oceano.

> de Arica [Chile], o Brasil se aproximará consideravelmente do Pacífico. (CUNHA, 1909/1999, p.100).[64]

O desfecho do artigo traz mais uma vez o tema recorrente da ferrovia *Noroeste* com a possibilidade do encontro com o **Pacífico,** para nós sua preocupação maior:

> Revela-se, assim, de maneira gráfica, iniludível, a concorrência formidável desta estrada mato-grossense que vai aproximar-se do Pacífico, seguindo, paralelamente, o próprio deslocamento da civilização geral" (CUNHA, 1909/1999, p.102).

Cabe salientar que se note como o pensamento do autor mirava recorrentemente o Oriente, unido a nós brasileiros pelo Pacífico.

O transporte ferroviário era modelo de transporte dominante na época. No entanto se trouxermos para os debates atuais acerca do de-

---

[64] Obviamente quando Euclides escrevia não tinham acontecido na Bolívia os eventos políticos que tornam difícil esse tipo de ligação. A imprensa internacional informou em 17/10/2003 a queda do Presidente da Bolívia, Gonzalo Sánchez de Lozada, como consequência de uma revolta popular. O Presidente tinha projetado exportar para o México e EUA parte dos grandes excedentes de gás de seu país através de um porto chileno que poderia ser Arica (porto peruano até 1929 quando passou definitivamente a Chile), por meio de um gasoduto que teria que ser construído. Bolívia perdeu para o Chile na guerra de 1879-1883 (guerra feita por Chile também contra Peru); toda a sua costa pacífica (territórios que ficam no meio do Chile de hoje), transformando-se num país mediterrâneo. A revolta popular ocorreu porque a população boliviana acreditava que o gasoduto favoreceria o Chile além de não resolver o problema da mediterranidade do país. No dia 18 de julho de 2004 o novo Presidente, Carlos Mesa, em consequência de um referendum nacional recebeu poderes para negociar seu gás com Chile (extremamente pobre em energia fóssil) em troca de um porto soberano no Pacífico. Com esse fato podemos perceber que se a mediterranidade da Bolívia não for resolvida ficará muito difícil que ela aceite ser zona de passagem a qualquer tipo de construção que termine nos portos do Chile. CÁCERES, S. "Historia de lo masacre de octubre em Bolívia. Movilización echó a Gonzalo S. de Lozada" Acesso: red.voltaire.net; e, "Mesa busca una ley del gas que nadie pueda cambiar". Jornal La Razón. E a situação na atualidade é pior tendo em vista que Bolívia pediu ao Chile na Corte internacional de Haia para obter no Pacífico um porto *em territórios que foram dela* ou seja: no meio de Chile.

senvolvimento sustentável, elas acarretam menos impactos negativos no meio ambiente que as estradas. É o que nos garantem, por exemplo, os pareceres do Grupo de Assessoria Internacional (IAG) do PPG7 e artigos da National Geographic.[65]

As análises de Euclides presentes em O *Primado do Pacífico,* levam em conta paralelos apontados para com os EUA, grifando a quantidade de linhas férreas existentes nesse país, para Euclides, as responsáveis pela vanguarda comercial dessa nação. A questão das ferrovias esta subjacente ao assunto "imperialismo". Recomendou tendo em vista as longas linhas ferroviárias dos EUA "**emparelhamo-nos, nesse episódio** da vida nacional, com a grande república" (CUNHA, 1904/1995, p.189, grifo nosso).

Elas cobriam todo o território nacional e estavam articuladas com as rodovias, formando redes de conexão, cujo desenho possibilitou a conexão do Atlântico - onde estavam acumuladas "os seus mais intensos centros produtores e consumidores" (CUNHA, 1909/1999, p.127) com o Pacífico.

E reflete, "Realmente, quando os Estados Unidos conseguiram em 1898 que a Espanha, dessangrada, lhes cedesse as três mil ilhas das Filipinas,

---

[65] Peru: uma estrada do Brasil ao Pacífico. National Geographic – Brasil. Junho 2003 e, MMA recebe relatório sobre o novo PPA e a Amazônia. Disponível em www.ambientebrasil.com.br. Acesso 01 ago. 2003. Esses trabalhos mostram a devastação florestal ao longo das estradas. O Plano Plurianual da Amazônia (PPA-2004-2007) foi analisado pelos pareceristas do IAG, composto de pesquisadores da Amazônia como Bertha Becker e Manuela Carneiro da Cunha, entre outros, e financiados pelo PPG7(Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, dos 7 países mais industrializados do mundo) para avaliar os planos do governo federal para a Amazônia, de acordo com suas conclusões as estradas projetadas como a BR 163 (Cuiabá-Santarem) trazem "a mera perspectiva de instalação de grandes obras de infra-estrutura é suficiente para gerar fenômenos de abertura de novas fronteiras. A presença do Estado nas regiões objeto das frentes é irrisória, cujo elemento comum é a ocupação da terra e grilagem. Tal fenômeno de ocupação desordenada gera também intenso desmatamento, que parece destinado a aumentar ao longo dos próximos anos, atingindo novas regiões como o sul do Amazonas".

a sua política deslocou-se para o Pacífico" (CUNHA, 1909/1999, p.128).

E nesse mesmo texto também opina:

> Pelo menos, acompanhando-o, não mais nos maravilhará que os Estados Unidos hajam exagerado em tanta maneira as redes de seus caminhos de ferro, articulando-os as seis estradas, tão ao parecer excessivas, entre o Atlântico e o Pacífico, que possam hoje, desdobrando-as, enrolar oito vezes uma cintura de aço em torno da terra [...] É que não basta [...] ligar, linearmente, um litoral a outro, para o só transporte de passageiros e de cargas. Torna-se-lhe urgente deslocar para o Pacífico o melhor das energias nacionais, nascentes nas mais distantes zonas do país. As vagas povoadoras que durante meio século se desencadearam para o Far West, atraíram também aquele rumo às tendências mais enérgicas de toda a nacionalidade, impossibilitando-a de estancar nos litorais do Oregon e da Califórnia. A mesma força viva acumulada na marcha impele-a, agora, para o grande oceano. (CUNHA, 1909/1999, p.124).

Esclareceu como ilustração mais exemplar no domínio desse oceano a abertura do Canal do Panamá:

> E a abertura do "Canal Roosevelt", sugerida por motivos utilitários, sob a injunção premente de todos os interesses materiais, transforma-se, de golpe, num episódio culminante do progresso universal, exigindo uma preliminar obrigatória e urgentíssima: o pleno domínio das águas do grande oceano [...] não o embruscam os disfarces ou recatados véus das acomodações diplomáticas. Vimo-lo sobressair aos algarismos opulentos de uma tumultuosa campanha mercantil, que dia a dia se tornará mais séria; e adivinhamo-lo como efeito imediato das maiores exigências da nossa cultura, diante do despertar das velhas sociedades milenárias. (CUNHA, 1909/1999, p.128).

Euclides nesse trabalho escreveu sobre uma guerra "que, se porventura houver de reproduzir-se um conflito universal, entre Mongóis-malaios e Caucásios, o cenário não se armará, como na Idade Média, nas estepes da Europa Oriental. Desenrolar-se-á no Pacífico" (CUNHA, 1909/1999, p.128). Previsão acertada para os anos que antecedem a 2ª. Guerra Mundial com a invasão japonesa na Manchúria (China) em 1931, e, "A geografia prefigura a história. O conflito mercantil, ou militar, de qualquer modo o embate das duas raças defrontantes, terá, tudo o denuncia, a forma inicial de uma luta entre os Estados Unidos e o Japão" (CUNHA, 1909/1999, p.130). Como a história mostrou houve ataque do Japão a Pearl Harbor e bombas atômicas lançadas pelos EUA em cidades japonesas, Hiroshima e Nagasaki.[66]

Euclides via o oceano Pacífico como a última fronteira de recursos econômicos que faltava para conectar o mundo inteiro, ao se referir as quantias que a China, Japão, Australásia e Índia poderiam importar dos EUA, como também do "comércio universal". Em suas palavras:

> Aquelas importâncias são naturalmente nímio diminutas ante as de um próximo futuro. Em estudo recente, o ministro japonês Eki Hioki demonstrou que só a China, com uma população oito vezes maior que a do Japão, num território vinte e seis vezes mais vasto, pode, de acordo com a razão de $ 27 per capita, estabelecida hoje para a riqueza européia, figurar no comércio universal com o numero assombroso de 10.800.000.000 de dólares, por ano, se não lhe tolher o seu inegável desenvolvimento atual. (CUNHA, 1909/1999, p.126).

[66] Considerou, a "geografia prefigura a história" (CUNHA, 1909/1999, p.130) e ainda comumente os lugares são importantes na escolha de aplicação de políticas. Quando escreveu o perigo militar estava mais visível, hoje o mais notável são disputas por uma economia que se quer global. Euclides também nos faz repensar sua pontualidade quanto ao que vem ocorrendo na Coreia do Norte e seus testes com armas nucleares, desestabiliza as nações e encontra um momento de polvorosa com o presidente eleito dos EUA, Donald Trump.

Escreveu, por exemplo, sobre o Japão, potência que emergia então, mas não se limita a ele, e antevê a importância dos territórios ribeirinhos do Pacífico. Coloca:

> [...] As ilhas de Havaí, Midwais, Mariana e Filipinas, que os abalos do maior centro vulcânico do globo espalharam por aquelas águas, alinhando-as e intervalando-as [...] são, de fato, agora as *least stones* em que se levantarão todos os pilares da ponta ideal de cento e vinte graus de longitude de vão, por onde a civilização caminhará, tentando ultimar o circuito da terra, ou por onde refluirá, arremetente, o mundo asiático despertado de uma letargia milenária, pelo rejuvenescimento do Japão. (CUNHA, 1909/1999, p.132).[67]

Retomando mais uma frase premonitória de Euclides:

> [...]o *wakening of the East,* se o medirmos pela escala do Japão - isto é, por um décimo da sua valia futura -, originará indescritíveis surpresas. Não há prefigurá-las. Não existe em todo o passado um só elemento, ou sucesso, ou ponto de referencia, para se avaliar o renascimento quase repentino de um terço da Humanidade sobre um terço da superfície útil da Terra. (CUNHA, 1909/1999, p.128).

Em trabalhos anteriores do autor constatamos a persistência nesse oceano, *Entre o Madeira e o Javari,* demonstrativo de uma concentração de esforços permanente na orientação de seus estudos:

> Por uma circunstância realmente interessante, os *yankees,* depois de estacionarem largos anos diante das Rochosas, saltaram-nas, vivamente atraídos pe-

[67] Por exemplo, a China hoje possui a maior população mundial com quase 1,4 bilhão de pessoas, e no período 2004-14 apresentou um crescimento econômico anual de 10,0% sendo no ano 2014 a segunda economia mundial com um PIB de USA$10.431 bilhões (a primeira é EUA com USA$ 17.348 bilhões e Japão terceira com US$ 4.596 bilhões). *The Economist. Pocket World in Figures, 2017 Edition,* pgs. 24 e 250.

> las minas descobertas na Califórnia, precisamente no momento em que nos avantajávamos até o Acre [...] No mesmo ano de 1869, em que nos prendíamos por uma companhia fluvial àquelas esquecidas fronteiras, eles se ligavam ao *Paáfico* pela linha férrea do Missouri, audaciosamente locada nas cordilheiras e nos desertos. Emparelhamo-nos, neste episódio da vida nacional, com a grande república. (CUNHA, 1904/1995, p.189, grifo nosso).

Sobre o Pacífico sua insistência é bastante pulverizada na obra como um todo. Isso em razão de que Euclides tinha ambições maiores que a circunscrição fronteiriça brasileira.

Desse modo, concluímos que esses estudos amazônicos euclidianos são de grande importância, pois é óbvio que não temos comunicação direta com esse oceano, o maior do mundo, que cada vez mais vem crescendo em importância. Embora já exista uma comunicação indireta com o grande oceano, através da Rodovia Transoceânica que nos une ao Peru alcançando o Pacífico.

ANEXO

Havia em 1903-1904 um sério problema de fronteira entre o Brasil e o Peru, devido a negociação feita com a Bolívia nas terras do hoje Acre. As divisas eram de grande interesse e preocupação em função dos interesses econômicos acirrados com os ganhos na exploração da borracha.

Para entendermos melhor esse problema uma data importante é 1898, quando o governo brasileiro, mesmo reticente, reconheceu a soberania da Bolívia sobre as terras acreanas, local onde já moravam brasileiros que extraíam quantidades importantes de borracha e lucravam com sua exportação. O governo boliviano criou nessas terras um posto alfandegário no rio Acre (principal do vale do Acre) na cidade de Porto

Alonso (hoje Porto Acre) o *Bolivian Syndicate* de comando estadunidense cuja aliança garantia a defesa em caso de uma guerra oferecida pelos EUA e a Bolívia ofertava a borracha. O Brasil "aceitou" entender que as terras exploradas eram bolivianas.

Mas haviam muitas incursões peruanas na região recém comprada da Bolívia pelo Tratado de Petrópolis de 1903. A questão era como preservar a integridade territorial brasileira na região pois a diplomacia peruana contestava o Tratado de Petrópolis. O Peru alegava que a Bolívia não poderia negociar terras que não eram dela.

Nesse sentido armou-se a *Comissão Mista Brasileira-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus* em 1904 pois as tensões se acirraram entre o Brasil e o Peru no momento em que foi Ministro das relações exteriores, D. José Pardo, do governo do Presidente Manuel Candamo, que "nutria forte indisposição pelo Brasil, e, em especial, o Barão do Rio Branco" (TOCANTINS, 1968, p.192). Com a morte de Candamo, em maio de 1904, o vice-Presidente Serápio Calderón nomeou um novo Ministro das relações exteriores, D. Alberto Elmore, mais acessível a um acordo; foi quem concluiu com o Brasil o *Modus Vivendi* de 12 de julho de 1904, neutralizando as áreas em disputa, cujo pacto estabelecia "que as duas nações verificassem *in loco* as zonas do Alto Purus e Alto Juruá, a fim de adquirir uma idéia exata de seus habitantes, de suas peculiaridades geográficas e tudo o mais necessário a um tratado definitivo" (TOCANTINS, 1968, p.20).). Com essa missão, Euclides da Cunha partiu em 13 de dezembro de 1904 para Manaus liderando a Comissão Mista Brasileira-Peruana.

Mas o clima de acordo do *Modus Vivendi,* durou pouco. A tensão política voltou quando D. José Pardo foi eleito Presidente do Peru em 24 de setembro de 1904. Tocantins afirma, "o interregno de entendimento que assinalou a rápida passagem de D. Alberto Elmore no Ministério do Exterior foi substituído, de novo, pela política dura, agora inspirada diretamente pelo Chefe da Nação" (TOCANTINS, 1968, p.193). O Presiden-

te José Pardo não gostou do *Modus Vivendi,* que significava um recuo da posição do Peru; exigia agora o arbitramento e não uma solução política, posição, como explicou Tocantins, não desejada por Euclides e Rio Branco, ambos não admitiam "solução política para o caso: só era válido o exame técnico-jurídico, fundamentado nos títulos históricos" (TOCANTINS, 1968, p.200). Decorre dessa situação o trabalho feito por Euclides que hoje seria chamado de *inteligência,* recuperando documentos históricos da América hispânica para fundamentar sua defesa, de que as terras recém adquiridas em de fato de territórios da Bolívia e não peruanas.

Assim que Euclides volta da viagem e concluído o Relatório Oficial da Comissão Mista publicado pela Imprensa Nacional em 1906, Euclides passou a trabalhar como colaborador técnico do Barão Rio Branco no Itamaraty fazendo mapas e textos sobre política sul-americana. O chanceler Rio Branco pediu para que preparasse uma série de artigos (publicados no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro no ano de 1906 e editados pela Livraria Francisco Alves, em 1907) esclarecendo ao público os direitos da Bolívia em sua questão de limites com o Peru, cuja publicação ajudava formar a opinião sobre do assunto que indiretamente interessava ao Brasil, pois a assinatura do Tratado de Petrópolis com a nação boliviana era recente e "as pretensões do Peru incluíam todo o recém-adquirido Território do Acre, indo até a famigerada linha Madeira-Javari do Tratado de Santo Ildefonso" (TOCANTINS, 1968, p.189).

A legitimidade de Euclides na defesa dessas terras foi construída pela publicação de *Os Sertões* (1902), e por conhecer a região em disputa, requisitos que conferiam autoridade às posições publicadas. Nesse sentido, servia de orientação à incipiente opinião pública brasileira sobre o caso do Acre.[68]

[68] Para Eli N. Lima (2002) ao mesmo tempo produziu as imagens de uma Amazônia "vazia" e que vieram a povoar as manchetes dos jornais do centro-sul do país.

Argumenta que o Peru reivindicava aquelas terras tendo por justificativa a Cédula Real de 1796, cuja deliberação provinha do poder do reinado da Espanha. Essa Cédula agregou ao Vice-Reinado de Lima a Intendência de Puno, mas como defende Euclides, essa adição nada alterou o domínio sobre as terras no Acre, pois a área integrada ao Vice-Reino de Puno não atingia as terras em litígio.

Para reforçar um argumento frágil, como trata Tocantins, o Peru faz uso da divisão administrativa da colônia espanhola, cujo nome 'Audiência' era uma forma de governo que tinha precedência sob Charcas (hoje território boliviano) e Puno, tampouco Charcas como *Intendências* podiam ampliar, povoar ou pacificar territórios, ação que cabia à **Audiência:**

"Estes territórios de *índios infieles* deveriam passar tacitamente a jurisdição da Audiência de Lima, porque Lima tinha precedência a Charcas em categoria administrativa." (TOCANTINS, 1986, p.227).

Esse modelo administrativo passou a vigorar a partir de 1803, quando houve uma ordem da Espanha que dispôs a criação de duas novas unidades administrativas "modelando-as pelas raias dos bispados"; de acordo com elas "mantiveram-se as Audiências divididas em Intendências, prefigurando os Departamentos atuais" (CUNHA, 1907/1995, p.865).

Do velho vice-reinado peruano surgiram dois vice-reinados: o primeiro de Nueva Granada, em 1739, e o segundo de Buenos Aires, em 1776, este último nos explica as Intendências responsáveis pelas terras em litígio.

Havia a seguinte divisão: "O vice-reinado de Buenos Aires repartia-se nas Intendências de Buenos Aires, Assunção do Paraguai, São Miguel de Tucumã, Mendoza, Santa Cruz de la Sierra, La Paz, La Plata (arcebispado de Charcas) e Potosi [cada uma correspondia às áreas dos seus respectivos bispados] além dos territórios de Moxos, Apollobamba, etc. O do Peru, nas de Lima, Tarma, Huamanga, Huancavelica, Arequi-

pa, Cuzco e Puno, em que se tinham fracionado as suas cinco dioceses" (CUNHA, 1907/1995, p.865).

Desse modo, Euclides deixou claro que a Intendência de Charcas consta na Audiência de Buenos Aires e não de Los Reyes, como alegavam os peruanos.

A Intendência que mais aproximava o Peru das terras em litígio, segundo outro mapa de D. André Baleato, utilizado por Euclides, era a de Cuzco e, para além dela, mais para nordeste o que se registrava era: "lê-se, num grande espaço em branco: *Países incógnitos.*" Tentou deixar claro que detém direito sobre as terras os territórios de Apollobamba e de Moxos cujos espaços pertenciam à Audiência de Charcas que em 1825, com a independência, fizeram parte da Bolívia.

No entanto, o Ministro Rio Branco, vendo a situação caminhando para um conflito armado, arregimenta mais pessoas para explicar o complicado impasse. Contratou um jurista e perito em Direito Internacional, Basset Moore, para confrontar os elementos históricos com as doutrinas do Direito Internacional. Suas conclusões foram que o Tratado de 1777 de Santo Ildefonso perdeu seu valor quando a Espanha declarou guerra contra Portugal, "seu reino e seus domínios, e instruções foram remetidas aos Vice-Reis espanhóis da América do Sul [...]. O Tratado de Badajós, em 6 de junho de 1801, não restabeleceu o de 1777, nem restaurou *status quo ante bellum"* (BASSET MOORE apud TOCANTINS, 1968, p.195).

Euclides, em apoio, argumentou que a paz de Badajós cancelou definitivamente o Tratado de Santo Ildefonso "que repetira a linha Madeira-Javari do Tratado de Madrid, em 1750" (TOCANTINS, 1968, p.190); além dela, a Convenção Especial de Comércio, Navegação e Limites de 1851, assinada entre Brasil e o Peru, reafirmou mais ainda a nulidade das pretensões peruanas ao consentirem o "critério do *uti possideti* na fixação

de suas fronteiras" (TOCANTINS, 1968, p.190), afastando sobremaneira a restauração de Santo Ildefonso.

Sustentou que o argumento do Peru sob o direito das terras tomando-se por base Santo Ildefonso era equivocado, pois o Tratado data de época em que o Peru era uma nação dependente da Coroa espanhola, reivindicando um tratado quando não era uma nação soberana. Escreveu:

> quem quer que nos atuais deslindamentos considere a República peruana revestida do prestígio extinto de um vice-reinado, que por igual se estendia às outras circunstâncias, recorda o matemático obtuso e esmaniado, que intente resolver um problema de mecânica, entre vários corpos, submetendo apenas um deles a gravidade, que se exercita em todos [...] no pleito atual, certo, não se defrontam o vice-reinado do Peru e a Bolívia. Fora contrapor uma nação a um fantasma. (CUNHA, 1907/1995 p.837).

Valeu-se ainda do artigo 7º desse Tratado, destacando a anuência sob o *uti possideti* onde: "reconheciam como fronteira a povoação de Tabatinga e daí para o norte em linha reta a encontrar o Japurá, defronte da foz do Apoparis; e de Tabatinga para o sul o rio Javari, desde a sua confluência no Amazonas" (CUNHA, 1907/1995 p.821). Concordaram que teria direito à posse das terras quem nelas morasse fazendo melhorias, posse efetiva ou real.

Para endossar mais o emaranhado de datas, paralelos e meridianos junto ao árbitro argentino, a quem cabia a decisão final sobre os domínios dos territórios, o Peru incluía as terras do Território[69] do Acre, as que foram reconhecidas pelo Tratado de Petrópolis entre Brasil e Bolivia.

---

[69] Aparecia pela primeira vez, no direito público brasileiro, a figura do Território Federal, cujo *status* foi reconhecido pela Lei 1.181 de 25 de fevereiro de 1904, dividido em três departamentos: Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá. (LIMA, 2002).

O livro *Peru versus Bolívia* teve de ser confeccionado às pressas pois a imprensa brasileira noticiava que o Acre estava perdido para o Brasil, o argumento era: o Tratado de Petrópolis seria anulado pela sentença do árbitro argentino - apostavam nessa resolução até mesmo diplomatas experientes como Oliveira Lima e Salvador de Mendonça - ambos acreditavam que o Acre ia ter de ser comprado novamente, ou haveria guerra. Agora a Argentina iria considerar qual das duas nações, Bolívia ou Peru, teriam direito sobre o Acre. (TOCANTINS, 1968, p.196). O jornalista Clóvis Bevilaqua tinha um parecer diferente:

> [...] não sendo o Brasil nem cessionário nem sucessor da Bolívia, a decisão arbitral não lhe poderá atingir. É *res inter allios.* É um erro, portanto, dizer que o árbitro argentino vai decidir se o Acre é ou não peruano. O que ele vai fazer é fixar os limites entre o Peru e a Bolívia, segundo os títulos espanhóis que apresentaram. (Clóvis Bevilaqua apud TOCANTINS, 1968, p.197).

O livro *Peru versus Bolívia*[70] tem caráter de parecer técnico, aliás tão bem fundamentado na defesa da Bolívia que causou uma crise política entre Brasil e Argentina.

Estanislau Zeballos, chanceler argentino e ex-Ministro do Exterior, acusava-o de instrumento de coação de Rio Branco junto à opinião pública argentina, alegava que essa publicação interferia em assunto que só cabia ao governo argentino decidir, dentro de suas prerrogativas de árbitro. Declarava ter ligações intimas com o autor do livro, insinuando para a opinião pública de seu país uma deslealdade da parte de Euclides da Cunha.

[70] Foi traduzido para o espanhol por Eliodoro Villazón na imprensa argentina, sob o título "La cuestión de limites entre Bolívia y el Peru" (TOCANTINS, 1968, p.226)

Tocantins explica a rivalidade desde o caso em que Zeballos perdeu os territórios das Missões, quando ele e Rio Branco foram advogados no processo arbitral sob o juízo do Presidente dos EUA – "a vitória do Brasil decepcionou profundamente a Zeballos, e a sua ascensão à Chancelaria ofereceu-lhe a oportunidade de desaguar no estuário emocional toda a sua mágoa e despeito" (TOCANTINS, 1968 p.228).

A pendência com o Peru termina em 1909. Em 09 de julho saiu a decisão arbitral da Argentina. O embaixador Domício Gama escreveu a Rio Branco que a decisão não "afetará parte do território em litígio já em poder do Brasil" (GAMA apud TOCANTINS, 1968, p.233).

O veredicto do Presidente argentino Figueiroa Alcorta surpreendeu, pois deu ganho de causa a ambos – Bolívia e Peru – como solução, dividiu o território ao meio.

A Bolívia recusou o laudo. Segundo o Presidente General Ismael Montes, a questão não exigia equidade e sim princípios jurídicos e títulos históricos. Perdeu domínios sobre os rios Acre, Tahuamanu, Buyubuymanu, Manupiri, Madre de Dios e Tambopata (TOCANTINS, 1968, p.234).

O Brasil não tomou posição, ainda mais na situação delicada em que se encontrava. Rio Branco entendia que defender a Bolívia seria interpretado pelo Peru com o prejudicial aos seus interesses. Ademais, o Brasil não desejava mais complicações com o Peru. Telegrafa a Domício da Gama: "o laudo argentino não atingiu o direito do Brasil e, portanto, não há em jogo interesse algum brasileiro na presente questão perúvio-boliviana" (RIO BRANCO apud TOCANTINS, 1968, p.235).

O livro *Peru versus Bolívia,* com todo arcabouço histórico, alcançou resultados positivos, pois o árbitro argentino excluiu o Território do Acre da demanda, ao contrário do desejo peruano. Portanto, Euclides teve sua recompensa ao se declarar "cavaleiro andante da Bolívia contra o Peru", posição a que Tocantins defende.

Aproximadamente um mês após a divulgação do laudo argentino de 09 de julho de 1909, que de certa forma favorecia o Brasil, a 15 de agosto Euclides foi morto. Em 09 de setembro foi selado por Rio Branco e o Ministro peruano Hermán Velarde o Tratado de Limites ente o Brasil e o Peru, que resolveu definitivamente a questão de fronteira entre ambos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAYO, E. Da Amazônia ao Pacífico cruzando os Andes - Interesses envolvidos na construção de uma estrada, especialmente dos EUA e Japão. **Estudos Avançados,** São Paulo, v. 17, n. 17, p. 119-169, 1993

BID - BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO. **América del Sur 2020:** una visión estratégica de la integración física regional. Caracas: BID-CAF-FONPLATA, jul.2003.

CUNHA, E. da. **Obra completa em dois volumes.** 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995. 2v.

CUNHA, E. da. **À Margem da História.** São Paulo: Martins Fontes, Temas Brasileiros, 1999.

CUNHA, E. da. **Peru versus Bolívia.** Rio de Janeiro: Tip. do Jornal do Comercio, 1907.

LIMA, Eli. F.N. **História e narrativa:** Euclides da Cunha na Amazônia. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro ,2002.

MAGALHÃES Ramon, I.V. **A Amazônia e a integração ao Pacífico. Euclides da Cunha: no Centro da História?** Dissertação (Mestrado em Sociologia)– UNESP, Araraquara 2005.

REIS. Irene Monteiro. **Bibliografia de Euclides da Cunha.** Rio de Janeiro : Instituto Nacional do Livro. 1971.

MEGALE, B.; CASADO, L. Peru tem novas empreiteiras sob suspeita. **Folha de São Paulo,** 30 jan. 2017.

TOCANTINS, L. **Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido.** Tentativa de interpretação de uma presença singular na Amazônia e a consequente evolução de um pensamento sobre a paisagem étnico-cultural, histórica e social brasileira, alargando-se nos horizontes da história transcontinental. Rio de Janeiro: Record, 1968.

TOCANTINS, L. **Euclides da Cunha Um Paraíso Perdido.** Ensaios, Estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

THE ECONOMIST. Pocket World in Figure, London: Penguin Group, 2017.

RELIGIOSIDADE EM JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI E A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO: EM BUSCA DE UMA NARRATIVA CONTRA HEGEMÔNICA PARA A AMÉRICA LATINA

Adriana Cardoso da Silva[71]

1. INTRODUÇÃO

O fim a que as letras se dirigem (e não falo agora das divinas, que aspiram somente a encaminhar as almas para o céu, fim este tão sem fim, que nenhum outro se lhe pode igualar) quero dizer as letras humanas, é estabelecer com clareza a justiça distributiva e dar a cada um o que é seu...[72]

A primeira vista a busca de conexões entre religiosidade na obra do intelectual e militante peruano José Carlos Mariátegui (1894-1930) com a produção teórica fundante da Teologia da Libertação do teólogo também peruano Gustavo Gutiérrez pode parecer estranha, mas não é se levarmos em conta suas origens, formações culturais, religiosas e preferências políticas. Trata-se, pois, de afirmar o que não deveria ter deixado de ser evidente e também de um exercício que não está separado das opções básicas de quem as realiza. Produção teórica aqui, não é concebida separadamente de quem as produz, assim sendo, à partir de um ponto de vista da religiosidade, buscamos uma aproximação entre essas duas produções emblemáticas da América Latina. Esperamos, com este artigo, avaliar similaridades presentes entre ambos e possíveis divergên-

---

[71] Adriana Cardoso da Silva é graduada e mestre em Ciências Sociais pela Fclar/UNESP Araraquara. Lattes: http://lattes.cnpq.br/2651233196576352. E-mail: adrianarp.cardoso@gmail.com

[72] Cervantes Saavedra: *Dom Quixote De La Mancha,* 1981, p. 227.

cias entre os dois.

José Carlos Mariátegui era essencialmente jornalista e cronista das décadas de 1920 e 1930. Embora não tenha sido um teólogo, vigora nas suas elaborações uma dimensão religiosa e espiritual que integra a construção do seu discurso revolucionário e que lembra muito as ideias da Teologia da Libertação, movimento sócio religioso nascido na América Latina entre as décadas de 1960 a 1970 que compõe uma das forças decisivas para a democratização de países que na América Latina vivenciaram processos de ditadura ao longo dessas décadas, como Brasil, Chile, Argentina, etc. (LÖWY, 2000). A afirmação e a amplitude do conceito de religião em Mariátegui, bem como sua oposição as críticas racionalistas e antirreligiosas, demonstram um olhar mais atento ao papel histórico cumprido pelas diferentes formas de manifestações religiosas na história sociopolítica dos povos do subcontinente. Trata-se de aspectos que contrastam com às abordagens de outros autores marxistas que tratam do tema da religião.

É possível, ademais, identificar em seus escritos características de um pensamento religioso que, articulado ao seu referencial teórico metodológico marxista, serve de inspiração a orientação de práticas sociais capazes de unir diversos setores populares rumo a luta pela conquista de direitos sociais, e, consequentemente, por uma sociedade mais justa e igualitária. Temas estes marcantes na Teologia da Libertação e imprescindíveis para nossa atualidade quando vivenciamos cotidianamente a redução dos direitos sociais outrora conquistados. Sem desconsiderar o caráter amplo do movimento da Teologia da Libertação elegemos a produção teórica emblemática de Gutiérrez para aproximação com o pensamento de Mariátegui por duas razões: pelo profundo conhecimento que o sacerdote peruano demonstra da linha marxista de Mariátegui, e também, como assegura a historiadora Iokoi (1996), porque o teólogo católico tem uma dimensão ampla nas lutas realizadas nas últimas décadas.

De Mariátegui indicaremos alguns escritos de sua fase considerada tardia, conhecida como o de sua "idade da razão" , com atenção especial ao quinto ensaio, "O Fator religioso", de sua obra célebre chamada Sete Ensaios de interpretação da realidade peruana, publicada pela primeira vez em 1928, onde o autor trata do tema religioso elaborando uma crítica ao pensamento racionalista e antirreligioso. Conjuntamente, nos debruçamos em outros de seus artigos jornalísticos mais breves, tais como "O homem e o mito" (2005a), "Ética e socialismo" (2005b) e "Idealismo Materialista" (2005c), capazes de fornecer os substratos necessários para a nossa busca dos vasos comunicantes entre as figuras em questão.

É válido advertir que, salvo os Sete Ensaios, considerados um dos escritos mais sistematizados de Mariátegui, não há em sua obra a constituição de uma regra específica. Suas formulações denotam um pensamento que é inerente à sua prática, construindo-se pouco a pouco em um movimento espiral. São temas organizados de forma dispersa e não sistematizada. Nem por isso – lê-se em Gustavo Gutiérrez – "[...] deixa de conter em cada parte o todo" (1995, p. 42). São temas que estão estreitamente ligados entre si, de modo que há em sua obra uma continuidade a seguir, o que faz com que possamos admitir, inclusive, a investigação de elementos da continuidade entre as etapas distintas da vida do autor (MELLIS, 2013).

2. MARIÁTEGUI E SUA PRESENÇA NA OBRA DE GUSTAVO GUTIÉRREZ

Gustavo Gutiérrez nasce em 8 de junho de 1928, dois anos antes da morte do jornalista peruano, em 1930. Após tornar-se sacerdote em 1959 e retornar ao Peru, chega a dar aulas sobre o Mariátegui na Universidad Católica de Lima, ao mesmo tempo, que se encarrega de uma paróquia no bairro popular de Lima, Rímac, realizando trabalho pastoral

intenso. Somente 41 anos após a morte do jornalista peruano, é que o sacerdote dominicano publica o livro inaugural Teologia da Libertação: perspectivas em 1971, obra que lhe confere reconhecimento como "pai" da Teologia da Libertação (T d L) (BOTELLA CUBELLS, 2011). Marca indiscutível como a que foi atribuída à Mariátegui enquanto "pai" do marxismo latino americano, após a repercussão de sua reconhecida obra Sete Ensaios.

Do mesmo modo que a vida marcadamente frágil de JCM, em decorrência de um golpe que recebera ainda criança no joelho da perna esquerda e que o deixaria coxo até o fim de sua vida, a adolescência de Gutiérrez também é afligida por uma doença que o fizera passar anos de sua vida restringida entre a cama e a cadeira de rodas. É muito provável que o período de convalescença dessa fase jovem de suas vidas tenha reforçado, em ambos, um aprendizado precoce e autodidata capaz de contribuir para um desenvolvimento imaginativo e humanístico em suas formações. Atualmente, com 89 anos de idade, Gutiérrez vivencia uma situação nova nunca antes vivenciada pelos teólogos da libertação. Com exceção da semelhança em suas fases juvenis, existem diferenças significativas nas suas formações, tendo em vista que diferentemente de Gutiérrez, Mariátegui obteve uma formação autodidata fora dos marcos acadêmicos. Há, além disso, um intervalo de mais de quatro décadas entre os anos de produção mais intensa do primeiro (1920 a 1930) e a paradigmática publicação da obra mencionada de Gutiérrez, em 1971. Reconhecendo tratar-se de momentos históricos distintos - ainda que ambos marcados pela repressão de regimes autoritários -, optamos por avaliar os aspectos teóricos comuns que envolvem a concepção de religiosidade a partir dos pressupostos centrais contidos em suas obras. Aqui é importante mencionar a identificação com a presença de Mariátegui na teoria do teólogo peruano, até onde pudemos verificar, em três momentos: o primeiro relacionado com a formulação de Teologia da Libertação: perspectivas (2000), cuja presença surge em alguns parágrafos, e com

mais força na terceira das três palestras que encerram o esboço final que fundamentará essa sua obra. A terceira palestra pronunciada em Santiago de Chile no encontro de 1971 para sacerdotes envolvidos na pastoral popular, onde o tema envolveu a participação dos cristãos na construção do socialismo em Chile (ALMEIDA apud LOPES, 2009).

Já o segundo momento ressurge com mais intensidade em um dos artigos reunidos e publicado no "Anuário Mariateguiano", onde o teólogo peruano discorre sobre "A autonomia intelectual de José Carlos Mariátegui" (1995). Por fim, a terceira manifestação tem a ver com a presença do pensamento de Mariátegui nas reflexões do teólogo peruano nos dias atuais. De acordo com a Universidad Antonio Ruiz de Montoya (2014), na cerimônia de celebração de sua incorporação como Professor Honorário do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da mesma universidade, o reverendo rendeu homenagem pelos 120 aniversários de Mariátegui apresentando uma aula magistral sobre o tema da religião em sua obra. O professor afirmou tratar-se de um pensador que desenvolvera uma valorização cultural da religião, e ressaltou a necessidade de conhecer a contribuição cultural daquele que entende ser um dos pensadores mais importantes do Peru.

É bem verdade que Mariátegui não foi o único intelectual latino americano a inspirar o teólogo peruano. Na nova introdução presente na 9ª edição de Teologia da Libertação: perspectivas, publicada em 2000, o teólogo explica a importância do diálogo entre "fé" e "cultura" produzido por Mariátegui e outros tantos autores latino americanos como os peruanos César Vallejo (o mais importante poeta do Peru contemporâneo de JCM), José María Arguedas (sua obra como o etnólogo e romancista essencial dos indígenas andinos do séc. XX foi escrita entre os fins das décadas de 1930 e 1960), Felipe Guamán de Ayala (o mais importante cronista indígena que se conhece sua obra foi escrita a fins do séc. XVI) para citar alguns que contribuíram, em maior ou menor medida,

como referências para a construção do pensamento teológico libertador (GUTIÉRREZ, 2000). Sobre o papel de tais referências na nova Teologia o padre escreve: "Trata-se de peruanos que viveram profundamente o momento que lhes coube, que se comprometeram entranhadamente com os sofrimentos e as esperanças de nosso povo e souberam expressar como poucos a alma nacional, índia e mestiça" (GUTIÉRREZ, 2000, p. 35). Como é possível ver, como Mariátegui, outros intelectuais também contribuíram para a obra de Gutiérrez inteiramente dedicada à reflexão teológica. Da mesma forma, é possível afirmar que dentre os teólogos da libertação, Gutiérrez não foi o único que se valeu das ideias mariateguianas. O mesmo interesse pelo pensamento do autor reaparece em outros teóricos como, por exemplo, no filósofo Enrique Dussel (1994) cuja obra traz apontamentos acerca de uma "filosofia da revolução" profundamente impregnada de realismo psicológico e sociológico recorrentes nas ideias do autor peruano.

De todo modo, o processo unilateral de influência não é única forma de buscar correspondências entre as duas proposições em questão. Mas não podemos negar que a investigação da presença do pensamento de JCM na obra de Gutiérrez colabora com a compreensão das afinidades entre ambas produções. A influência intelectual mariateguiana poderia eventualmente desdobrar-se para o quadro mais amplo do movimento cristão, porém de maneira matizada, uma vez que o alcance do seu pensamento subsiste menos no movimento cristão do que no do teólogo peruano. Seja como for, no movimento social da Teologia da Libertação a influência mariateguiana apresenta-se de modo residual que não cabe pesquisar neste trabalho. Seguiremos adiante com a investigação das conexões que podemos encontrar nas elaborações enunciadas, especialmente no que diz respeito à busca dos fatores espirituais na caracterização do comportamento político dos sujeitos sociais.

3. TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO, MARIÁTEGUI E OS TRAÇOS DE UMA TEOLOGIA HERÉTICA:

> *Há provavelmente na alma de todo homem um fogo metafísico que permanece oculto sob cinza e tanto mais ameaçado de extinguir-se quanto mais o espírito tenha recebido cegamente uma maior dose de doutrinas acabadas; o evocador é aquele que sacode essas cinzas e faz brotar a chama.*

Na tentativa de pontuar similitudes observamos que tanto em José Carlos Mariátegui quanto na Teologia da Libertação de Gutiérrez, não se reivindica um espiritualismo que sirva de refúgio diante dos dissabores e sofrimentos cotidianos, senão o de viver em mútuo enriquecimento os aspectos que com frequência a mentalidade ocidental separa a dimensão espiritual e material. A significação de espiritualidade em Gutiérrez (2000) encontra-se na reordenação dos grandes eixos da vida cristã em função do presente. Nessa perspectiva, mais que definir o mundo em relação ao fator religioso, este se redefine diante do profano (GUTIÉRREZ, 2000). A recuperação do aspecto histórico e existencial permite o caminho para o mútuo enriquecimento entre ambas as dimensões aludidas. Em Mariátegui, em contrapartida, essa significação está em desenvolver um projeto socialista para o Peru que não dissolva suas raízes de religiosidade ali já existente mas que, ao mesmo tempo, desmistifique qualquer tentativa espiritualização (vulgar) do marxismo (MARIÁTEGUI, 2005j). Esse ponto requer que explicitemos, para nossa comparação, a qual espiritualização se refere o socialista peruano, ao mesmo tempo em que exibe o modo como ele relaciona dialeticamente materialismo e idealismo (MARIÁTEGUI, 2005c). Assim, claramente expresso em seu escrito de nome similar ["Idealismo Materialista"] (2005c), para ele é inválida toda tentativa pseudomarxista de espiritualizar a base material da corrente marxista, investida que identifica nos revisionistas, como veremos na passagem a seguir:

> Os revisionistas como Henri de Man – que, segundo a expressão de Valverde, desossam o marxismo, por medo de parecer atrasados em relação às atitudes filosóficas de impulso claramente reacionário – não pretendem nada além de uma retificação apóstata, mediante a qual o socialismo, por um frívolo prurido de adaptar-se à moda, atenuaria suas premissas materialistas até torná-las aceitáveis a espíritas e teólogos. (MARIÁTEGUI, 2005c, p. 210).

Ao avaliar como arbitrária a primazia do espiritual frente ao material, Mariátegui explica que os revisionistas teriam de ater-se ao dualismo mais arcaico se tentassem distinguir ambos os valores (MARIÁTEGUI, 2005c). Há desse modo uma preocupação do autor em alertar sobre o engano comum em associar a filosofia materialista a uma vida mais ou menos grosseria e incapaz de uma ascensão moral, espiritual e filosófica. "[...] a primeira posição falsa nessa mediação é a de supor que uma concepção materialista do universo não seja capaz de produzir grandes valores espirituais" (MARIÁTEGUI, 2005c, p. 220). E complementa:

> A biografia de Marx, de Sorel, de Lenin, de mil outros agonistas do socialismo, nada fica a dever, como beleza moral, como plena afirmação do poder do espírito, à biografia dos heróis e ascetas que, no passado, agiram de acordo com uma concepção espiritualista ou religiosa, na acepção clássica destas palavras. (MARIÁTEGUI, 2005c, p. 227).

Como resposta aos revisionistas, Mariátegui busca inspiração na "admirável justeza" de Piero Gobetti a fim de marcar sua oposição categórica diante do que denominou "influência crescente da filosofia acadêmica idealista". Ao citar o escritor italiano, escreve: "Uma mente latina não pode achar uma fórmula mais classicamente precisa do que esta: 'Nossa filosofia santifica os valores da prática'" (MARIÁTEGUI, 2005c, p. 222).

Os valores da prática e o distanciamento de todo espiritualismo

que sirva de refúgio aos sofrimentos da vida descrito por Mariátegui, é parte do pressuposto notável também na Teologia da Libertação, especialmente quando Gutiérrez dá enfoque a uma nova prática (e reflexão da prática) da Igreja, propondo três níveis de significação ao termo Libertação que se implicam mutuamente (GUTIÉRREZ, 2000, p. 95):

a) Libertação como aspiração das classes sociais cujo significado deve ser constituído no nível da práxis.

b) História concebida como processo de libertação do homem onde ele passa a assumir, progressiva e conscientemente, o seu próprio destino. Trata-se de alguém que vai se fazendo ao longo de sua existência e da história.

c) No nível teológico, significou superar o termo desenvolvimento e apropriar-se do termo libertação, entendido como a presença de Cristo histórico, que liberta do pecado lutando contra as injustiças e permitiu a possibilidade ao homem de viver em comunhão com Ele. Assim, o termo libertação, assume um aspecto mais amplo que o termo desenvolvimento, pois permite articular a história sagrada e restabelecer o novo humanismo.

Ao abordar estes três processos que se interpenetram, Gutiérrez aponta para a necessidade de que à ação pastoral trabalhe de modo equilibrado essas dimensões de significação exatamente para não "[...] cair em posições idealistas ou espiritualistas, que não passam de formas de evadir uma realidade crua e exigente [...]" (GUTIÉRREZ, 2000, p. 96). Daí que se compreende uma perspectiva teológica que em ambos autores não trata apenas de questões puramente religiosas, mas sim de questões profundamente humanas. Pois não basta superar as diferenças entre os estratos econômicos e sociais (a contradição entre as forças produtivas e a relação de produção), mas elaborar um "projeto" ético, uma "conduta superior" que, fortalecendo-se em Piero Gobetti e George Sorel, Mari-

átegui chamou de "a moral dos produtores". Isso remete-nos à função ética do socialismo que, em nosso autor:

> [...] deve ser buscada não em decálogos grandiosos nem em especulações filosóficas, que de nenhum modo constituíam uma necessidade da teorização marxista, mas sim na criação de uma moral de produtores pelo próprio processo de luta anticapitalista. (MARIÁTEGUI, 2005b, p. 206).

Esse projeto ético está inserido na visão singular do marxismo de mariateguiano, que se contrapõe categoricamente a versão posterior stalinista da história da filosofia, onde o idealismo equipara-se à burguesia e o proletariado ao materialismo. O que se conseguia com essa divisão era, como acertadamente assinalou Oshiro, fundar um abstrato mecanismo de luta entre essas duas posiciones irreconciliáveis – "a matéria" e "o espírito"-, em uma dicotomia caricaturesca e "científica" entre o "Bem" e o "Mal" (OSHIRO apud PÉREZ HINOJOSA, 2014). Em síntese, um dos principais questionamentos sobre o idealismo realizados por Mariátegui e pela Teologia da Libertação com Gutiérrez, consiste na afirmação da existência de um mundo não histórico das ideias que nos antecede e que, portanto, vem a nós e nos possui. Os pontos convergentes entre os pressupostos em questão não se encerram na interconexão entre as dimensões material e o espiritual. Os traços da religiosidade na obra de Mariátegui, sobretudo em "O Fator religioso" (um dos 7 Ensaios ....), contém tácita a opção preferencial pelos pobres, prioridade igualmente declarada pela Teologia da Libertação, descrição que se insere como uma empenhada aplicação metodológica de interpretação da história do ponto de vista dos vencidos, como a defendida por Walter Benjamin em sua "Teses sobre o conceito de História" (2005). Trata-se de estimular a releitura da história oficial e refazê-la na perspectiva das classes subalternas, ou seja, da presença dos que sempre estiveram nela, mas como ausentes. Isso significa trazer à tona a visão dos pobres latino-america-

nos, seja ele indígena, proletário, negro, mulher, não mais como simples objetos, passivos diante da sua própria história, mas como sujeitos de sua libertação social. No ensaio "O fator religioso", isso verifica-se na recuperação das raízes antropológicas e sociológicas da religiosidade pré-colonial, onde, a partir de uma perspectiva materialista, Mariátegui destaca a religião do Tahuantinsuyu e a inquestionável simbiose dessas práticas religiosas autóctones com o catolicismo (MARIÁTEGUI, 2010). Sem negar o fator ativo que atua primordialmente no sentido da dominação, a religião colonial, associada às práticas religiosas autóctones, irá alimentar dinâmicas potencialmente emancipatórias nas classes subalternas. A religião é, mais uma vez, um fator ativo decisivo na configuração de um ethos social e na configuração da estrutura econômica e social (CÁCERES VALDIVIA, 1996). O sentimento religioso irá aparecer como âmbito privilegiado e permanente da consciência dos indivíduos e das coletividades, onde se constroem representações primárias altamente práticas da religião com o mundo. Tem a ver com práticas que constituem o ponto de partida para o processo de construção de um caminho alternativo às formas absurdas, antissociais, antieconômicas, impostas, num primeiro momento, pelo regime colonial, e depois pela específica modalidade do desenvolvimento capitalista (dependente e neocolonial) nos países do continente latino americano.

Não seria inútil transmitir, de modo equivalente, a perspectiva do peruano e crítico-literário Cornejo Polar (2000) para lembrar preliminarmente o que ele identifica como grande falha da historiografia latino-americana. Assim, podemos dizer que JCM e Gutiérrez confiam que defender a opção preferencial pelos pobres é assumir a perspectiva de reconhecer que a historiografia não é somente derivativa dos discursos, mas também produtora. É preciso, nas palavras de Polar, reconhecer "[...] a urgência de corrigir os erros de uma historiografia que faz do diverso uma unidade e converte em homogêneo o que é claramente heteróclito, sempre em busca de uma Ordem tão perfeita e harmoniosa

como postiça" (CORNEJO POLAR, 2000, p. 47). Em contrapartida, a perspectiva das obras aqui abordadas propõe uma historiografia diferente da visão cultural burguesa, oligárquica, ou liberal, de homogeneização unitária, buscando dar voz as populações tradicionais autóctones:

> [...] é importante [diz Cornejo Polar] evitar a perspectiva que faz do migrante um subalterno irremediável, sempre frustrado, repelido e humilhado, imerso, num todo hostil que não compreende e nem o compreende, e de seu discurso, apenas um longo lamento desenraizado; mas igualmente, é importante não cair em estereótipos puramente celebrativos: também há migrantes instalados no nicho da pobreza absoluta, onde opera a nostalgia sem remédio, a conversão do passado em utópico paraíso perdido ou o desejo de um retorno talvez impossível [...] (CORNEJO POLAR, 2000, p. 303).

A direção contra hegemônica existente na teoria do mito popular em Mariátegui indica não apenas um caminho fértil à superação da ausência de esperança e do ceticismo existente na civilização burguesa, como remete a essa mesma confiança na capacidade dos povos da América Latina de produzir relatos, reflexões e, sobretudo, uma experiência emancipatória concreta, a reinvindicação dos saberes populares autóctones, etc.

Vejamos duas surpreendentes passagens de seu artigo "O homem e o mito", publicado pela primeira vez em 1925, estreitamente ligado aos Sete Ensaios, onde o intelectual peruano se posiciona contra as pretensões abstratas de um racionalismo demasiado seguro de si, compreendendo que a racionalidade burguesa não esgota a realidade:

> A razão extirpou da alma da civilização burguesa os resíduos de seus antigos mitos. O homem ocidental colocou, durante algum tempo, a Razão e a Ciência no retábulo dos deuses mortos. Nem a razão, nem a ciência podem ser um mito. Nem a razão, nem a ci-

> ência podem satisfazer toda a necessidade de infinito que existe no homem. A própria razão se encarregou de demonstrar aos homens que ela não lhes basta e só o Mito possui a preciosa virtude de preencher seu eu profundo. (2005a, p. 56).

Por conseguinte:

> Nesta época, o que mais nítida e claramente diferencia a burguesia e o proletariado é o mito. A burguesia já não tem nenhum mito. Tornou-se incrédula, cética, niilista. O mito liberal renascentista envelheceu demais. O proletariado tem um mito: a revolução social. Dirige-se para este mito com uma fé veemente e ativa. A intelectualidade burguesa entretém-se numa crítica racionalista do método, à teoria, a técnica dos revolucionários. Quanta incompreensão! A força do mito não está na sua ciência; está na sua fé, na sua paixão, na sua vontade. É uma força religiosa, mística, espiritual. É a força do Mito. (2005a, p. 59).

O mito revolucionário de Mariátegui aposta em um caminho a ser construído e não concebe a revolução social como inevitabilidade do processo histórico. Ademais, podemos dizer numa primeira observação que, ainda que seus estudos e reflexões sejam elaborados a partir de problemas colocados no Peru da década de 1920 e 1930, o mito compõe uma dimensão religiosa que irá atuar como contorno sensível da consciência coletiva cuja presença se confirma tanto no país andino como da América Latina, ocasionando uma aproximação com diversos problemas enfrentados em nosso continente. Isso porque os diversos problemas sociais com que se confrontou em sua época perduram, em sua configuração neoliberal, perpetuando funções austeras e opressivas. Seja na sociedade ocidental, seja no sub - continente latino americano, os problemas sociais de hoje não são essencialmente diferentes aos problemas sociais de ontem, mas apresentados sob novas roupagens. Isso significa que tais problemas persistem até hoje no Peru e em outros países latino

americanos, como Brasil, Bolívia, Nicarágua etc., onde resulta cada vez mais indispensável o vínculo entre inteligência e imaginação, entre razão e mito, principalmente na atualidade, em que alguns movimentos sociais e, inclusive o da Teologia da Libertação, passam a assumir um marxismo sem a velha rigidez do marxismo oficial, economicista e dogmático.

A direção contra hegemônica às forças capitalistas existente na Teologia da Libertação se comprova em exemplos apresentados no estudo de Iokoi (1996), onde a historiadora versa sobre inúmeras práticas de lutas sociais pela posse da terra no Brasil e também no Peru. No relato dessas experiências, os camponeses se organizam de forma completamente distinta de toda concepção racional e industrial da produção capitalista (IOKOI, 1996). Eles nutrem por si só uma perspectiva de fortalecimento da identidade coletiva e da resistência à cultura dominante, onde a organização demonstrava maneiras distintas de qualquer produção uniformizadora (IOKOI, 1996). Reconhece-se, nessas ocasiões o elemento prático de coesão que relata Mariátegui, ou seja, aquele sentido da comunidade e a relação com a terra que serviam, na perspectiva da Igreja, como um modo de superação da moral individual (no sentido individualista) e, portanto, uma possibilidade de solução para a consecução da liberdade do homem (IOKOI, 1996) .

Assim, da reciprocidade entre Igreja e camponeses formou-se uma participação ativa na história. A constituição de uma nova ética surgida com a associação entre Igreja e camponeses, foi capaz de fazer com que direitos fossem reconhecidos, defendidos e conquistados (IOKOI, 1996). A própria igreja em modificação aceitava a solidariedade camponesa e sua ética como valores da comunhão com Deus (IOKOI 1996). Em consonância a historiadora explica que:

> O modo de vida camponês, habitualmente elemento presente na prática e na memória de vários grupos ou mesmo a comunidade indígena, eram formas

> "naturais, onde o trabalho religioso ganhava força e expressão". Essa prática no Peru se somava com os elementos étnicos/culturais das comunidades quéchuas ou aimarás e com alto grau organizativo que esses grupos foram capazes de construir ao longo da resistência à expropriação de suas terras. (IOKOI, 1996, p. 216).

Nesse sentido, a perspectiva mais ampla dos ensaios de Mariátegui e as abordagens da Teologia da Libertação de Gustavo Gutiérrez dão grande valor à vida comunitária, à solidariedade ali existente, à partilha dos bens, e criticam a alienação e a competição da vida social moderna.

Evidentemente, a produção teórica de ambas as figuras em questão não poderia ser idêntica. Entretanto, postas lado a lado, interpelam-se numa teia de significações que dão forma a uma estrutura comum, ainda que sob linguagens e condições históricas determinadas. Estrutura comum essa que implica, do mesmo modo, na assimilação da dimensão da realidade que, nos dois, é entendida mais como construção cultural e humana que como revelação divina. É certo que diferentemente de Mariátegui, o sacerdote peruano não se descuida de suas concordatas com a santidade e a Revelação Divina. No entanto, estamos confrontados com uma vertente teológica que se diferencia consciente e consequentemente da teologia católica dominante contemporânea que, nos dizeres de Gutiérrez, parece bloquear a pergunta sobre o sentido último da ação do homem na história (GUTIÉRREZ, 2000). Daí que se evidencia uma espiritualização que, se bem entendida, revaloriza a carga humana e o poder transformador das estruturas sociais injustas entendidas, na linguagem teológica, como promessas escatológicas. Sobre esse compromisso Gutiérrez afirma:

> Na América Latina o mundo em que a comunidade cristã deve viver e celebrar sua esperança escatológica é o da revolução social; sua tarefa se definirá diante dela. Sua fidelidade ao Evangelho não lhe deixa outra

> alternativa: A Igreja deve ser o sinal visível da presença do Senhor na aspiração da liberdade e na luta por uma sociedade mais justa. (GUTIÉRREZ, 2000, p. 320).

Se transposta a questão das promessas escatológicas das grandes narrativas bíblicas para o terreno eminentemente sócio histórico como, por exemplo, as promessas que alicerçam a Revolução Francesa – que, pelo fato mesmo constitui uma das formas históricas da imanência –, identificamos em ambos autores outra preocupação similar àquelas que podemos encontrar em tantos outros intelectuais e militantes comprometidos com a práxis revolucionária: a de buscar, à partir de horizontes comuns, a mesma promessa de liberdade e independência (que tem suas raízes na revolução da classe burguesa contra a ordem feudal), que adquiriu força contrastando com os regimes totalitários das épocas de JCM e Gutiérrez. Na América Latina, a ênfase na modernização fez com que a problemática social aparecesse com maior clareza, estimulando o deslocamento da Igreja como simples observadora dos problemas e injustiças sociais para participante ativa no encaminhamento das demandas sociais (IOKOI 1996). Se antes se tendia a ver o mundo a partir da Igreja, com a teologia latino-americana se observa o processo inverso: "[...] a Igreja é vista a partir do mundo" (GUTIÉRREZ 2000, p. 121). Os fatores decisivos nessa mudança serão a ruptura interna da cristandade e o descobrimento de novos povos. A partir de um plano ainda mais concreto, essa mudança de perspectiva da Igreja se fazia apoiada nas deliberações do Concílio do Vaticano II, mas que seria o tema da Constituição conciliar Gaudium et Spes.

O deslocamento da Igreja para o mundo, e não mais como era antes (o mundo na Igreja), é parte da especificidade histórica peruana e foi longamente constituída já que grau de participação política da população foi sempre intenso (IOKOI, 1996). Assim desde 1930 constituiu-se um amplo debate entre posições como o laicado católico peruano, opo-

sitor da oligarquia; os nacionalistas, que promoviam estimulações a toda uma geração de católicos, e também partidários do marxismo e apristas, que discutiam o destino da própria Igreja (IOKOI, 1996). Diante desse fato, é possível afirmar que o movimento cristão dá continuidade a um debate que Mariátegui encerrava no mesmo ano de sua morte, com os Apristas e marxistas de sua época. Há, nesse sentido, não apenas uma temporalidade associada e contínua entre o período de produção das ideias de José Carlos Mariátegui com as da Teologia da Libertação, mas também preocupações equivalentes que constituem pontos de ligação entre eles. A situação de mudança de perspectiva da Igreja, permite-nos compreender o ambiente que favoreceu o florescimento das ideias da época como componentes de uma história geral além das particularidades vividas por um e por outro. Trata-se de um cenário onde os aspectos universal e particular propiciavam que um e outro pudessem pensar uma "nova concepção" da religião, mais ampla, profunda e dinâmica, para além das fronteiras impostas pela Igreja tradicional e sua concepção estática da religião. Mariátegui costumava dizer a respeito de uma frase atribuída a Newton: "Lo que importa no es estar cerca de Dios, sino estar en caminho de Dios". "Pelos muitos caminhos de Deus", o ponto de chegada só tem sentido se há conquistas ou se o grupo de caminhantes conseguiu com que a história se movesse ao menos um pouco em direção daqueles que nunca tiveram lugar na história oficial. Caminhar ganha um sentido novo, que não serve simplesmente para a devoção pessoal, mas serve como um critério ético, motor da construção de uma nova sociedade. Este terreno concreto e ético constitui, não apenas uma síntese entre o religioso e político, entre mística e revolução, mas uma articulação entre eles a partir do qual JCM e Gutiérrez assimilam a dimensão da realidade.

No tocante a criteriosa demonstração de suas análises sobre as manifestações políticas, históricas e religiosas no Peru e no continente latino americano, parece não restar dúvidas de que o distanciamento das críticas racionalistas e antirreligiosas em Mariátegui, afirma uma "nova

concepção" da religião, mais ampla e mais profunda, visivelmente exposta, quatro décadas depois, na elaboração de Gutiérrez. Trata-se de um tipo diferente das interpretações objetivistas do marxismo ortodoxo. São interpretações concebidas "[...] não como um conjunto de dogmas, ritos e parafernálias" – para utilizar o termo conciso de Miguel Mazzeo –, e sim, como aquilo que "relaciona" e une os sujeitos, quer dizer, o que os "religa". Não obstante, está presente na teoria de Mariátegui a abertura para reconhecer a pertença e a vivência da fé religiosa no contexto social e político, sem a qual, afirma em Sete ensaios de interpretação da realidade peruana, "[...] nenhuma mudança pode ocorrer neste continente" (MARIÁTEGUI, 2010, p. 176). Sua teoria abre caminho para uma nova abordagem no relacionamento entre religião e sociedade que difere, tanto da filosofia iluminista (religião como conspiração do clero), quanto do neo-hegelianismo alemão (religião como essência humana alienada) (LÖWY, 2000). As populações deixariam então de serem vistas somente como objetos de atenção caridosa, passando a ser sujeitos de sua própria libertação e, portanto, de sua história. Daí se pode afirmar, inclusive, sobre a existência de uma dimensão teológica no pensamento do intelectual peruano, no seu modo de pensar a religiosidade que, ao enfatizar o papel central da práxis histórica, permite articular a práxis associada à perspectiva da totalidade, tal como difundida na corrente cristã. Totalidade, em seu sentido metodológico, pode ser entendida sob o signo descrito por Lucien Goldmann (LÖWY & NAIR, 2008), enquanto a percepção da realidade social como um todo orgânico, estruturado, no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder a relação com o conjunto. A totalidade não é dada, nem sequer objetivamente dada – afiança o sociólogo franco-romeno –, ela se faz todos os dias com a história. Com efeito, a sua apreensão deve ser realizada no interior de um movimento dialético sempre renovado, capaz de reatar os laços e a unidade contraditória do sujeito e do objeto, ou então, se preferirmos, da espiritualidade e da materialidade (LÖWY & NAIR,

2008). Perspectiva esta retomada por Goldman a partir da tese elaborada por Lukács em História e consciência de classe, para quem o predomínio da categoria da totalidade é o suporte do princípio revolucionário na ciência, constituindo-se no verdadeiro critério de distinção do marxismo em relação ao pensamento burguês. Nos deparamos aqui, com outro momento significativo da obra de Mariátegui, o princípio revolucionário de sua concepção de ciência que não perde de vista o estatuto colonial como condição principal de nossa formação cultural, e a dependência imposta pelos centros metropolitanos. O seu mérito esteve em reconhecer, sem recalques, essa situação que tantas vezes nos coloca na condição de inferioridade, detectando nelas origens problemáticas, o que nos autoriza a destacar outra posição de destaque no pensamento do intelectual peruano, igualmente implícitas nas descrições de Gutiérrez: a superação da mentalidade colonial. Trata-se de uma marca que poderíamos encontrar, direta ou indiretamente, em tantos outros autores aqui mencionados como Benjamin, Cornejo Polar, Löwy e Iokoi e tantos outros. A afinidade entre Mariátegui e Gutiérrez, se estende não só à simpatia pela causa dos vencidos da história e pelo entusiasmo por valores ético-sociais, humanistas, presente em suas biografias. Não seria exagero afirmar que tanto Mariátegui quanto a Teologia da Libertação não pouparam esforços no rechaço a toda concepção evolucionista e mecânica da história que via o socialismo como produto inexorável das "leis naturais", "garantido" pelas leis "objetivas" do desenvolvimento econômico. Contudo, nessa questão também reside, senão a única, quem sabe, uma diferença notável entre eles. A bem da verdade, o teólogo Gustavo Gutiérrez não compartilha de um certo resíduo positivista cientificista que animava a época de Mariátegui, e que, tocado pela "vontade de fazer ciência", ele reproduzira. Talvez não seja correto dizer que isso contenha, necessariamente, uma superação da Teologia da Libertação em relação a Mariátegui, uma vez que nosso entendimento tem mais a ver com uma consciência nova oriunda de um processo histórico que de genialidades envolvidas.

Uma comparação honesta deste e dos outros aspectos aqui destacados entre essas figuras correspondentes, nos permite a dizer que reside neste aspecto, uma diferença entre eles. Há, desde a origem da Teologia da Libertação, uma ruptura com todo resquício positivista, ao passo que Mariátegui, no compartilhamento de seu período histórico, mantém ainda certo vestígio determinista. Apesar disso, Mariátegui não fica a dever em nada em primazia intelectual ao levar a cabo uma interpretação marxista realmente genuína, demonstrando um movimento de reflexão teórica que acaba por colocar em jogo uma matriz de pensamento alternativo ao positivismo, como reação ao mundo compartimentado e racionalizado. Não basta ver uma realidade, para os dois é necessário que se atue nela, que se construa o horizonte utópico, já que a solução para enfrentar as contradições do capitalismo não incide, como na "teologia apologética" do progresso, rumo ao seu percurso inevitável. Deixa-se de lado a ideia de fatalidade histórica.

Salvo essa limitação de Mariátegui, sua morte pré-matura (aos 35 anos) impediu-nos de saber até onde iriam seus alcances intelectuais e políticos entanto que Gutiérrez hoje, com 89 anos, continua desenvolvendo sua obra. No caso de Mariategui são apenas conjecturas, sem qualquer possibilidade de demonstração factual. O importante é que ambos, tendo reconhecido suas responsabilidades nos seus respectivos contextos, a construção de suas teorias ultrapassa o desígnio puramente acadêmico. Elas compartilham, antes, uma questão de estilo de vida. Uma maneira de viver a fé, que nos dois foi capaz de gerar valores éticos sociais, e também de viver coerentemente de acordo com eles. Se há um mérito que Mariátegui gostaria que se reconhecesse sobre sua vida e obra, ele já o registrou: "Meu pensamento e minha vida constituem uma só coisa. Um único processo. Se espero e exijo que algum mérito me seja reconhecido é o de – também conforme o mérito reconhecido a um princípio de Nietzsche – empenhar todo meu sangue em minhas ideias" (MARIÁTEGUI, 2010, p. 31). A sua concepção socialista é inseparável

de uma tentativa de re-encantar o mundo através da ação revolucionária. Não é muito surpreendente que Mariátegui tenha se tornado uma das referências marxistas mais importantes para o fundador do movimento cristão, pois há em sua obra uma maneira de conceber a prática religiosa similar àquela perpetrada pela Teologia da Libertação

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível observar que tanto José Carlos Mariátegui quanto a Teologia da Libertação em Gutiérrez propuseram mudanças radicais no modo de compreensão do papel da religião nas sociedades modernas. Os pontos comuns entre eles foram listados a partir dos princípios básicos da obra de Gutiérrez, dentre os quais destacaram-se "a perspectiva da fé", "a não separação de matéria e espírito", a "assimilação da dimensão da realidade", "a opção preferencial pelos pobres, "novas formas de solidariedade", o "papel central da práxis histórica", "comunidades cristãs de base", a "revolução social como desígnio" e a "superação da mentalidade colonial". Salvo as formações de "comunidades cristãs de base", cuja prática é sócio-historicamente determinada, todos os princípios listados são, de modo abrangente, pressupostos contidos no pensamento mítico-religioso de José Carlos Mariátegui. Neste exercício de aproximação encontramos, não apenas diversas similaridades em suas vidas pessoais, como a presença significativa das reflexões de JCM e de outros importantes intelectuais peruanos na elaboração da obra do teólogo peruano. Trata-se de uma presença que permanece até os dias de hoje na vida de Gutiérrez. Os resultados indicam, ainda, que os princípios da Teologia da Libertação, o seu diálogo com as ciências sociais e movimentos sociais, suas lutas e conquistas, constitui um exemplo concreto do serviço que presta a religião à humanidade, formando um quadro que vai ao encontro das ideias do jornalista peruano. Isso significa dizer que há neste uma maneira de conceber a prática religiosa similar àquela perpetrada, qua-

renta anos depois, pelo movimento da Teologia da Libertação, mesmo que esse objetivo em particular não estivesse diretamente incluído em seu projeto. Isso se verifica na demonstração criteriosa de suas análises do fenômeno religioso perpetrados nos ensaios aqui tratados revalorizam os aspectos da religiosidade tradicional popular, encarando-a como um foco de resistência do próprio povo. São escritos onde encontram-se implícitas respostas às narrativas históricas hegemônicas, constituindo, ao mesmo tempo, um aspecto fundamental de crítica a linha positivista e determinista do materialismo histórico em voga no período de suas produções. Nos dois casos, as posturas teóricas afastam-se de toda espécie de materialismo vulgar ou mecanicista, aquele que nega a vida espiritual e ignora o papel da subjetividade nos processos históricos. A racionalidade marxista de JCM constitui um suporte filosófico - teórico essencial em suas elaborações teóricas, mas no sentido de uma valorização da vida real fundada na perspectiva da totalidade e da historicidade, trançando os caminhos para a construção de uma teologia herética capaz de propor um novo modo de ser homem completamente oposta à concepção fossilizada, imobilista, e alienante das formas eclesiásticas.

Apontamos também as contradições existentes na obra de Mariátegui, como certos vestígios positivistas, condicionados e justificáveis pelas circunstâncias de seu tempo e espaço. Escrevia num momento impregnado de temas positivistas e evolucionistas, especialmente do Darwinismo social. Por outro lado, houve a consideração de que a defesa que o autor peruano faz do progresso é revestida de uma marca bastante particular, onde, sem negar a dimensão concreta e obscura da opressão religiosa, o sentimento religioso passa a ser compreendido enquanto potência ética para a transformação social. Nessa abordagem sociológica da religião interessou-nos precisamente o sentimento que é engendrado pela religião, ou então, o papel que este mesmo sentimento cumpriu e segue cumprindo atualmente nas lutas sociais na América Latina. Mesmo que o projeto contra hegemônico às forças capitalistas não tenham

impedido a acomodação e a adaptação de algumas instituições católicas ao capitalismo (elevando a Igreja a um dos pilares mais reacionários do sistema), e menos ainda a proliferação de tendências nostálgicas, conservadoras e algumas antissemitas, uma vertente da cultura católica e da cultura autóctone permite vislumbrar elementos de crítica e aversão ao capitalismo moderno, razão pela qual elas foram uma das bases de sustentação ideológica de importantes movimentos socioculturais, como vimos com a Teologia da Libertação, que levou às últimas instâncias a identificação ético religiosa de Cristo com os pobres, elevando-os a condição de sujeitos da história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABENJAMIN, Walter. Walter Benjamin. Aviso de Incêndio: uma Leitura das teses "Sobre o conceito de história". In **Michael Löwy.** São Paulo: Boitempo, 2005.

BOTELLA CUBELLS, Vicente. **Gustavo Gutiérrez, Padre de la Teología de la Liberación.** [S.l: s.n.], 2011.

CÁCERES VALDIVIA, Eduardo. Subjetividade e história: as múltiplas dimensões do religioso em Mariátegui. In: **Anuário Mariateguiano.** Lima: Ed. Amauta S.A,. V. VIII, n. 8, 1996. p. 79-85.

CATÃO, Francisco. **O que é Teologia da Libertação.** São Paulo: Editora Brasiliense S/A, 1985.

CERVANTES SAAVEDRA, Miguel. Dom. No qual se prossegue com a história da famosa Infanta Micomicona, com outras graciosas aventuras. In **Dom Quixote De La Mancha.** São Paulo: Abril Cultural, 1981. p. 222 - 228.

CORNEJO POLAR, A. **O condor voa:** literatura e cultura latino-americanas. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

DEPAZ TOLEDO, Zenón. La categoria mito em la obra de José Carlos Mariátegui. In: **Anuário Mariateguiano.** Lima: Ed. Amauta S.A, V, III., n. 3, 1991, p. 32 - 55.

DUSSEL, E. El Marxismo de Mariátegui como Filosofia de la Revolución. In: **Anuário Mariateguiano.** Lima: Amauta, v. VI, n. 6, 1994, p. 249 - 253.

GUTIÉRREZ, Gustavo. "La autonomía intelectual de Mariátegui". In: Anuário Mariateguiano. Ed. Amauta S.A, Lima. V.VII, n. 7, 1995. p. 41 - 50.

GUTIÉRREZ, Gustavo.**Teologia da Libertação:** perspectivas. 9. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2000.

IOKOI, Zilda Maria. **Igreja e camponeses:** teologia da libertação e movimentos sociais do campo. Brasil e Peru, 1964-1986. São Paulo: Hucitec, 1996.

JESUS, F. El Opus Dei em La América Latina (no hay que olvidar). **Opus livros. org,** 2005. Disponível em: http://www.opuslibros.org/escritos/opusdei_america_jesus.htm. Acesso em: 03 jun. 2015.

LOWY, Michael . **A guerra dos deuses:** religião e política na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2000.

LOWY, Michael. Introdução: pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina. LÖWY, Michael. (Org.). O **marxismo na América Latina:** uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Perseu Abramo, 2006, p. 9 - 64.

LOWY, Michael ; SAMI NAIR. **Lucien Goldmann ou a dialética da totalidade.** São Paulo: Boitempo, 2008.

LOPES, Claudinei Jair. **A Relevância Teológica da História e a Relevância Histórica da Teologia na Teologia da Libertação Latino-americana:** estudo sobre o papel e a importância da mútua relevância entre Teologia e História na elaboração do método teológico segundo os encontros de San Lorenzo del Escorial (1972) e da cidade do México (1975). 2009. Tese (Doutorado em Teologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009, p.158-168.

MARIÁTEGUI, José Carlos. Ética e socialismo. In: **Por um socialismo indo-americano:** ensaios escolhidos; seleção e introdução Michael Löwy. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005b. p. 204-210.

MARIÁTEGUI, José Carlos Idealismo Materialista. In: **Por um socialismo indo-americano:** ensaios escolhidos; seleção e introdução Michael Löwy. Rio de

Janeiro: UFRJ, 2005c, p.219-225.

MARIÁTEGUI, José Carlos. O homem e o Mito. In: **Por um socialismo indo-americano:** ensaios escolhidos; seleção e introdução Michael Löwy. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005a. p. 56 - 60.

MARIÁTEGUI, José Carlos. Pessimismo da realidade e otimismo do ideal. In: **Por um socialismo indo-americano:** ensaios escolhidos; seleção e introdução Michael Löwy. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005d. p. 63 - 68.

MARIÁTEGUI, José Carlos **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana.** 2 ed. São Paulo: Expressão Popular: Clacso, 2010.

MELLIS, Antônio. "Mariátegui e a crítica da vida cotidiana". **Lutas Sociais,** São Paulo, v. 17, n. 30, p. 63 -74, 2013.

PÉREZ HINOJOSA, Gustavo. Mariátegui, Gramsci y el espíritu revolucionário. **Rebelión.org,** 28 nov. 2014. Disponível em: http://www.rebelion.org/noticia.php?id=192533. Acesso em: 01 jun. 2015.

RUBBO, Deni Irineu Alfaro. Marxismo, política y religión de 'un marxista convicto y confeso: Michael Löwy lector de José Carlos Mariátegui. **Herramienta,** Buenos Aires, n. 51. 2012.

SOREL, Georges. Da teoria política à sociologia. In: **Reflexões sobre a violência.** São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 28 - 42.

UNIVERSIDAD ANTONIO RUIZ DE MONTOYA. Gustavo Gutiérrez Merino O.P, Profesor Honorario de la Ruiz de Montoya, 2014.

OS PRIMEIROS IMPACTOS DA RODOVIA INTEROCEÂNICA SUL NA AMAZÔNIA PERUANA: ENTRE A EXPECTATIVA DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO REGIONAL E A REALIDADE DA MINERAÇÃO ILEGAL DE OURO EM MADRE DE DIOS

Carlos Prado Filho[73]

INTRODUÇÃO

Apesar da grande área de fronteira compartilhada entre o Peru e o Brasil, foi apenas no início do século XXI que começou a ser construída a primeira rodovia de ligação entre estes países. Dentre os fatores que contribuíram para esta ausência de uma infraestrutura de conexão terrestre está a menor importância da participação econômica e demográfica desta área de fronteira amazônica dentro dos seus respectivos territórios nacionais. Historicamente, o desenvolvimento territorial de ambos os países foi marcado desde os tempos coloniais pelo maior peso do comércio além-mar e pela maior concentração da ocupação humana e das atividades econômicas nas áreas litorâneas.

Além deste, soma-se a isto a difícil tarefa de ocupação e exploração da Amazônia como um fator a mais que contribuiu para o baixo desenvolvimento de infraestruturas de conexão na área de fronteira entre ambos os territórios. Assim, como resultado disto, enquanto o desenvolvimento territorial do Peru fez deste um país notadamente voltado para o Oceano Pacífico, no Brasil, o desenvolvimento das infraestruturas

[73] É Doutor em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações internacionais San Tiago Dantas UNESP/UNICAMP/PUC. E-MAIL: crsprado@gmail.com

viárias se concentraram a partir da costa voltada para o Oceano Atlântico. De certo modo, este desenvolvimento histórico e geográfico permite ilustrar no mapa da América do Sul uma configuração territorial que coloca Brasil e Peru relativamente de "costas um para o outro", sendo característico desta área de fronteira amazônica a presença de grandes porções territoriais com baixa densidade demográfica e a ausência de uma malha rodoviária moderna para garantir o acesso terrestre a estas áreas.

Um primeiro esboço do traçado desta primeira conexão terrestre apareceu pela primeira vez no horizonte das relações entre os dois países no início da década de 1980, quando foi assinado o primeiro Acuerdo de Interconexión Vial Peru – Brasil, onde os governos acordaram dar prioridade ao caminho de conexão terrestre na área de fronteira entre a cidade peruana de Iñapari, no departamento de Madre de Dios, e a cidade brasileira de Assis Brasil, no estado do Acre. Nesta época, foram abertas as primeiras estradas rudimentares de penetração na selva amazônica de Madre de Dios até a fronteira com o Brasil. Porém, tratava-se de um caminho ineficiente e inseguro, que levava um grande tempo de viagem e também era assaz intermitente, devido à deterioração causada pelo longo período de chuvas que caracteriza o clima da Amazônia.

Somente mais de vinte anos depois, com a iniciativa de Integração de Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e sua primeira agenda de projetos prioritários, lançada em 2005, este traçado ganhou uma prioridade definitiva e começou a transformar-se em um caminho modernizado através do projeto hoje conhecido como a "rodovia interoceânica sul". A partir de 2006, começaram as obras de pavimentação das estradas de Madre de Dios e a construção de dezenas de pontes sobre seus rios em substituição ao uso de balsas.

Concluídas em 2011, as obras da rodovia interoceânica foram realizadas com dois principais objetivos, segundo a proposta presente na IIRSA e o discurso oficial dos governos centrais de Peru e Brasil; I)

conectar o restante da malha rodoviária peruana à macrorregião sul do Peru, que historicamente apresenta baixos níveis de desenvolvimento socioeconômico em relação à média nacional e II concretizar um corredor logístico de escoamento de produtos brasileiros nos portos do sul peruano voltados para o Oceano Pacífico.

Na história recente, este projeto rodoviário constituiu uma das principais dimensões estratégicas da relação bilateral entre Peru e Brasil e nele foram investidos grandes esforços diplomáticos e grandes quantias de dinheiro público dos cofres peruanos. Além disto, o projeto suscita ainda um caso exemplar de "diplomacia triangular" entre os governos de Peru e Brasil e as empresas brasileiras, como a Odebrecht S.A., que conquistaram as concessões para construção e operação destes novos trechos rodoviários em solo peruano.

Assim, o presente capítulo analisa as motivações que levaram à concretização do projeto, assim como os primeiros impactos socioambientais da rodovia no entorno geográfico de seu trecho amazônico que cruza o departamento de Madre de Dios, no Peru. Desta análise espera-se contribuir para um balanço acerca das expectativas de integração regional entre Peru e Brasil depositadas neste projeto de infraestrutura em contraposição à sua atual subutilização relativa como corredor logístico de escoamento de produtos brasileiros e intercâmbio comercial entre ambos países.

Para tanto, o trabalho primeiramente apresenta uma parte de levantamento histórico e caracterização do projeto rodoviário nos moldes da integração regional física proposta pela IIRSA. Em seguida, apresenta-se a situação atual de utilização da rodovia com dados referentes ao atual fluxo de veículos e às principais atividades que se desenvolvem ao longo do seu percurso, com destaque para a extração ilegal de ouro no departamento de Madre de Dios, desenvolvida notadamente ao longo do percurso da rodovia recém estabelecida. Com isto, procura-se apon-

tar que não somente a "integração regional" e os benefícios prometidos pela realização da rodovia ainda não ocorre de modo significativo, mas também relacionar o avanço da mineração ilegal de ouro com a construção da rodovia na região amazônica de Madre de Dios e assim, apontar a destruição ambiental causada por esta atividade ilegal como um dos primeiros efeitos negativos da realização da rodovia neste espaço.

1 - O MODELO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL DA IIRSA

De acordo com a linguagem da IIRSA, a iniciativa visa à criação de um âmbito intergovernamental de discussão e sinergia para a realização e captação de recursos técnicos e de investimentos financeiros centrados na edificação de "pontes" eficientes para a superação das "barreiras geográficas" e, assim, promover uma crescente interação do espaço sul-americano através de infraestruturas interconectadas em redes transnacionais. Estas "pontes" seriam corredores logísticos construídos através de obras de infraestrutura orientadas regionalmente pelos Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs) que, de acordo com uma perspectiva "geoeconômica", representariam os caminhos mais bem avaliados para a integração territorial física da América do Sul. (IIRSA, 2010)

Supostamente, de acordo com um dos documentos fundantes de autoria das 3 instituições financeiras que inicialmente produziram os estudos econômicos da proposta IIRSA, estes "eixos" facilitarão o acesso a zonas de alto potencial produtivo que se encontram atualmente isoladas ou subutilizadas devido à deficiente oferta de serviços básicos de transporte, energia ou telecomunicações, organizando o território continental em faixas multinacionais que concentram fluxos de comércio atuais e potenciais, onde se pretende estabelecer um padrão mínimo comum de qualidade de serviços de infraestrutura. (BID, CAF e Fonplata, 2003).

O caráter pioneiro presente na estratégia da iniciativa consistiria em ampliar o planejamento territorial, antes pautado na escala do território nacional de cada país, para a escala continental sul-americana e promover, por fim, a ligação "interoceânica". Em uma linguagem geoeconômica, passa-se então a privilegiar os "fluxos" potenciais e existentes por todo o continente ao invés de uma visão pautada maiormente em "pólos" de desenvolvimento. Nas palavras do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (2006, p.620), sobre o I Encontro de Chefes de Estado da América do Sul, evento que marca o lançamento da IIRSA:

> "A integração física de nosso espaço tornou-se um dos objetivos das propostas de planejamento que levamos a discussão dos presidentes da América do Sul. Adotamos um novo conceito de planejamento, defendido pelo empresário Eliezer Batista, experiente conselheiro de governos, que substituía a política de fortalecimento de "pólos" de desenvolvimento pela criação de "eixos" de desenvolvimento, movidos por uma visão mais favorável à desconcentração do progresso social e econômico."

Entretanto, em certa medida, conforme prioriza tais "eixos" a visão de planejamento regional de infraestrutura proposto pela IIRSA acontece em detrimento de um planejamento maiormente pautado por dinâmicas e demandas "locais" ou "localizadas". A partir da concepção de "eixos" de desenvolvimento, definidos também como "pontes" a serviço da integração regional e consolidação de fluxos comerciais, defende-se a priorização de investimentos públicos na construção de infraestruturas planejadas primordialmente a partir da potencialidade de ligação entre pontos relativamente distantes, cujo extremo seria a ligação entre o Oceano Atlântico e o Oceano Pacífico. Da mesma forma, tais "eixos" ao privilegiarem o tratamento de "fluxos" de escala global, relativamente desconsideram a importância de possíveis outros "fluxos" de escala menos ampliada. Assim sendo, esta concepção da integração física marginaliza

particularidades daqueles que podem ser entendidos como "espaços de trânsito", por onde estas "pontes" cruzariam até ligar um ponto de produção ao ponto de escoamento.

Neste sentido, segundo Porto-Gonçalves (2011), a iniciativa IIRSA atualiza vários "mitos colonizadores" ligados à ideia de "conquista do espaço", como se o mapa da América do Sul estivesse configurado por áreas de "vazios demográficos" e "ilhas isoladas". Nas palavras do autor, "ao privilegiar uma integração regional na perspectiva das oportunidades que se abrem nos mercados mundiais, não se parte das realidades locais a serem viabilizadas e, deste modo, são ignorados os grupos sociais que se forjam nestas escalas, os quais tendem a aparecer como obstáculos a este projeto." (PORTO-GONÇALVES, 2011, p.137).

Desconsidera-se assim, como no caso de muitos espaços da Amazônia, o valor do processo histórico de resistência dos povos nativos sul-americanos e a presença de outras "territorialidades" que "produzem espaços" de outras formas e em outros ritmos que não são necessariamente aqueles ditados pela economia mundial do capital. Como exemplo disto tem-se a pressão que estas obras de infraestrutura exercem sobre a presença de outras "territorialidades" que, na Amazônia, são principalmente representadas por territórios indígenas e territórios de conservação ambiental como parques e reservas naturais que invariavelmente serão influenciados ou, até mesmo, "recortados" por novas infraestruturas previstas pela IIRSA, sob o pretexto da integração regional. Em certa medida, ao garantir um acesso facilitado a estes novos espaços sem, contudo, promover medidas de maior proteção ambiental, estas infraestruturas favorecem a uma exploração indiscriminada e predatória dos recursos naturais, tornando-se mais uma ameaça do que um benefício para a preservação da floresta amazônica e para a integração plena do modo de vida destes povos nativos amazônicos.

Especificamente, para o Brasil, a integração física com os demais

territórios nacionais sul-americanos possui uma particularidade cada vez mais presente nas relações internacionais do país, que pode ser resumida pelo interesse nacional brasileiro em aperfeiçoar "portais" de comunicação com o Oceano Pacífico através do território de seus vizinhos com o objetivo de incrementar o escoamento da produção nacional brasileira e assim diminuir o tempo de rotação do capital e fortalecer a competitividade dos produtos brasileiros no mercado mundial. Assim, a então denominada "corrida ao Pacífico" assemelha-se ao que foi a "marcha para o Oeste" para os Estados Unidos da América e reflete a busca deste interesse particular brasileiro nas obras de infraestrutura em territórios vizinhos, cujas motivações se encontram em grande parte na crescente participação do intercâmbio comercial com a China que, atualmente, ocupa a primeira posição entre os parceiros comerciais do Brasil e se coloca como o novo centro dinâmico da economia mundial.

Neste contexto, dentre os EIDs da IIRSA, merece destaque o denominado Eixo Peru-Brasil-Bolívia. Em uma perspectiva geoeconômica, este recorte do continente sul-americano representa uma particularidade estratégica para o Brasil, pois reúne a porção do território nacional brasileiro notadamente mais próxima do Oceano Pacífico, através da ligação com os portos marítimos do Peru. Seria assim, conforme Amayo (1993), uma "saída natural" para o Brasil chegar ao Oceano Pacífico. Possibilidade esta que começa a se materializar a partir da IIRSA, quando entre os primeiros projetos selecionados como prioritários para a integração física regional são selecionadas a ponte binacional sobre o Rio Acre na fronteira Peru - Brasil e as rodovias que formam o Corredor Vial Interoceânico Sul (CVIS).

De acordo com a perspectiva da IIRSA, o CVIS é o projeto "âncora" do Eixo Peru-Brasil-Bolívia. Sua importância reside na complementaridade que fornece para a consolidação de um "eixo" terrestre de ligação entre a malha rodoviária brasileira que se estende até o Oceano

Atlântico e a malha rodoviária peruana até os portos do Oceano Pacífico no sul do país. Vem daí sua denominação de "interoceânica", apesar de ser uma rodovia que começa a milhares de quilômetros dos oceanos, no interior de uma das áreas mais bem preservadas ambientalmente do mundo, no departamento de Madre de Dios na Amazônia peruana.

Neste sentido, conforme aponta Amayo (1993), desde fins da década de 1980, quando começam os primeiros anúncios do interesse do governo do Brasil em construir um corredor de acesso ao Oceano Pacífico utilizando o território peruano e já se falava do possível projeto, outrora denominado de "estrada Acre-Tóquio", foi generalizada uma ideia sobre a importância econômica da rodovia como uma "saída" para o escoamento da produção brasileira no Oceano Pacífico, como se "os territórios sobre os quais a estrada deverá passar importam somente como inevitável zona de passagem entre o Brasil e seu objetivo, realmente valioso, que é a comunicação com o nordeste asiático e a costa ocidental dos EUA." (AMAYO, 1993, p.146)

2 - DA AMAZÔNIA AO OCEANO PACÍFICO CRUZANDO OS ANDES: O CORREDOR VIAL INTEROCEÁNICO SUR

Após um primeiro momento de negociações e estudos, quando cada país trouxe um elenco de projetos de infraestrutura para o âmbito da IIRSA, foi lançada a primeira Agenda de Implementação Consensual (AIC 2005-2010) com 31 projetos de infraestrutura selecionados como prioritários para o impulso inicial da integração física da América do Sul. Entre estes, inseridos como os projetos referentes ao Eixo Peru – Brasil – Bolívia, encontra-se a construção da ponte sobre o Rio Acre, na fronteira Peru – Brasil (respectivamente entre as cidades de Iñapari e Assis Brasil). Esta ponte, serviu como uma primeira demonstração de "vontade política" do governo brasileiro para dar impulso a integração

física com o território peruano pois, apesar de ser uma ponte binacional, foi financiada inteiramente pelo governo brasileiro (US$ 12 milhões) e já estava concluída em 2006.

A partir desta ponte começa outro projeto referente ao Eixo Peru-Brasil-Bolívia o CVIS, que consiste na "reabilitação" de 3 trechos viários terrestres entre as cidades peruanas: Iñapari – Puerto Maldonado – Inambari (trecho III)/ Cuzco - Urcos – Inambari (trecho II)/ Inambari – Azangaro – Juliaca (trecho IV). Somados a outros dois trechos (I e V), referentes a ligação destas vias com três portos no sul do Peru, nas cidades de Ilo, Matarani e San Juan de Marcona, não incluídos na IIRSA, mas que também foram "reabilitados" no mesmo período, constitui-se o Corredor Vial Interoceánico Sur (CVIS), cujo objetivo declarado seria "Mejorar y rehabilitar la infraestructura vial de la Macro Región Sur del Perú que vincula con los Estados de Acre y Rondonia del Brasil y así facilitar los flujos de pasajeros y carga entre dichas regiones y los mercados internacionales a los que se accede a través de la Cuenca del Pacífico".

Concluídas em 2011, com valores de investimento que atualmente chegam a mais de US$ 3 bilhões, tais as obras consistem no maior investimento em um projeto rodoviário já realizado pelo governo peruano de uma só vez. Além disto, os valores e magnitude do projeto que também levam o nome de "IIRSA SUR" (conforme estampado nas cabines de pedágio das rodovias) são também o maior legado deixado pela iniciativa IIRSA, antes de ser incorporada pela UNASUL (União das Nações da América do Sul), em 2009, como um foro técnico e parte do COSIPLAN (Conselho de Infraestrutura e Planejamento da América do Sul).

A pavimentação destes trechos de antigas "trochas carrozables" ou "estradas de penetração" que começaram a ser abertas na década de 1970, serve para superar o que na linguagem logística da IIRSA seria um "cuello de botella" ou um "estrangulamento" entre a malha rodoviária que do lado brasileiro se liga ao estado do Acre e chega até o Oceano

Atlântico através da rodovia BR-364 , e no lado peruano chega até o Oceano Pacífico. Segundo Barrantes (2014), esta interconexão através do departamento de Madre de Dios ganhou mais força, em relação a outras alternativas de ligação com o Brasil , a partir da década de 1980, em especial "por el apuro del Brasil para tener una salida hacia el oceáno Pacífico", levando-se em conta a extensão das estradas brasileiras existente até então e a proximidade com a capital do estado do Acre, Rio Branco. Além disto, este caminho teria cobrado maior importância também devido a existência da cidade fronteiriça de Iñapari e aos benefícios potenciais que seriam obtidos pela macrorregião sul do Peru, "onde as lacunas de infraestrutura são maiores em relação ao restante do território nacional peruano." (BARRANTES et al., 2014, p.117).

Este projeto de "reabilitação" de vias terrestres inclui principalmente obras de reabertura e pavimentação de estradas e a construção de dezenas de pontes, entre elas a ponte sobre o Rio Madre de Dios, a maior ponte suspensa de todo o Peru, com 722 metros de cumprimento. As obras dos trechos do CVIS incluídos na IIRSA foram realizadas todas por empreiteiras brasileiras de grande porte, como a 'Odebrecht' responsável pelos trechos II e III e a 'Camargo Corrêa', 'Andrade Gutierrez' e 'Queiroz Galvão' que dividem a concessão do trecho IV. De acordo com um contrato financeiro definido como "construção, operação e transferência", estas empresas detêm por pelo menos 25 anos a concessão e a cobrança do pedágio nestas rodovias a partir do início das obras em agosto de 2006.

De acordo com o informe de desempenho do ano de 2014, no trecho III do CVIS, - que consiste na parte da rodovia de cerca de 400 km que atravessa o departamento de Madre de Dios e chega até a fronteira com o Brasil, - circularam neste ano 663 mil veículos, que equivalem a 29 mil veículos a menos que no ano de 2013. Destes, cerca de 80% (518 mil) foram veículos 'ligeros' e o restante 20% (145 mil) foram veículos con-

siderados 'pesados', utilizados para o transporte de carga. (OSITRAN).

Esta parte da rodovia conta atualmente com três postos de cobrança de pedágio. Localizado a cerca de 80 km da fronteira com o Brasil, o pedágio de 'San Lorenzo' é o mais próximo do território brasileiro e fornece assim um dado importante sobre o registro do fluxo de veículos na área próxima à fronteira entre os dois países. Segundo o informe, em 2014, a intensidade média diária (IMD) no pedágio de 'San Lorenzo' foi de 252 veículos, o que significa um tráfico de 10,5 veículos por hora em ambos os sentidos da rodovia. Dentre estes, no ano de 2014, foram registradas 23.757 unidades de veículos considerados 'pesados' o que representa uma média de apenas 2,7 veículos pesados por hora. Isto não quer dizer que estes veículos teriam de fato passado pela fronteira, na realidade grande parte deste fluxo deve-se ao abastecimento das cidades de Iberia e Iñapari na fronteira, mas todavia servem de indicativo do baixo fluxo que existe nesta parte da rodovia.

Conforme os informes da OSITRAN sobre as concessões da IIRSA SUR, com este ainda baixo fluxo a arrecadação dos pedágios do CVIS não alcança nem a terça parte do valor a ser investido anualmente na manutenção das obras, referente ao Pago Anual por Manteniminento de Obras (PAMO), estipulado pelos contratos de concessão. Por exemplo, segundo o informe de desempenho do ano de 2015, os custos do PAMO referentes ao trecho III do CVIS, chegaram a S/ 23 milhões, sendo que os pedágios arrecadaram apenas S/ 6,4 milhões correspondentes a 27% deste valor. Desse modo, conforme o tipo de contrato estabelecido com as empresas construtoras, é Estado peruano que deve cobrir o valor restante. Assim, após levantar os dados de custo e financiamento do CVIS, conforme conclusão do estudo da Cooperación Regional para la transparência y la participación (2014, p.129) "Vemos que el nivel de transitabilidad de la carretera si bien es el doble de lo que se estimaba en los Estudios de Factibilidad no es significativo para la inversión que está

asumiendo el Estado peruano en el CVIS."

Recentemente, no início do ano de 2017, em meio aos desdobramentos da operação de investigação policial da Comissão "Lava Jato" no Peru (homônima àquela que ocorre no Brasil e investiga o pagamento de propinas e lavagem de dinheiro envolvendo políticos e empresas brasileiras), a Controladoria Geral peruana, através do acesso a documentos contábeis referentes aos pagamentos anuais por obras (PAO) e por manutenção (PAMO) e dezenas de adendas nos contratos de concessão da IIRSA SUR, revelou quantias surpreendentes que atualmente correspondem ao triplo dos custos originalmente estipulados para a construção e manutenção da rodovia e, consequentemente, o triplo do valor a ser pago pelo Estado peruano às empresas brasileiras que realizaram e operam as rodovias da IIRSA SUR. Segundo estes documentos contábeis do Ministério de Transportes e Comunicações (MTC), somados os valores de financiamento da obra e os gastos anuais para manutenção da rodovia, o trecho II passou de US$ 263 milhões para US$ 1,081 bilhão; o trecho III passou de US$ 395 para US$ 1,131 bilhão; o trecho IV de US$ 244 milhões para US$ 1,102 bilhão. Assim, os valores da IIRSA SUR passaram de um total anterior calculado em cerca de US$ 900 milhões para um total de US$ 3,2 bilhões, incluindo a construção e a manutenção da rodovia, algo que corresponde a aproximadamente um custo de US$ 3,2 milhões por quilômetro construído da rodovia interoceânica.

A partir destes novos cálculos, José Luis Bonifaz, um dos autores de um dos principais estudos de estimativas dos benefícios econômicos que respaldaram a construção da rodovia interoceânica chegou a afirmar que *"con este nuevo monto se debe afirmar hoy que la carretera no es rentable debido a la corrupción y los sobrecostos que nuestros estudios nunca avalaron ni respaldaron."*

Uma das expectativas depositadas na realização da rodovia era a possibilidade de escoar a crescente produção de grãos de soja do Cen-

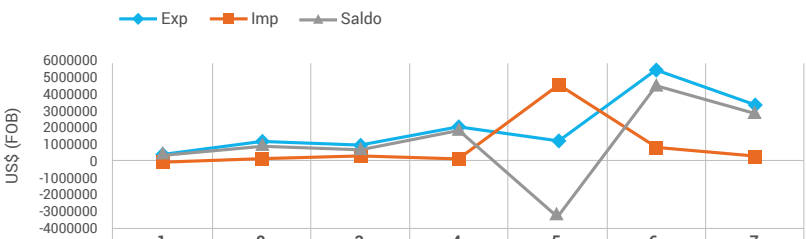
tro-Oeste brasileiro para a Ásia através do CVIS diretamente no Oceano Pacífico. Solucionar-se-ia assim um dos maiores problemas logísticos de um dos principais produtos de exportação da economia brasileira atual. Conhecidamente, a soja é moeda forte na economia brasileira. Grandes projetos de rodovias na Amazônia brasileira que tiveram alto impacto ambiental, consumiram volumosos investimentos públicos e estão hoje deteriorados e por vezes disfuncionais, como a BR-319 (Porto Velho-Manaus) e a BR-163 (Cuiabá-Santarém), tiveram como motivação principal o aprimoramento do escoamento da soja brasileira no Rio Amazonas.

Apesar da conclusão do CVIS, toda produção brasileira de soja continua sendo escoada pelo Oceano Atlântico, inclusive aquela com destino aos mercados asiáticos. Nenhum caminhão de soja brasileira chegou aos portos peruanos, ainda é mais barato dar a volta pelo continente. Apesar de ser o caminho relativamente mais curto, a difícil tarefa de cruzar a Cordilheira dos Andes com grandes e pesados caminhões de carga - que neste caso implica em subir e descer altitudes que chegam a mais de 4 mil metros sobre o nível do mar em uma distância de aproximadamente 300 quilômetros -, ainda é definitivo para inviabilizar economicamente o fluxo comercial das volumosas commodities brasileiras nos "portais" de saída para o Oceano Pacífico através do CVIS. Alguns estudos de engenharia de produção como de Almeida et al. (2013) apontam que o escoamento pelo porto peruano na cidade de Ilo seria economicamente viável apenas no caso de uma "pane logística" na capacidade dos principais portos brasileiros. (ALMEIDA et al. 2013)

Ainda, segundo dados peruanos do SIICEX (Sistema Integrado de Información de Comércio Exterior) cerca de 98% das exportações peruanas para o Brasil ainda ocorrem através da via marítima, pelo canal do Panamá. Neste sentido, uma outra questão que interfere na viabilidade econômica da utilização da rodovia interoceânica como caminho de intercâmbio comercial entre Brasil e Peru é a falta do denominado "frete de

retorno", ou seja, quando os possíveis caminhões de transporte de produtos brasileiros chegam nos portos peruanos a viagem de retorno acabaria sendo feita com o caminhão vazio, gerando um "falso frete" e encarecendo o frete como um todo. Este é um exemplo do quanto incipiente é o intercâmbio comercial entre os dois países. Os números mostram inclusive um grande superávit histórico a favor do Brasil, que exporta muito mais em termos de valor e de volume do que importa do Peru.

BALANÇA COMERCIAL ACRE - PERU (2010 - 2016)



	1	2	3	4	5	6	7
Exp	454712	1172576	1036979	2087993	1346403	5502184	3456567
Imp	19747	216631	314043	189855	4678889	851817	416481
Saldo	434965	955945	722936	1898138	-3332486	4650367	3040086

Elaboração própria, a partir de dados do MDIC/SECEX.

O gráfico acima apresenta os valores do fluxo comercial entre o estado do Acre com o Peru, através do caminho terrestre estabelecido pela rodovia interoceânica, desde o ano de 2010, quando a maioria das obras já estavam prontas, faltando apenas a conclusão da ponte Continental sobre o Rio Madre de Dios, concluída em 2011. Tal gráfico serve para indicar a falta do chamado "frete de retorno". Conforme apontam os dados, neste período, o estado do Acre apresenta um constante superávit na balança comercial com o Peru, com valores de exportação muito superiores aos valores de importação.

Conforme o gráfico acima, a exceção ocorreu no ano de 2014, quando o estado do Acre ficou isolado durante boa parte do ano devido à cheia do Rio Madeira que inundou a BR-364, única rodovia a conectar o estado com o restante do território nacional. Neste período, através da rodovia interoceânica em Madre de Dios foram transportados grandes quantidades de produtos peruanos para atender emergencialmente a demanda do Acre, como combustível, produtos alimentícios e hospitalares, além de cimento e demais insumos de construção civil para socorrer os locais afetados pelas enchentes que atingiram grande parte dos municípios acreanos, alcançando um valor de importação de mais de US$ 4,6 milhões. Para tanto, foram desburocratizados uma série de trâmites para facilitar a importação de produtos peruanos e foi quando a rodovia se mostrou de grande utilidade. Porém, conforme o gráfico, após a restauração da BR-364, nos anos 2015 e 2016, os superávits a favor do Acre voltaram a aparecer em quantias ainda maiores.

Além disto, no geral, apesar da realização da integração física entre os dois países, tampouco houve aumento significativo do comércio entre Brasil e Peru. Entre 2006 e 2014, têm-se um pequeno aumento da corrente de comércio que passa de US$ 2,3 bilhões para US$ 3,5 bilhões. Com efeito, em termos de porcentagem, estes números apontam para uma diminuição da já pequena participação do Peru no comércio internacional do Brasil. Em 2006, o comércio com o Peru representou 0,86% das importações e 1,1% das exportações do Brasil. Já em 2014, a participação do comércio com o Peru caiu para 0,75% das importações e 0,81% das exportações brasileiras. (MDIC)

No que diz respeito aos informes de desempenho da OSITRAN para o trecho V do CVIS, constituído pelas rodovias que chegam até os portos no sul peruano, os números do fluxo veicular por estes trechos revelam que em todo o período entre os anos de 2008 e 2014 o aumento das unidades de veículos foi de apenas 64 mil para o porto de Ilo e

231 mil para o porto de Matarani. Com efeito, se contabilizados apenas os veículos de transporte de carga, neste período entre 2008 e 2014, o pedágio do porto de Ilo registra uma diminuição do fluxo anual de 81 mil para 78 mil e o pedágio do porto de Matarani registra um pequeno aumento de 220 mil para 320 mil veículos pesados em todo este período de sete anos, apesar da modernização da rodovia de acesso a estes portos. Assim, mesmo para a economia do Peru, a reabilitação das rodovias que chegam aos portos do sul não significou maior participação nos fluxos de importação e exportação do país.

3. A ODEBRECHT S.A. E A RODOVIA INTEROCEÂNICA

A empresa brasileira Odebrecht S.A. está a mais de 30 anos atuando na construção e operação de projetos de infraestrutura no Peru. Depois do Brasil, atualmente, o Peru é o segundo país no qual a empresa possui o maior valor de ativos. A empresa brasileira possui uma relação histórica com o projeto da rodovia interoceânica. Desde os anos 1980, quando foi assinado o primeiro Acuerdo de Interconexión Vial Peru – Brasil e, assim, priorizada a interconexão viária pela selva do departamento de Madre de Dios, a Odebrecht S.A. já manifestava seu interesse na execução do projeto. Referente a este interesse inicial, destaca-se dentre as práticas comuns de relações públicas da empresa a procura por estabelecer vínculos informais com a sociedade local de Madre de Dios.

Segundo o estudo precursor de Amayo (1993), apesar da ausência de estudos aprofundados sobre a viabilidade econômica da rodovia interoceânica, desde o lançamento do acordo bilateral de interconexão, a persuasão da empresa já se fazia presente na agenda do governo peruano. Como exemplo, o autor faz referência a recomendação feita pela empresa e, relativamente aceita pelo governo peruano, ao porto de Ilo como ponto de chegada da rodovia e alternativa de saída para o Oceano

Pacífico que, de fato veio a ser um dos portos priorizados pelo projeto atual. (AMAYO, 1993, p.7)

O projeto do CVIS foi dividido em três consórcios, referentes a cada um dos três trechos incluídos na IIRSA e, portanto, três processos de licitação pública. A licitação dos trechos 2 (que cruza o território do departamento de Madre de Dios, a partir da cidade de fronteira, Iñapari, até o rio Inambari, na divisa com o departamento de Cuzco) e 3 (do rio Inambari até a cidade de Urcos, já nas montanhas andinas) foram ambos conquistados inteiramente pela Odebrecht Latinvest, uma filial da empresa Odebrecht S.A..

No início do ano de 2017, conforme os avanços das investigações policiais sobre casos de corrupção entre empresas e políticos brasileiros reunidos no caso conhecido como "Lava Jato" no Brasil que, somados à outras investigações do departamento de justiça de outros países, como no Peru e nos Estados Unidos , assim como os demais desdobramentos envolvendo também às revelações trazidas pelo "vazamento dos Panama Papers", - sobre a criação de empresas de fachada (offshores) em paraísos fiscais para "lavagem de dinheiro" e transferência para contas bancárias de políticos corruptos -, a empresa Odebrecht S.A. está envolvida em uma série de casos de corrupção e pagamento de propinas a autoridades públicas para conquistar favorecimento na licitação de obras de infraestrutura.

No Peru, Jorge Simões Barata, o mais alto executivo da Odebrecht S.A. no país, após detido pela polícia peruana, revelou uma lista de pagamentos de propinas envolvendo uma série de políticos e funcionários do governo peruano e obras de infraestrutura realizadas pela empresa no território deste país. Entre estas, está a confissão do pagamento de cerca de US$ 20 milhões ao então presidente peruano em exercício na época da licitação da rodovia interoceânica, Alejandro Toledo, como contrapartida pelo favorecimento e maior agilidade no processo de licitação e mudança nas bases contratuais referentes a tal projeto. Segundo as re-

portagens investigativas publicadas por Ojo-Público , estão envolvidos neste caso específico de corrupção referente a rodovia interoceânica, além da empresa Odebrecht S.A. e do próprio ex-presidente e altos funcionários de seu gabinete presidencial, também empresários israelenses próximos do ex-presidente, além da empresa panamenha de advocacia Mossack Fonseca, de onde vazaram os "Panama Papers", responsáveis pela abertura de contas em um banco suíço para transferir e operar as cotas de propinas em nome de empresas "offshore".

No Peru, as repercussões dos inúmeros casos de corrupção envolvendo a rodovia interoceânica e outras obras realizadas pela Odebrecht S.A. no território peruano criaram um ambiente altamente hostil quanto a presença da empresa no país. Pelo tipo de contrato acordado entre o governo peruano e a Odebrecht S.A., a empresa possui a concessão dos trechos 2 e 3 da rodovia interoceânica por 25 anos, a partir do início das obras, que começaram em 2006. Seriam então, cerca de mais 15 anos de concessão da rodovia nas mãos da empresa. Todavia, em um capítulo ainda em aberto, o atual presidente peruano Pedro Pablo Kucsynski (PPK) chegou a declarar em mídia nacional a expulsão da empresa do solo peruano e a obrigatoriedade da venda de seus ativos no país. Assim declarou o presidente PPK: Ellos [Odebrecht] van a tener que vender sus proyectos, varios de ellos muy buenos en términos de suministro de electricidad, carreteras, pero lamentablemente tienen esta tara de la corrupción, tienen que irse, se acabó".

Além disto, a rodovia seria um primeiro incremento logístico que facilitaria a realização de outras obras de infraestrutura que também viriam a ser do interesse da empresa, sendo algumas inclusive posteriormente concedidas a Odebrecht S.A. Entre outros projetos ainda em estudo, como a construção de algumas hidrelétricas em rios de Madre de Dios e de Cuzco, a empresa havia conquistado grande parte da licitação responsável pela construção do "Gasoduto del Sur", uma obra que prevê

investimentos ainda maiores do governo peruano para estender os gasodutos peruanos até o sul do país, especificamente até o mesmo porto de Ilo. Grande parte dos materiais para a realização de tal obra, como os gigantescos dutos de encanamento, foram transportados através da rodovia interoceânica pelos caminhões da empresa vindos do Brasil. Porém, devido a estes acontecimentos recentes e à própria necessidade da empresa, a Odebrecht S.A. acabou por transferir sua participação neste projeto.

4. O AVANÇO DA "FEBRE DO OURO" NAS MARGENS AMAZÔNICAS DA RODOVIA INTEROCEÂNICA

Na Amazônia do Peru, o território do departamento de Madre de Dios (MdD), que faz fronteira com o Brasil, representa uma das regiões de maior concentração endêmica e biodiversidade recorde no nosso planeta, sendo território de grandes áreas de reservas naturais andino-amazônicas que fazem parte do Corredor de Conservação Villcabamba-Amboró , como o Parque Nacional Alto Purus, a Reserva Comunal Amarakaeri, a Reserva Nacional de Tambopata e o Parque Nacional Manu, tombado pela UNESCO como patrimônio natural da humanidade em 1987, devido à grande quantidade de vida e de carbono presente em suas florestas e sua importante participação no processo natural de diminuição de dióxido de carbono na atmosfera e consequente contribuição para diminuição do aquecimento global. Além disto, foi também comprovado, já no início do século XXI, ser esta parte do bioma amazônico uma área de trânsito, abrigo e refúgio para os denominados povos nativos em isolamento voluntário, povos originais da floresta amazônica com muito pouco ou nenhum contato estabelecido com a nossa civilização, como os bravos mashco piro, que representam mais de 500 anos de resistência e os últimos resquícios dos modos de vida amazônicos pré-colombianos na América.

Existe uma constante deposição de partículas de ouro para esta

que é uma zona de transição entre a Cordilheira dos Andes e a Amazônia. Provenientes do processo erosivo das montanhas, estas partículas são transportadas pela força da gravidade junto com a água que desce das montanhas andinas e formam os rios da Bacia Amazônica, depositando grande quantidade e variedade de sedimentos minerais que conformam o solo dos leitos dos rios e as áreas próximas inundáveis. Sua concentração é notadamente maior nas áreas de "selvas baixas" formadas próximas às cadeias montanhosas, como é o caso dos rios da Amazônia peruana que cruzam o departamento de MdD. De forma dispersa, este tipo de ouro, que por suas características é chamado de "ouro aluvial", pode ser extraído artesanalmente, a partir de técnicas muito mais simples do que aquelas usadas para extrair o ouro diretamente das montanhas. Resumidamente, a extração de ouro aluvial baseia-se na filtragem do solo e no uso do mercúrio líquido que reage e "captura" estas partículas de ouro, separando o ouro dos demais sedimentos minerais resultantes da filtragem do solo. O primeiro passo para extrair o ouro aluvial destes depósitos é o desmatamento total da floresta para "limpar" o terreno e alcançar as jazidas no subsolo. O desflorestamento causado por este processo é praticamente irreversível, sendo resultado disto em larga escala, a transformação da floresta em paisagens desérticas e sem vida. Além disto, tem-se a contaminação cumulativa devido ao uso irresponsável do mercúrio, uma neurotoxina altamente nociva para o ser humano, utilizado na última etapa do processo, que se espalha pelo ar, solo e cursos d'água e se acumula no ser humano e nos demais seres vivos pela cadeia alimentar. Um claro exemplo deste tipo de devastação ambiental é o espaço que antigamente abrigava as microbacias do Rio Huaypetuhe e Caychive e onde hoje é a abandonada Mina Huaypetuhe, localizada em MdD, bem próximo à divisa com o departamento de Cuzco. A paisagem que hoje pode ser vista por qualquer computador acessando o serviço de mapeamento "Google maps" é a de um rio interrompido por um deserto de areia com grandes poças de água em meio à floresta amazônica.

De tempos em tempos surge em determinada região do espaço amazônico uma nova "febre do ouro". O contexto é conhecido, marcado por características pontuais que configuram um intenso ciclo extrativista. Em um primeiro momento está a descoberta, muitas vezes baseada em conhecimentos locais empíricos, a imigração massiva e a relativa prosperidade econômica, seguidos do esgotamento do recurso mineral, emigração e decadência econômica. O resultado comum deste ciclo na Amazônia é a devastação ambiental e o abandono, além dos conflitos pela posse das terras.

Neste sentido, ao longo da última década, o território de MdD vem sofrendo um intenso processo de aceleração da devastação ambiental e uma série de transformações sociais, econômicas e políticas causadas principalmente pelo avanço da mineração de ouro e um intenso fluxo migratório de pessoas de outras regiões que são atraídas pela maior oferta de trabalho e renda gerados por esta atividade exploratória. Este avanço da mineração está correlacionado cronologicamente a dois fatores que, apesar de independentes entre si, atuam em um mesmo sentido na aceleração destas transformações: I) a inauguração do projeto e realização das obras do trecho III do CVIS, cujo incremento logístico facilita o acesso ao território de MdD e; II) as sucessivas valorizações do ouro no mercado mundial, que passou a atingir preços recordes, notadamente a partir dos efeitos da crise econômica de 2008 - quando este metal precioso passou a ser visto como uma melhor reserva de valor frente à desvalorização do dólar -, o que por consequência aumentou sobremaneira sua demanda mundial e a rentabilidade da atividade mineradora, mesmo aquela praticada em menores escalas.

Neste ínterim, especialmente nas áreas próximas ao trecho III da rodovia interoceânica cujo percurso se estende paralelamente ao curso dos rios Madre de Dios, Inambari e Tambopata, entre as cidades de Puerto Maldonado - Mazuko - Inambari, o território de MdD passa a

vivenciar uma devastação ambiental causada por um contexto que pode ser definido como uma nova 'febre do ouro'. Ali, onde a construção da rodovia começou praticamente do zero, ao longo do caminho novos centros povoados e assentamentos foram estabelecidos logo às margens da rodovia, ocupados por migrantes atraídos especialmente pela grande oferta de trabalho ligada diretamente a extração do ouro aluvial ou a atividades que se desenvolvem em apoio a esta como o comércio e o transporte de cargas e pessoas.

O incremento logístico propiciado pela conclusão das obras de pavimentação e construção de pontes referentes ao projeto da rodovia, ao facilitar a chegada de mão-de-obra, de equipamentos e combustíveis em larga escala empregados para a mineração, auxilia diretamente na sustentação do crescimento desta atividade em MdD. Uma viagem por via terrestre que antes demandava vários dias para ser realizada, quando não impossibilitada pelas inundações nos períodos de chuva, comuns ao clima amazônico, agora leva apenas algumas horas e pode ser realizada durante o ano todo. Neste sentido, no trecho onde a devastação causada pela mineração avança em MdD - entre a cidade de Cuzco até a cidade de Puerto Maldonado -, a viagem que antes levava cerca de uma semana, agora com a nova rodovia leva cerca de apenas sete horas.

Investigações atuais apontam que nos últimos dez anos MdD sofreu uma devastação ambiental causada pela mineração de ouro aluvial superior ao desmatamento acumulado em todo o período anterior ao ano de 2005. Além disso, anteriormente, até este ano de 2005, a mineração em MdD se concentrava nas zonas próximas a cidade Mazuko, onde está o distrito de Huepetuhe, devido à maior proximidade com as cidades de Cuzco e Puno, de onde vem grande parte dos mineradores e, principalmente, devido ao limitado acesso por via terrestre que, antes da realização da rodovia interoceânica não se estendia de maneira eficiente para o interior de MdD.

Agora, logo às margens da nova rodovia saltam aos olhos os assentamentos humanos recentes ligados diretamente à atividade mineradora como aqueles localizados na zona conhecida como "La Pampa", entre a altura dos quilômetros 107 e 117 da rodovia. De acordo com os dados de Arroyo (2014), as novas áreas de mineração localizadas logo às margens das obras da rodovia, como Huacamayo e as demais zonas de mineração ligada aos ocupantes do assentamento de "La Pampa", apesar de terem surgido apenas a partir do ano de 2006, já representavam cerca de 60% do desmatamento acumulado em MdD até o ano de 2012. (ARROYO, 2014).

Estas novas áreas de devastação se expandem ao sul e ao norte da rodovia, invadindo os rios próximos e as terras de comunidades nativas e em larga escala a chamada "zona de amortiguamento", que serve como faixa de transição para proteger os limites das áreas de conservação ambiental e distanciá-las da urbanização e da lógica exploratória econômica de recursos naturais. Por exemplo, a partir do ano de 2006, começam as atividades mineradoras na microbacia de Huacamayo que, em cerca de três anos, provocou uma faixa de devastação que se estende por 11 quilômetros entre o Rio Inambari e a rodovia interoceânica, conforme imagem a seguir extraída do serviço de mapeamento Google Maps.

Em uma das primeiras pesquisas de mapeamento e monitoramento via satélite do desflorestamento em MdD, realizada por Swenson et. al (2011), concentrou-se em levantar dados relativos a evolução das taxas de devastação ocasionada até o ano de 2009, especificamente em uma área selecionada que inclui 100 Km da rodovia interoceânica e onde se localizavam as três principais zonas de foco da mineração até então conhecidas, a Mina Huaypetuhe e a Mina Delta – 1, onde as atividades começaram antes das obras da rodovia e nova Mina de Huacamayo, onde as atividades começaram em 2006. Segundo o estudo, somente nesta área de Madre de Dios, cerca de 6.600 hectares (ha) haviam sido desflorestados entre 2003 e 2009. Entre 2003 e 2006 a taxa foi de 292 ha/ano. Já no período de início das obras da rodovia interoceânica, entre 2006 e 2009, com a abertura da Mina de Huacamayo ao norte da rodovia, a taxa teria aumentado seis vezes, chegando a 1.915 ha/ano. Somadas estes três focos de mineração, o total acumulado de área devastada pela mineração nesta faixa chegava a 15.500 ha até o ano de 2009. Além disto, os dados levantados pelo estudo identificam um crescimento diretamente proporcional entre o aumento da devastação causado pela mineração em MdD, com o aumento da importação de mercúrio líquido para o Peru e com o aumento do preço do ouro no mercado mundial. (SWENSON et. al, 2011)

Vale destacar que desde o início das obras, no ano de 2006, ano em que surge a mineração na microbacia de Huacamayo, a possibilidade de trafegar pela estrada já havia aumentado consideravelmente, conforme a denominada "clausula de transitabilidad", que obrigava a empresa concessionária a manter um nível de trafegabilidade satisfatório por todo o trecho por onde a rodovia seria implementada desde o período inicial do contrato de concessão. No ano de 2009, o trecho entre as cidades de Puerto Maldonado e Inambari, onde se concentra a maior parte do avanço da devastação causada pela mineração, já estava concluído.

Já em 2013, foi divulgado um novo mapeamento sobre a devas-

tação em MdD, utilizando novas imagens capturadas não somente via satélite, mas também via sobrevoo das áreas. Este novo mapeamento foi motivado em grande parte pelo financiamento de atores internacionais ligados à "causa ambiental" e pelo interesse do governo peruano e em desenvolver o regime de Redução de Emissões por Devastação e Degradação (REDD) como alternativa para a governança e geração de renda através da preservação das áreas de reservas florestais da Amazônia peruana.

Segundo Asner et. al (2013) e as conclusões sobre estas novas imagens, embora os principais focos de mineração tenham sido mapeados via satélite pela estudo de Swenson et. al (2011), ainda restavam milhares de pequenas zonas de mineração dispersas que não haviam sido captadas devido ao menor tamanho e à localização em áreas mais remotas e ao estilo clandestino de suas operações, justamente para evitar as novas leis de fiscalização. No total, a extensão destas novas pequenas áreas de mineração representaram, até o ano de 2012, aproximadamente 51% do total da devastação ambiental, ou seja, estas pequenas minas clandestinas alcançavam o mesmo impacto das três grandes áreas foco de mineração: Huaypetuhe, Delta -1 e Huacamayo. (ASNER et. al, 2013).

Conforme o levantamento realizado por Asner et. al (2013) calcula-se que no período entre os anos de 1999 e 2012, o aumento da devastação foi de 400%, passando de 10 mil ha para mais de 50 mil ha. O estudo também calcula que o aumento da taxa anual de devastação triplicou, passando de 2.166 ha/ano até o ano de 2008, para uma taxa de 6.145 ha/ano entre o período 2008 – 2012, reforçando assim, o vínculo temporal entre a expansão da atividade mineradora em MdD, com o avanço na construção da rodovia e o aumento vertiginoso da valorização do preço do ouro como efeito no pós-crise de 2008.

Recentemente, em 2016, um novo mapeamento foi divulgado pelo projeto Monitoring of the Andean Amazon Project (MAAP) , cujos dados calculam uma nova soma de cerca de 62 mil hectares de devas-

tação ambiental causada pela mineração em MdD. Conforme ilustrado no mais recente mapeamento da devastação ambiental causada pela mineração de ouro em Madre de Dios, exposto abaixo, a atividade segue avançando notadamente nas margens norte e sul da rodovia.

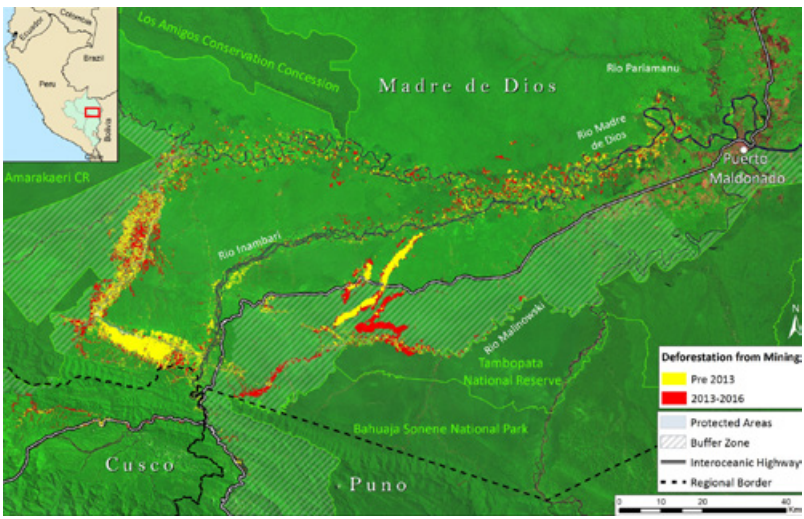


Imagem extraída do projeto MAAP. Fonte: FINER M., OLEXY T., NOVOA S. Gold Mining Deforests 32,000 Acres in southern Peruvian Amazon from 2013 to 2016. MAAP: 50. 2016. Disponível em: http://maaproject.org/2016/peru_gold/

Apesar de não ser o tema principal abordado aqui neste capítulo, é valido destacar o seguinte; toda a extração de ouro em MdD é informal ou ilegal. Desde o ano de 2010, o governo peruano vem tentando controlar a situação em La Pampa, porém, até o momento, não obteve êxito em aplicar as novas leis de formalização da mineração em MdD ou evitar a invasão de áreas protegidas. Pelo contrário, desde aproximadamente o ano de 2005, com a alta do preço do ouro e a facilitação do acesso ao interior da selva, a mineração em MdD apresenta um avanço contínuo, tanto em termos de conquista de novos espaços, como em termos de

produtividade de toneladas de ouro.

Para se ter uma noção do volume de ouro extraído atualmente em MdD, no ano de 2015, segundo o Ministério de Energia e Minas (MINEM), o Peru ocupou a sexta posição no ranking mundial de produção de ouro, que representa em termos de valor, 60% das exportações do país. Neste ano, em seu "Anuario Minero", o MINEM apresentou os números referentes a estimativas da produção informal de ouro realizada por mineradores artesanais passíveis de formalização em MdD. Segundo o anuário, a produção informal de ouro realizada por garimpeiros autônomos no departamento de MdD foi responsável por 8,77% da produção nacional, ficando atrás apenas de Arequipa (9,43%), Cajamarca (28,82%) e La Libertad (31,89%), onde a extração é realizada nas montanhas andinas por empresas multinacionais. Ainda, se assumidos como uma hipotética empresa, os mineradores informais de MdD ocupariam a terceira posição em âmbito nacional, com uma quantia estimada em 391 mil onças finas de ouro, atrás apenas das multinacionais Yanacocha S.R.L. e Barrick Misquichilca S.A. que operam grandes minas na Cordilheira dos Andes do Peru e concentraram 1/3 da produção de ouro em 2015. (MINEM, 2016)

O aumento da devastação causada pela mineração está também ligado a evolução dos equipamentos e tecnologias utilizadas pela mineração. Na década de 1990, conforme relatos de mineradores antigos, chegam a Mina Huaypetuhe representantes de empresas como a Volvo e a Caterpillar e a mineração passa a ser parcialmente feita com maquinário pesado adquirido via importação por mineradores de sucesso na atividade e a produção e devastação aumentam exponencialmente. Surgem então em MdD os primeiros tratores e do tipo 'cargadores frontales' e retroescavadeiras, que superam em muito a capacidade de extração do solo das demais técnicas utilizadas anteriormente.

Iniciadas em 2006 e concluídas em 2011, as obras para a realização

do trecho III da rodovia interoceânica que passa por Madre de Dios, incluem a abertura, reabertura e a pavimentação de cerca de 403 quilômetros de estradas. Há também a construção de cerca de 50 pontes de variadas extensões, incluindo a maior ponte do território nacional peruano, a Ponte Billinghurst (também denominada Ponte Continental) de 722 metros sobre o caudaloso rio Madre de Dios. Para as regiões amazônicas, onde a superfície terrestre é recortada por inúmeros rios, a construção de pontes fixas que suportam grandes pesos significa um grande salto no incremento logístico, tanto em termos de tempo de viagem e economia de frete, como de segurança, facilitando sobremaneira o livre fluxo de veículos que antes dependiam do transporte de balsas primitivas.

Em conjunto, estas obras transformaram os caminhos rudimentares que anteriormente existiam em MdD - e, por vezes, eram interditados durante grande parte da época de chuva -, em uma rodovia pavimentada, fluída, acessível o ano todo que, entre outros, facilita o livre fluxo de mineradores, seus equipamentos e suas máquinas (motobombas, tratores, caminhões e galões de combustível) para dentro das áreas de floresta através de novas estradas secundárias abertas a partir da rodovia principal. Assim, os mineradores se instalaram aonde nunca haviam chegado antes, graças ao acesso garantido pela rodovia.

Puerto Maldonado, capital do departamento e principal cidade ao longo da rodovia interoceânica em MdD, foi fundada como entreposto comercial na época do ciclo de extração da borracha. Com o fim deste ciclo, após o declínio das demandas internacionais pelo látex, a cidade sofreu forte emigração e passou por longo período de estagnação populacional e econômica, até o início da última década, quando triplicou seu número de habitantes. Atualmente, apesar de distante dos demais centros populacionais e localizada em uma região considerada remota, esta é a terceira cidade que mais cresce no Peru – com médias anuais de mais de 3%, que representam um crescimento de aproximadamente 3

mil pessoas por ano. (INEI, 2015).

Hoje, Puerto Maldonado - declarada pelo congresso nacional peruano, em 1994, como capital da biodiversidade do Peru -, é novamente um importante entreposto comercial, porém seu crescimento econômico agora gira em torno da mineração aurífera que atrai grandes contingentes de migrantes. Na cidade há casas de compra e venda de ouro que realizam o "refogueo" da amálgama de ouro e mercúrio em pleno mercado central. O mercúrio utilizado na mineração aurífera está no ambiente da capital, presente na água dos rios, solos e ar, chegando aos seres humanos através da água consumida, inalação de maiores concentrações do vapor de mercúrio na atmosfera e pela ingestão de pescados como fonte de alimento. Já em 2016, a situação chegou ao extremo e o governo declarou "estado de emergência" em todos os distritos do departamento, devido a estimativas que revelam uma contaminação por mercúrio de cerca de 41% da população, obrigando a tomar medidas paliativas imediatas como a proibição do consumo de certo tipos de peixes, assistência hospitalar e distribuição de alimento.

De acordo com Porto-Gonçalves (2011), grupos sociais dispõem de condições distintas para aproveitar a maior acessibilidade ao espaço por meio de novas infraestruturas e uma melhor integração física e, assim, a "concentração de poder tende a ser maior nas áreas de expansão, porque os grupos sociais mais fortes se antecipam e se tornam mais fortes ainda." (PORTO-GONÇALVES, 2011, p.148) Assim sendo, a direta relação espacial e cronológica entre a construção da rodovia e a "febre do ouro" em MdD permitem afirmar que a mineração de ouro é a atividade econômica que maior proveito tirou do incremento logístico aportado pela modernização das antigas estradas. A melhor acessibilidade gerada pela rodovia fortaleceu a posição deste setor dentro da formação econômica, política e social da região. Por outro lado, além da ameaça à natureza e aos modos de vida das comunidades indígenas, outras atividades eco-

nômicas em desenvolvimento em MdD também foram sobrepostas, vide a invasão da mineração em concessões florestais, agrícolas e ecoturísticas.

Nos últimos tempos, desde os anos 2000, a mineração de ouro aluvial tem se consolidado como o principal motor do crescimento econômico do departamento, gerando assim uma forte dependência econômica das cidades de MdD, transformando esta área símbolo da preservação ambiental amazônica, cada vez mais em um "território da mineração". O departamento de MdD não possui uma atividade agropecuária significativa, muito menos indústria, algo que torna a economia do departamento altamente dependente da mineração de ouro. Segundo dados do INEI, no período de 2007 a 2013, a mineração de ouro representou em média 50% do PIB de Madre de Dios. Conforme relatado no estudo de diagnóstico elaborado no ano de 2009: *"En la percepción de los mineros, la población o sociedad civil, sólo le exige dinero sin darse cuenta de su verdadera condición y sin reconocer que si no hubiera minería no hubiera comercio ni población."* (MOSQUERA et. al, 2009, p.101)

De acordo com o "Instituto Nacional de Estadística e Informática" (INEI) do Peru, durante 2012, o PIB do país cresceu 6,3%, registrando um crescimento econômico em todos os departamentos, exceto em Madre de Dios. Neste departamento a atividade produtiva diminuiu 16,9% em relação ao ano passado, segundo o informe, devido à interdição e redução da mineração. Atualmente, estes números confirmam a posição da mineração de ouro como principal atividade econômica de MdD, e também como principal atrativo para a migração de mão de obra para esta região do Peru.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação de tempo e espaço entre a realização da rodovia, a devastação ambiental e o avanço da mineração não pode ser vista como mera coincidência. Pelo contrário, experiências semelhantes em outras partes da Amazônia permitiam inclusive apontar que, até certo ponto, esta situação era previsível. Entretanto, a presente situação da devastação ambiental causada pela mineração de ouro em Madre de Dios ampliou-se de tal maneira em um ritmo tão acelerado que ultrapassa as expectativas dos cenários mais pessimistas sobre os impactos da realização da rodovia no meio ambiente. Neste sentido, analisar a importância da realização da rodovia e sua relação com a "febre do ouro" é uma peça chave para o entendimento dos primeiros impactos da realização da rodovia interoceânica no processo de transformação do espaço de Madre de Dios, logo na fronteira com o Brasil.

Certamente, são muitos os fatores que contribuíram para que a "febre do ouro" se instalasse em Madre de Dios durante a última década. Fatores de longa data, como a histórica ausência do Estado peruano nesta porção do território, bem como um primeiro momento inclusive de promoção desta atividade por parte do Estado, seguido pela falta de controle sobre a crescente presença da mineração, são fatores que explicam boa parte do fortalecimento desta atividade informal/ilegal e sua consolidação como a principal atividade econômica neste departamento peruano. O ciclo de valorização do ouro no mercado mundial é outro fator determinante, de um passado mais recente e que amplia as explicações sobre o contexto atual de Madre de Dios para a escala da economia mundial. Entretanto, enquanto fatores como a valorização do ouro no mercado mundial e a debilidade do Estado peruano no controle de seu território nacional poderiam supostamente serem atribuídas a explicar uma nova "febre do ouro" em qualquer outro espaço da Amazônia peru-

ana, a realização da rodovia é um fator específico, localizado no espaço de Madre de Dios.

A relação entre a rodovia e a mineração muitas vezes não aparece no centro do debate sobre o que acontece em Madre de Dios, em partes, devido ao fato usualmente aceito de que a rodovia era uma demanda "essencial" para a "integração" e "desenvolvimento" desta parte do território peruano. Não obstante, por enquanto, como podemos inferir na primeira parte do texto, passados mais de 5 anos de conclusão das obras, a rodovia é praticamente inutilizada como caminho de aprofundamento da integração regional ou para o aumento significativo do comércio bilateral entre Brasil e Peru. Por outro lado, o crescimento econômico e populacional de Madre de Dios está diretamente ligado ao fortalecimento de uma atividade econômica informal ou ilegal e que desafia as leis do próprio Estado peruano.

O ouro informal e ilegal é de longe o principal produto que trafega pela rodovia interoceânica atualmente, seu destino é a exportação e também o contrabando para os grandes centros de acumulação de capital além-mar, em países como Estados Unidos, Inglaterra e Suíça, onde estão as principais refinarias de ouro do mundo. A predominância deste movimento de interiorização da mineração como primeiro impacto da rodovia interoceânica em MdD continuam por demonstrar o peso preponderante da demanda extra regional em contraposição ao movimento de integração regional que seria representado pela expectativa, até então frustrada, de utilização da rodovia tanto para aumentar o comércio bilateral entre Brasil e Peru como para escoar parte da produção brasileira diretamente no Oceano Pacífico. O tipo de "desenvolvimento" trazido pela rodovia é que deve ser discutido, como um revés do mal planejamento da implementação de rodovias na Amazônia e um ainda maior enfraquecimento da capacidade de "governança" do Estado peruano nesta parte de seu território, a favor de uma atividade econômica destrutiva

não só ambientalmente, mas também socialmente, conforme a correlação da atividade mineradora com demais atividades ilegais, como o trabalho escravo, tráfico de pessoas e prostituição.

A migração atraída pela mineração também conta muito para o fortalecimento da inserção política desta atividade em MdD, que é o departamento com menor população no país. Atualmente, estima-se que dos cerca de 140 mil habitantes de MdD, aproximadamente 70 mil sejam mineradores ou pelo menos exercem atividade ligada a mineração. Eleitoralmente isto tem um peso político determinante. De fato, com a eleição em 2015, de Luís Otsuka , ex-presidente da FEDEMIN (Federação dos Mineradores de Madre de Dios), ao cargo de governador de Madre de Dios, o poder econômico da mineração agora conta também com uma representação no mais alto cargo político regional. No congresso, o único representante legislativo de Madre de Dios é Amado Romero, também conhecido como "comeoro", por sua atuação no congresso a favor da mineração de ouro em MdD e por também possuir alguns lotes destinados a mineração no departamento. Ambos são conhecidos como "governantes do ouro" e utilizam o poder político para lutar contra as leis do processo de formalização e as medidas que cerceiam a mineração em MdD.

Apesar de todo este peso social e econômico, toda mineração de ouro realizada em MdD segue sendo informal ou ilegal, não paga os impostos devidos nem segue os requisitos ambientais e apresenta-se assim como uma das questões mais problemáticas de "governança" no Peru. Atualmente, a situação chegou a tal patamar que estimativas apontam que a mineração ilegal de ouro no Peru, que ocorre em vários locais do país, mas está concentrada majoritariamente em Madre de Dios, é a principal atividade econômica ilegal desenvolvida no país, pois movimenta valores superiores ao narcotráfico. Assim, Madre de Dios está agora na agenda nacional como um caso emblemático para a "governança" do Estado peruano e revela uma disputa política interna entre o governo cen-

tral e o governo regional.

As recentes descobertas sobre os casos de corrupção e supervalorização envolvendo empresas brasileiras na construção dos trechos do CVIS reforça a tese de que os maiores benefícios adquiridos pela realização da rodovia interoceânica estão longe de serem aqueles prometidos pela iniciativa integracionista proposta pela IIRSA. Por outro lado, a realização da rodovia gerou uma grande dívida para o Estado peruano e favoreceu a atuação internacional de empresas brasileiras.

Neste sentido, as potencialidades econômicas de maior integração entre Brasil e Peru, apregoadas pela realização da rodovia, parecem depender de muitas outras dimensões estratégicas que ultrapassam a simples conexão terrestre. Este processo está também relacionado ao modelo de interconexão física apregoado pela IIRSA como uma vicissitude de um investimento em grandes obras de infraestruturas que almejam o objetivo ambicioso de promover uma ligação interoceânica sem, contudo atentar para o efeito do incremento logístico sobre problemas localizados destes "espaços de trânsito" ou "zonas de passagem", como é o exemplo do avanço da mineração utilizando a rodovia para alcançar novas áreas no interior de MdD. Além disto, apesar de orientadas para aprofundar a integração regional, as obras de infraestrutura da IIRSA por não serem necessariamente acompanhadas por outros elementos normativos, como novos acordos comerciais e desburocratização, que configuram o âmbito mais amplo dos processos de regionalização dentro das relações internacionais acabam limitando a potencialidade do incremento logístico. Como exposto na recente balança comercial entre o Acre e o Peru, estes elementos já demonstraram o maior potencial no intercâmbio comercial em um momento de emergência para o estado acreano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, J. **Minería aurífera en madre de dios y contaminación con mercurio:** una bomba de tiempo. Informe preparado por el Instituto de la Amazonía Peruana (IIAP) y el Ministerio del Ambiente (MINAM). Lima: Editorial Súper Gráfica E.I.R.L , 2011.

AMAYO, E. Z. Da Amazônia ao Pacífico cruzando os Andes. **Estudos Avançados,** São Paulo, v.7, n.17, jan./abr. 1993.

ARROYO, L. V. **Madre de Dios:** ¿Podemos evitar la tragedia? Políticas de Ordenamiento de la Minería Aurífera. Lima: Sociedad Peruana de Derecho Ambiental. 2014.

ASNER, G. P et al. Elevated rates of gold mining in the Amazon revealed through high-resolution monitoring. 2013. **Proc Natl Acad Sci U S A,** Washington, v. 110, n. 46, p. 18454-18459, 2013.

BARANTES, R., GLAVE, M. (eds) **Amazonía peruana y desarrollo económico.** Lima, GRADE; IEP, 2014.

BID; CAF; FONPLATA. **América del Sur 2020:** una visión estratégica de la integración física regional. Caracas: BID-CAF-FONPLATA, jul. 2003. Disponível em: www.fonplata.org/integracionregional/1/doctra.pdf

DOUROJEANNI, M. J. **Estudio de caso sobre la carretera Interoceánica em la amazonía sur del Perú.** Santiago: BICUSA, jun.2006. Disponível em: www.bicusa.org/proxy/Document.100135.aspx.

FINER, M. ; OLEXY, T. ; NOVOA, S. **Gold Mining Deforests 32,000 Acres in southern Peruvian Amazon from 2013 to 2016.** [S.l.]:MAAP: 50. 2016.

INEI - **Perú:** Síntesis Estadística 2015. Disponível em: https://www.inei.gob.pe/media/MenuRecursivo/publicaciones_digitales/Est/Lib1292/libro.pdf . Acesso em: 04 fev. 2020.

IIRSA/CAF. **Visión de negocios:** Eje Perú-Bolivia-Brasil. Corporación Andina de Fomento/Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana, Caracas, 2002. Disponível em: http://www.iirsa.org/BancoMedios/Documentos%20PDF/mer_lim a07_ppt_vn_pbb.pdf

IIRSA. **IIRSA 10 años después:** sus logros y desafios. Buenos Aires: IIRSA, maio. 2011.

MINEN - **Anuario Estadístico de Electricidad,** 2016. Disponível em http://www.minem.gob.pe/_estadistica.php?idSector=6&idEstadistica=11738 . Acesso em: 04 fev. 2020.

MOSQUERA, C. et al. **Estudio diagnóstico de la actividad minera artesanal en Madre de Dios.** [S.l.]: Fundación Conservación Internacional, 2009.

ONERN (Oficina Nacional de Evaluación de Recursos Naturales). **Inventario, evaluación e integración de los recursos naturales de la zona de los ríos Inambari y Madre de Dios.** Lima: [s.n.], 1972.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Ou inventamos ou erramos – encruzilhadas da integração regional sul-americana.** Brasília: IPEA. 2011.

SWENSON, J. J et al. Gold Mining in the Peruvian Amazon: Global Prices, Deforestation, and Mercury Imports. **PLoS ONE,** San Francisco, v.6, n.4, 2011.

SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA: UMA RETROSPECTIVA HISTÓRICA

Isabel Cristina Rossi[74]

O continente sul-americano compreende doze países. Desses, dez fazem fronteira com o Brasil e sete países possuem fronteiras com o Brasil na região amazônica. Se fosse um país, a Amazônia em sua totalidade teria sete milhões de quilômetros quadrados, duzentos e sessenta milhões de habitantes, ocupando quarenta por cento do território da América do Sul. Um país rico, de proporções continentais, com o melhor caminho para ligar o Brasil ao Pacífico.

A posição geográfica da Amazônia terá significado estratégico e econômico bem mais significativo se a bacia Amazônica for pensada diretamente ligada à Bacia do Pacífico, integrando o Atlântico e o Pacífico e, consequentemente, as massas territoriais mais importantes da América do Sul. Em contraponto, nesse processo de integração sul-americana a margem de dependência pode ser reduzida se os recursos naturais forem usados de forma racional (AMAYO ZEVALLOS, 1999a; BECKER, 1982).

Considerar a Amazônia como região sul-americana é falar da macro fronteira compartilhada por oito países independentes –– Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador[75], Guiana, Peru, Suriname e Venezuela –– e por uma colônia –– Guiana Francesa. Esta última, por sua condi-

[74] Doutora em Ciência Política pela UFSCAr; Prefeitura do Municipio de Araraquara; icrossi.2015@gmail.com

[75] O Equador é um dos países da América do Sul que não fazem fronteira com o Brasil, porém é signatário do OTCA.

ção colonial, não participa da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), acordado entre os países amazônicos. A peculiaridade do estado ultramarino francês, que abriga em seu território a base de lançamento de foguetes e satélites da Agência Espacial Europeia (ESA), faz com que o Brasil faça também fronteira com a União Europeia/França.

Essa macrofronteira compartilhada com o Brasil corresponde a dez mil quilômetros ao longo dos países limítrofes e cento e cinquenta quilômetros de extensão em território nacional. Os dez mil quilômetros perfazem setenta por cento do total da área de fronteira terrestre brasileira. E, nessa faixa fronteiriça, encontramos diferentes situações culturais, geográficas, socioeconômicas e políticas (BECKER, 2009).

Pensar a Amazônia como região multinacional implica em ponderar os aspectos que a influenciaram em seu conjunto e, também, as histórias específicas, tanto no período de colonização ibérica, quanto na estruturação de cada Estado nacional independente. Os fenômenos que influenciaram o conjunto foram os impactos diretos e aqueles que influenciaram as partes específicas foram os impactos indiretos (AMAYO ZEVALLOS, 1999a).

Os impactos diretos correspondem à chegada dos europeus na região, o descobrimento do Rio Amazonas pelos europeus –– e, por conseguinte, o contato com os povos nativos e os impactos provocados sobre estes ––, o ciclo da Borracha (Brasil) ou Caucho (América Espanhola) e a consecutiva destruição de parte da floresta, bem como o significado para a economia nacional, regional e internacional da biodiversidade amazônica (AMAYO ZEVALLOS, 1999a).

Por outro lado, os impactos indiretos ocorreram em áreas específicas da Amazônia, com maiores consequências em alguns lugares e menores em outros. Por exemplo, pode-se mencionar o ciclo do Qui-

nino[76] –– ocorrido principalmente nos países andino-amazônicos ––; o garimpo –– questão mais premente no Brasil[77] –– e, mais recentemente, o tráfico de drogas produzidas nos países andinos, visto ser nativa dessa região amazônica a matéria-prima para a produção de entorpecentes, a coca[78] (AMAYO ZEVALLOS, 1999a).

Compartilhada entre os países do OTCA, a região é extremamente importante como fonte de vida, principalmente pelos seus recursos biológicos e hídricos, correspondendo mais ou menos a sete por cento da superfície terrestre, com uma bacia hidrográfica que representa um quinto da água doce corrente de superfície existente no planeta. A quantidade de água doce lançada pelo rio Amazonas no Atlântico é gigantesca, um quinto de toda a água fluvial do planeta, o que representa em torno de dezoito por cento de toda a água doce que chega aos oceanos. Na verdade, o rio Amazonas é responsável por um quinto do volume total de água doce que deságua em oceanos em todo o mundo. É interessante lembrar que a água ainda é doce mesmo a quilômetros de distância da costa, e que a salinidade do oceano é bem mais baixa que o normal cento e cinquenta quilômetros mar a dentro.

---

[76] A quina, uma árvore da alta Amazônia, tem funções de largo uso farmacológico.

[77] Nos garimpos brasileiros a extração do ouro ainda é feita com técnicas antigas. Para separar o ouro do restante da areia, os garimpeiros utilizam o mercúrio, que forma com ele um amálgama que depois é facilmente separado do ouro por destilação. No Brasil, esse procedimento tem sido utilizado com água dos rios e areia aurífera. O mercúrio é um metal pesado de alta periculosidade –– teratogênico, mutagênico, carcinogênico e cumulativo. Lesa irreversivelmente o sistema nervoso central. As perdas de mercúrio contaminaram consideráveis trechos de rios da Bacia Amazônica, provocando sérios problemas ambientais.

[78] Salientamos, entretanto, que a produção da coca impacta os países andino-amazônicos, porém, do ponto de vista da distribuição via tráfico de drogas, as ramificações estão pelo Brasil e por todo o planeta, por ser um negócio em ascensão com peso no mercado mundial. Países como Colômbia, em suas áreas amazônicas, são também impactadas pela produção de papoula, planta original da Ásia e matéria prima da heroína, ópio e morfina.

Por incrível que possa parecer, em um único dia, o rio Amazonas despeja no Oceano Atlântico mais água do que toda a vazão do rio Tamisa, em Londres, durante um ano inteiro. Vale lembrar outra curiosidade: somente a bacia do Rio Negro, um dos afluentes do Amazonas, tem mais água doce do que o total dos rios de toda a Europa. A região amazônica possui ainda um patrimônio florestal que cobre um terço das regiões latifoliadas do globo, abrigando metade do patrimônio biológico da Terra e, em poucos hectares, possui mais espécies de árvores nativas do que toda a América do Norte. Seus recursos hidrelétricos são capazes de gerar cem milhões de quilowatts de energia (GOMES, 1999).

Salientamos, no entanto, que a bacia hidrográfica da Amazônia é uma fração importante dos 0,26% do total de água doce do planeta. O Instituto Hidrológico Estatal de São Petersburgo, Rússia, é referência mundial em estudos sobre a água e apresenta em suas pesquisas dados que nos levam a refletir. O planeta Terra possui grande quantidade de água, mas 97,5% é salgada e somente 2,5% é doce. Desses dois e meio por cento a maior parte, cerca de 68,7%, se encontra na forma sólida –– gelo, neve permanente. A água doce encontrada nas vias subterrâneas corresponde a 29,9% e apenas 0,26% do total estão nos lagos, reservatórios e rios (AMAYO ZEVALLOS, 2009).

As questões da biodiversidade, dos recursos minerais e da água passaram a ser objeto de interesse mundial. Surgiu uma preocupação crescente em relação a fontes alternativas de energia e a tecnologias relativas a otimização do uso da água. A água não está distribuída equitativamente na Terra. Essas questões podem levar à ingerências em assuntos internos nas nações, configurando quadros de conflito entre países no sistema internacional na busca por recursos necessários à manutenção da vida.

Assim, a Amazônia pode ser considerada uma fronteira de recurso nacional e mundial para os que buscam novos meios para a expansão da sociedade urbana e industrial. Nestes termos

> [a] fronteira é, pois, para a nação, símbolo e fato político de primeira grandeza, como espaço de projeção para o futuro, potencialmente alternativo. Para o capital, a fronteira tem valor como espaço onde é possível implantar rapidamente novas estruturas e como reserva mundial de energia. A potencialidade econômica e política da fronteira, por sua vez, tornam-na uma região estratégica para o Estado, que se empenha em sua rápida estruturação e controle (BECKER, 1990, p. 11).

Para Becker, para ser estabelecida uma política nacional de desenvolvimento, os interesses do centro precisam convergir com os da periferia. Essa situação ocorre quando a industrialização do centro, freada pelas limitações do mercado interno, requer expansão geográfica e, consequentemente, necessita aproveitamento dos recursos naturais da periferia. Dessa forma, o que se chama *fronteiras de recursos* são definidas como zonas de povoamento novo em que o território virgem é ocupado e se torna produtivo, com a descoberta de recursos naturais importantes e o comprometimento do governo e das empresas privadas, no sentido de explorar as oportunidades comerciais que se apresentam (BECKER, 1990).

Essa biodiversidade, os recursos hídricos, o patrimônio florestal formam uma enorme, riqueza reconhecida no âmbito internacional, porém simultaneamente existe pouca consciência nacional dessa riqueza. Tal fato sugere perda concomitante de patrimônio e das vantagens do poder do Estado para solucionar conflitos dos mais variados e o desenvolvimento da população na área sem destruir o capital natural (BECKER, 2009).

Com a globalização em fins do século XX, tal contexto de fluxos financeiros globais entra em conflito com a questão dos estoques de natureza localizados em territórios, sobretudo, periféricos. Passam assim a constituir novo componente na disputa entre as potências detentoras

da tecnologia para manipulação e controle desses estoques. Dessa forma, em nível global a Amazônia torna-se o equivalente à fronteira do capital natural do uso científico-tecnológico da natureza. Se, da década de 1990 em diante a grande preocupação foi o tema ambiental, na virada do milênio o desenvolvimento sustentável toma novo rumo dentro de uma vertente econômica e em uma perspectiva de mercantilização da natureza como capital natural (BECKER, 2009).

No novo quadro, a Amazônia é percebida como fronteira a ser preservada para a sobrevivência do planeta, mas residem nessa percepção tanto interesses ambientalistas legítimos como interesses econômicos e geopolíticos voltados para a mercantilização da natureza e apropriação do poder de decisão do uso do território. No cenário interno temos a coexistência de diversos interesses, tanto na dimensão ambientalista quanto desenvolvimentista. Do ponto de vista regional, além das percepções já postas, somam-se as demandas sociais, o que permite uma nova dinâmica de transformação territorial (BECKER, 2009).

Os enfoques teóricos sobre o desenvolvimento amazônico passaram do conceito de conquista, ocupação e exploração, frequentes nos anos 1950, ao desenvolvimento racional dos anos 1960 e para o eco-desenvolvimento nos anos 1970 e 1980. Atualmente, tendem ao desenvolvimento sustentável, porém a mudança no discurso não refletiu uma prática efetiva por parte das autoridades locais (DOUROJEANNI, 1998).

Nos anos que compreendem o período de 1970 a 1990 houve, principalmente em relação à região amazônica brasileira, vários enfoques de estudo desde os conflitos sociais até as inúmeras políticas para a região que agravaram os desmatamentos. Entre elas destacamos os incentivos fiscais para investimentos especialmente no setor agropecuário, programas de desenvolvimento em infraestrutura tais como rodovias e hidrelétricas, mineração com dinheiro público, assentamentos e regularização fundiária. Essas questões levaram o Brasil, no contexto inter-

nacional, a ser considerado o grande contribuinte para o agravamento de problemas globais e de ter uma política de meio ambiente de pouca expressão. A partir de 1990 os impactos ambientais tomaram a cena política e econômica mundial, surgindo então a premissa de que os recursos naturais são nova fonte de renda.

O Brasil foi nesse quadro percebido como um dos grandes vilões para o agravamento de problemas ambientais na Amazônia — em virtude dessa fronteira de recurso ter sido utilizada, durante décadas, para expansão econômica e, com isso, ter aberto novos espaços através da propagação da agropecuária, exploração da madeira/desflorestamento, queimadas. Pressionado interna e internacionalmente, o país propôs políticas governamentais que visam se não eliminar a destruição ambiental, ao menos diminuí-la, para aliviar pressões internacionais. Neste sentido podemos mencionar que o apelo ecológico propiciou a justificativa para se realizar empreendimentos de defesa na região amazônica, e temos que atentar que por meio de políticas, cercadas pelo discurso ambiental, podemos refletir sobre o posicionamento, a postura brasileira frente às peculiaridades e prerrogativas dos diversos interesses existentes na Amazônia.

A atuação dos atores estatais na Amazônia fica submetida aos interesses econômicos e geopolíticos que guiam as políticas governamentais, como por exemplo, o Projeto Calha Norte (PCN), o Programa Piloto de Proteção de Florestas tropicais Brasileiras (PPG-7) e o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM). O Sistema de Vigilância da Amazônia é um projeto do governo brasileiro o qual, ao ser concebido, levou em consideração a Amazônia Legal brasileira que abrange os estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso.

Em termos estruturais, o SIVAM deveria atuar na Amazônia Legal como uma espécie de olho eletrônico, olho este composto por dezes-

sete antenas de radares de varredura em funcionamento vinte e quatro horas por dia, sendo que cada antena teria alcance de trezentos quilômetros e permanente contato com três centros regionais, a saber: Manaus, para vigiar os estados do Amazonas e Roraima; Belém, para controlar Pará, Tocantins, Maranhão e Amapá; Porto Velho para observar os estados do Acre, Rondônia e parte do Mato Grosso. Além desse aparato, o SIVAM contaria também com oito aviões EMB-145 com sensores e radares móveis; duzentos sistemas radiolocalizadores; trezentas plataformas de coleta de dados. O comando geral de todas as operações do SIVAM centraliza-se em Brasília.

A concepção do SIVAM data do início dos anos 1990, um momento chave de mudanças no âmbito internacional. Juntamente com a mudança no padrão tecnológico nos anos 1980 e 1990, surgem outros inimigos como movimentos de guerrilha e o tráfico de drogas, além de um recrudescimento do terrorismo em nível mundo. Essas novas ameaças fazem parte da "Nova Ordem Mundial", constituidoras do cerne do pensamento militar brasileiro do qual decorre o temor de uma intervenção estrangeira na vasta região Amazônica.

Temas como vulnerabilidade das fronteiras, campanhas internacionais sobre temas sensíveis, tráfico de drogas, guerrilhas e sua compreensão como partes do tema mais amplo da "cobiça internacional" reapareceram nos anos 1990, articulados em uma visão mais radical da ameaça de internacionalização da Amazônia, agora inserida nos quadros do conflito Norte/Sul. Esse conflito foi percebido pelos militares brasileiros do ponto de vista das relações assimétricas de poder econômico, geradoras de disparidades e miséria, e, portanto, provocadoras de insegurança.

Na visão dos analistas militares brasileiros, as questões relacionadas às populações nativas da Amazônia, bem como a demarcação de terras indígenas, transformaram a região em um campo de intenso interesse mundial e, por consequência, foi acentuada a vulnerabilidade

para a intervenção internacional. Neste sentido e dentro desta perspectiva, os militares consideram a Amazônia como principal área de "vulnerabilidade estratégica" do Brasil contemporâneo, motivo pelo qual o SIVAM, no pós Guerra Fria, deve ser considerado o mais importante projeto militar brasileiro.

A realização efetiva desse sistema remonta ao governo Collor, com o planejamento do controle do espaço aéreo na região norte do país. O SIVAM é uma ampliação do Sistema de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (SISDACTA), contribuindo para a expansão do sistema de proteção ao voo e vigilância aérea existentes nas demais regiões do país e uma necessidade incontestável para a região amazônica. Esse sistema, além das funções de proteção ao voo e vigilância sanitária, incorporaria o monitoramento ambiental, prospecção de recursos naturais e combate ao contrabando (LEITE, 2002).

No documento que originou a criação do SIVAM, em 1990 — assinado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), pelo Ministério da Justiça e pelo Ministério da Aeronáutica na exposição de motivos ao Presidente da República —, ficou explicitada, entre outras providências, a necessidade de prover o efetivo controle do espaço aéreo amazônico, o que permitiria totalizar os 8,5 milhões de km² sob vigilância e controle total do espaço aéreo brasileiro (<http://www.decea.gov.br/unidades>).

O SIVAM saiu da fase de projeto no governo de Itamar Franco, 1993, que dispensou qualquer licitação para contratar uma empresa nacional para gerenciá-lo. O mesmo procedimento foi adotado em relação às empresas internacionais fornecedoras de equipamentos, pois foram encaminhadas informações técnicas a dezesseis embaixadas estrangeiras para estas repassarem às empresas de seus países (MONIZ BANDEIRA, 2004).

Atendendo ao pedido do então presidente do Brasil, onze em-

presas responderam com propostas para serem avaliadas e, das referidas propostas, foram selecionadas apenas duas: Raytheon, dos Estados Unidos, e *Thomson*[79], da França. A partir desse momento teve início uma trama internacional de espionagem que envolveu a Agência Central de Inteligência (CIA) norte-americana e o Serviço de Segurança do Território (DST) francês. O jornal The New York Times publicou uma matéria em 19 de fevereiro de 1995 denunciando que a CIA havia descoberto que a Thomson tentara subornar autoridades brasileiras para ganhar a concorrência do SIVAM (MONIZ BANDEIRA, 2004).

O então vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, e o secretário norte-americano do Comércio à época, Ron Brown, visitaram o Brasil deixando claro que havia interesse na vitória da Raytheon e que, simultaneamente, a EMBRAER poderia ser beneficiada na concorrência com outras empresas –– inclusive com a própria Raytheon –– para o fornecimento dos aviões Super Tucanos à Força Aérea dos Estados Unidos. Aliado a esses fatores, o então presidente norte-americano Bill Clinton, em julho de 1994, enviou uma carta ao presidente Itamar Franco, da qual se desconhece o conteúdo e o seu teor. A Raytheon foi escolhida no mesmo mês (INFORME SIVAM, 1996).

O presidente da Raytheon, Dennis J. Picard, em entrevista à revista *Earth Observation,* disse que, com o projeto SIVAM, a empresa entraria em um mercado potencial de US$ 20 bilhões nos próximos dez a quinze anos e promoveria a geração de 20 mil postos de trabalho nos Estados Unidos. Picard afirmou que o sensoriamento remoto para monitorar o meio-ambiente iria se tornar essencial ao mundo em desenvolvimento.

Nesse interregno, eclodia no Brasil um escândalo em torno do

[79] Atualmente, a empresa Thomson mudou sua razão social para Thales e tornou-se sócia da Raytheon no SIVAM.

SIVAM. Em 1995 o projeto estava ainda tramitando no senado para ser aprovado e o senador Gilberto Miranda estava dificultando sua aprovação, em razão de dúvidas acerca da tecnologia a ser empregada e da existência de uma tecnologia russa para sensoriamento remoto a qual não tinha sido levada em consideração ante a proposta do SIVAM. Nesse momento foi divulgado pela imprensa[80] a ocorrência de um "grampo" telefônico, não autorizado pela Justiça brasileira, de uma conversa entre o assessor direto do então presidente Fernando Henrique Cardoso, Júlio César Gomes dos Santos, e José Affonso Assumpção, dono da companhia de táxi aéreo Líder e também representante da Raytheon no Brasil. Na conversa, Júlio César pedia a Assumpção para perguntar quanto o senador Miranda queria em dinheiro para aprovar o projeto. A reação a tal "vazamento" de informações foi um escândalo diante da sociedade brasileira e das comunidades científica e internacional, gerando pedidos de maiores explicações por aquela sociedade e pela comunidade científica brasileira. Diante disso, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), por exemplo, solicitou esclarecimentos sobre as dúvidas que cercavam o SIVAM, em virtude das inúmeras dificuldades sociopolíticas e econômicas do Brasil era necessária a mais absoluta transparência frente a um projeto de US$ 1,4 bilhão.

Nesse sentido, pesquisadores e cientistas brasileiros procuraram apresentar uma alternativa nacional à tecnologia oferecida pela Raytheon, mas foram ignorados pelos dirigentes políticos. A SBPC sugeriu um SIVAM com tecnologia nacional, ou seja, uma alternativa que reativasse a indústria brasileira e o surgimento de novos postos de trabalho. Segundo essa entidade científica, algumas empresas nacionais possuíam condições técnico-científicas para desenvolver um sistema de proteção ambiental. Pesquisadores e técnicos do Brasil, bem como dessas empre-

[80] Revista Isto É 21 nov. 1995 e 22 dez. 1995.

sas, têm domínio nessa área, inclusive do uso de tecnologias avançadas, como imagens de satélites para identificação de queimadas e desmatamentos, e rotineiramente utilizam o Sistema de Informação Geográfica (SIG) para localizações geográficas de modo a saber em quais locais determinados eventos ocorrem: área indígena, parque nacional ou propriedade privada nos estados de Mato Grosso, Goiás e parte da Amazônia, podendo ampliar seu escopo de atuação para as demais partes da Amazônia (FERREIRA, 1996a).

A SBPC, por meio de seu então presidente Sérgio Ferreira, apresentou a justificativa de sua proposta. Nessa justificativa, a entidade disse estar consciente da necessidade de não abdicar do controle, da inteligência e da tecnologia nacional, assegurando a soberania sobre o solo e a biodiversidade. Vão além os pesquisadores ao afirmarem que, do ponto de vista estratégico, a América Latina pode ser configurada como a área ambiental mais sensível à cobiça de suas fronteiras de recursos (FERREIRA, 1996a).

Para a SBPC, deveria ser feita nova licitação, que contemplasse a divisão do projeto em dois segmentos independentes: um conduzido e implantado de acordo com os planos do Ministério da Aeronáutica, com Controle de Tráfego e Vigilância Aérea e Territorial; e outro prevendo o Monitoramento Ambiental e Meteorológico, concebido e administrado integralmente por técnicos, cientistas e empresas brasileiras. Esse projeto desmembrado seria a grande chance para o Brasil consolidar sua competência e gerar indústria competitiva com sua "marca" em monitoramento ambiental, pois o projeto diz respeito a uma área estratégica e muito rica — a região amazônica. Como visto, essa região é privilegiada em recursos naturais e biodiversidade. Por essa razão, o país teria o que os economistas chamam de "vantagem competitiva" na área de tecnologia de monitoramento e vigilância ambiental (FERREIRA, 1996b).

O monitoramento ambiental traduzir-se-ia em desenvolvimento

local de tecnologia internacionalmente competitiva, devido à extensão e à biodiversidade da região, representando, assim, vantagem considerável em um dos mercados mais promissores de âmbito internacional (ROSSI, 2003). De acordo com Câmara (2001), seria nesta área que o país, naquele momento, disporia de competência tecnológica consolidada. O Brasil teria, então, as qualificações para atender a essa proposta da SBPC. Afinal, contava com vinte e cinco anos de experiência nesse ramo de monitoramento, experiência reconhecida internacionalmente, o que colocava o país como integrante do seleto grupo dos que dominavam diversos segmentos da tecnologia espacial, como sensoriamento remoto, rede de comunicação de dados, banco de dados ambientais e fabricação de satélites. Ferreira (1996) salienta, ainda, que não se tratava de discutir a proteção da Amazônia ou a credibilidade do Brasil, mas sim de defender o fortalecimento da capacitação técnico-científica instalada e a cooperação internacional para preservação e ocupação da Amazônia brasileira.

Em 29 de agosto de 1998, o jornal *O Estado de São Paulo* publicou uma reportagem na qual Richard Bartnik, funcionário da Raytheon no Brasil e responsável pelo SIVAM, disse que se o projeto tivesse êxito, outras regiões vulneráveis ou extensas — como a Sibéria e o Saara, por exemplo — poderiam receber o mesmo tratamento. Em suas palavras: "Esperamos que esse projeto seja o primeiro do gênero" (ROSSI, 2003). Desta forma, podemos argumentar que o Brasil, com a proposta da SBPC, através do SIVAM, estaria incrementando, naquele momento histórico, o setor de monitoramento ambiental, uma demanda sempre presente e cada vez mais valorizada internacionalmente, suscitando estratégias para o incremento da C&T que, além de propiciar melhor defesa e desenvolvimento do país, poderia constituir um mercado de exportação dessa tecnologia.

Em contraponto, a Raytheon não tinha experiência em questões referentes ao meio ambiente da região amazônica, o que possibilitaria,

então, que essa empresa viesse a desenvolver autofunções construtoras e executoras de sua experiência tecnológica a partir do SIVAM, o que, evidentemente, abriria novos potenciais mercadológicos a serem explorados em outros países por essa mesma empresa. Para clarear este ponto acima, vale ressaltar o artigo institucional *Informe SIVAM,* que, ao descrever as atividades da Raytheon, permite que se compreenda que o projeto em pauta era desenvolvido por uma companhia norte-americana que, embora especialista em projetos bélicos, assumira a responsabilidade pelo Projeto SIVAM, concebido primeiramente como projeto de vigilância ambiental. Isso denota, com certa clareza, que o SIVAM, desde sua concepção, visava interesses de cunho estratégico nas áreas comercial, de hegemonia e defesa.

A título de ampliação para se compreender melhor as atividades e atuações da Raytheon, o *Informe SIVAM* aponta que, durante setenta e cinco anos de história, a empresa liderou o desenvolvimento de tecnologia de defesa e sua conversão para uso em mercados comerciais. Assim, por exemplo, a Raytheon adaptou a tecnologia de radar desenvolvida na Segunda Guerra Mundial, o que resultou na invenção da tecnologia das micro-ondas (e, consequentemente, na invenção do forno de micro-ondas) e nos mísseis teleguiados, usados pela primeira vez durante a Guerra do Golfo (1991).

Fornecedora de materiais bélicos ao Pentágono, a Raytheon centralizava seus negócios em três segmentos principais: eletrônica comercial e de defesa, aviação comercial e aeronaves para missões especiais, engenharia e construção. O segmento referente à eletrônica de defesa incluía mísseis, radares, eletro-ópticas, vigilância, monitoramento, aquisição de dados e processamento de informações e inteligência, treinamento, simulação e serviços, sistemas de controle de tráfego aéreo e naval. Como empreiteira militar dos Estados Unidos, era fornecedora de avião de treinamento para a Força Aérea norte-americana e as aeronaves para

missões especiais. Os aviões brasileiros Super Tucano disputaram com os "T-6A Texan II" da Raytheon a concorrência para prover de aviões de treinamento a Força Aérea norte-americana. Esta disputa ocorreu durante a licitação para a implantação do SIVAM.

Diante deste quadro, pode-se inferir um possível interesse norte-americano nos dados fornecidos pelo SIVAM. É polêmica a questão de saber se somente o Brasil iria deter as informações geradas pelo SIVAM, pelo fato da Raytheon ser proprietária de todo o conhecimento produzido pelo *software* e de parte considerável do *hardware.* À época da implantação do SIVAM, o jornalista Marcos Aith, do jornal *A Folha de São Paulo,* publicou dois artigos (23/07/2002 e 24/07/2002) em que desenvolve a tese de que não somente o governo brasileiro deteria as informações do SIVAM, mas também o governo estadunidense, uma vez que Raytheon é, como já dito, fornecedora de materiais bélicos ao governo desse país. Até o momento, não houve nenhum acordo diplomático entre Brasil e Estados Unidos quanto ao compartilhamento de dados gerados pelo SIVAM sobre a Amazônia.

Um outro aspecto que envolve a questão da detenção dos dados gerados pelo SIVAM é a geopolítica local, que tende a integrar diferentes níveis das fronteiras políticas abrangidas pela região da Amazônia. Os radares e sensores do SIVAM alcançam parte da Amazônia que não pertence ao Brasil e, nesse aspecto, países vizinhos como Bolívia e Peru também desejam receber as informações colhidas pelo referido sistema a respeito de seus territórios (BECKER, 2009). Na realidade, o que querem estes países é que o Brasil compartilhe as informações do SIVAM com seus vizinhos e os militares brasileiros, responsáveis pelo projeto, compartilhem suas informações com os militares dos demais países amazônicos, de forma que estes últimos possam acreditar nas informações recebidas. Para isso, todo cabedal de informações precisa ser coerente e aceito sem desconfiança ou suspeita, pois de outra forma podemos assis-

tir a uma corrida de "SIVAMs" para dar credibilidade aos dados disponíveis. Agregue-se a esta questão que para compartilhar esses dados, os radares brasileiros invariavelmente "invadem" os territórios vizinhos, o que pode vir a gerar impacto diferente da integração ou de uma diplomacia de aproximação com os demais países amazônicos.

Apesar de Becker afirmar que nossos vizinhos querem adquirir essas informações, o SIVAM precisava ser uma colaboração mais bem pensada, mais bem trabalhada entre o Brasil e os governos dos países vizinhos e, principalmente, que funcionasse efetivamente em termos tecnológicos, de defesa e monitoramento, o que permitiria a constituição de um mercado de informações cujos detentores seriam os países que compõem a macrofronteira compartilhada da Amazônia. O resultado imediato de algo desse tipo seria assegurar a soberania dessa região por seus Estados e também utilizar seus recursos para o desenvolvimento sustentável desses Estados.

Além dessas reflexões, faz-se necessário, nesse momento, entrar na questão contratual do SIVAM e suas cifras. O Relatório SIVAM do Senado Federal indica que o Poder Executivo foi autorizado a contratar empréstimos no valor total de US$ 1.771.527.038,50 sendo que, US$ 1.395.100,00 seriam destinados ao financiamento do Projeto SIVAM enquanto a diferença, de US$ 376.527.038,50, seria relativa aos juros e as comissões de risco das operações de crédito externo contratadas (BRASIL..., 1997). Cerqueira Leite (2002) expõe que foi escolhido pela Comissão do Senado para argumentação contrária ao projeto, tendo assim, acesso aos contratos de empréstimos do programa. O autor argüi que a

> leitura dos contratos mostra que muito do que diziam os porta-vozes do governo federal sobre o SIVAM não era exatamente correto. Em primeiro lugar, o conjunto de contratos (cinco)....globalizavam US$ 1.771.527.038,00 e não US$ 1,4 bilhão. Desse total, US$ 110 milhões eram destinados a obras civis e US$

> 150.500.000,00 para o pagamento de bens e serviços realizados no Brasil... O contrato também estipulava que, caso um equipamento ou serviço não pudesse ser oferecido pelos EUA, ele poderia ser adquirido de qualquer outro país, exceto o Brasil.

Já o ex-Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Almirante de Esquadra Mário César Flores, em esclarecimento prestado a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara Federal afirma que o financiamento é externo e integral. Assim, US$ 1375000,00 bilhão divididos da seguinte forma: 73,1% do *Eximbank,* 6,5% do banco sueco o EKN, 17,3% da *Raytheon* e 3,5% de outros fornecedores.

Esse dinheiro disponibilizado para o projeto, US$ 1,3 bilhão, seria equivalente a vinte anos da verba de ciência e tecnologia da Amazônia (PINTO, 2002). Mas, na sessão da Comissão do Senado para argumentação sobre o financiamento, contratos de empréstimo, o projeto em si, ficou claro que o conjunto de contratos (cinco) globalizava US$ 1,771,527,038.00 e não US$ 1,3 bilhão.

No que diz respeito à discussão dos investimentos do projeto SIVAM, este revelou-se um tema polêmico e sua trajetória permeada de situações controversas. O "Contract and Financing Agreements Signed for the Brazilian System for the Vigilance of the Amazon", um documento encontrado no site da Raytheon, estabelece que

> *The value of the SIVAM contract is US$1.285 billion. The four sources providing financing for the program are the United States Export Import Bank, AB Svensk Exportkredit (the Swedish export bank), Raytheon and the SIVAM Vendor Trust. The U.S. Export Import Bank is providing the majority of the financing for the program, with loans totaling just over US$1 billion. Work on the program will begin with a combination of activities, including site surveys, finalization of requirements for the civil works*

> *associated with the project, development of the system software, and the procurement of equipment. The SIVAM system is scheduled to be fully operational in five years.*[81]

É importante salientar, a pouca precisão desse documento, por exemplo, o que significa realmente a frase *"with loans totaling just over US$1 billion"* (com empréstimos totalizando um pouco mais de US$ 1 bilhão). O que é esse "um pouco mais"? Dez, cinquenta, cem milhões? Por conseguinte, as formas de pagamento dos financiamentos não foram devidamente esclarecidas e as informações postas acima evidenciam que os montantes são bastante diferenciados. A partir desses dados, juntamente com o que dispõem as resoluções do Senado Federal[82] que autorizaram o Brasil a contratar com o Banco do Brasil –– em uma agência dessa instituição nas Ilhas Cayman –– operação de crédito externo no valor de US$ 91,025,000.00 destinada ao financiamento parcial do projeto SIVAM, além de empréstimos na ordem de mais US$ 48,000,000.00 para crédito externo com a SIVAM *Vendor Trust* com o mesmo fim, bem como US$ 1,288,255,370.00 com o Eximbank equivalente a repasse de recursos, e ainda US$ 105,046,668.50 para repasse de recursos obtidos como garantia da mesma instituição. Também foram contratados US$ 239,200,000.00 com a Raytheon para financiamento parcial do projeto. A soma dessas cifras corresponde exatamente à US$ 1,771,527,038.50. Portanto, a dívi-

---

[81] O valor do contrato do SIVAM é de US$ 1,285 bilhão. As quatro fontes financiadoras do programa são: o United States Export Import Bank [Eximbank], AB Svensk Exportkredit (o banco de exportação sueco), Raytheon e o Conselho de Financiamento do SIVAM. O United States Export Import Bank está proporcionando a maior parte do financiamento para o programa, com empréstimos totalizando um pouco mais de US$1 bilhão. O programa entrará em operação com uma combinação de atividades, incluindo pesquisas de locais, finalização de exigências para as obras civis associadas ao projeto, desenvolvimento de software do sistema, e o fornecimento/aquisição de equipamentos. O sistema SIVAM está programado para entrar plenamente em operação dentro de cinco anos. Disponível em: http://www.raytheon.com/press/1997/mar/sivam.html.

[82] Resoluções 91, 93, 95, 96 e 97 de 1994.

da assumida pelo Brasil foi da ordem de US$ 1,771,527,038.50, e não de 1,375 bilhão, sendo que os juros do período de carência são capitalizados a partir das liberações. A título de melhor clareza, abaixo temos uma tabela com um resumo das condições de financiamento.

CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO

Fonte de financiamento	Prazo de carência	Prazo de pagamento	Taxas de financiamento	% do total
Eximbank-USA	8 anos	18 anos	6,92	73,1
Eximbank-Suécia	3,5 anos	13 anos	8,37	6,1
Subfornecedores	10 anos	10 anos	9	3,5
Raytheon	2,5 anos	10 anos	9	17,3

Fonte: Aviso No. 292/GAB-SAE-PR, Brasília, 25 out. 1994 apud Brigagão p. 65.

Como exercício de correção monetária, se convertemos os valores descritos –– US$ 1,771,527,038.50 –– para reais à taxa de câmbio do dia em que foi fechado o contrato –– 25 de julho de 1997 ––, ou seja, com o dólar americano cotado a R$ 1,08160, obteremos os valores de uma dívida total de R$ 1.916.083.644,84. No ano que defendemos nossa dissertação de Mestrado (2003), essa dívida estava à ordem de R$ 5.819.997.777,94, com uma média anual da cotação do dólar em R$ 3,2853 (ROSSI, 2003). No decorrer dos sete anos seguintes à nossa dissertação, a cotação do dólar estabilizou-se com as políticas monetárias adotadas pelo governo brasileiro e, além disso, não se está levando em consideração aqui os juros contratados. Entretanto, mesmo dentro dessa conjuntura econômica diferenciada, a dívida adquirida com o projeto SIVAM, trabalhando-se apenas com o valor inicial de US$ 1,771,527,038.50, nunca foi inferior a R$ 3 bilhões.

Esses números não levam em consideração prazo, taxa de financiamento ou carência, pois ao se fazer essas considerações o valor

correspondente da dívida seria muito maior. Diante de financiamentos desse vulto existem formas diferentes de pagamento no mercado. Uma primeira forma seria com prestações fixas sem amortização de juros durante o período de carência e parcelamento semestral. Ao final do financiamento, dessa primeira simulação de amortização, com toda a dívida paga, em dólar teríamos US$ 5,504,895,019.30 (ROSSI, 2003). Ressaltamos que a média do dólar atualizada ano a ano pode aumentar ou diminuir, em função da flutuação cambial. Uma segunda possibilidade seria considerarmos que, durante o período de carência, foram pagos os juros, embora não tenha sido feita nenhuma amortização em relação ao valor principal, também com prestações fixas, variando devido à incidência de juros. Por conseguinte, obteríamos valores à monta de US$ 3,591,680,130.42 (ROSSI, 2003).

Note-se que estes são valores bem maiores do que aqueles veiculados ao conhecimento público. O montante investido no projeto seria suficiente para os cientistas levarem o conhecimento produzido até a população, o que facilitaria o desenvolvimento sustentável da região colocando à disposição da população a Ciência e Tecnologia. Nesse sentido, outras instituições como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a Marinha também poderiam ampliar sua atuação na Amazônia, pois no.

> exame prático do lugar que este novo organismo [SIVAM] vai ocupar é que surge a dúvida: por que não dar meios aos órgãos já existentes, especializados no trato policial, militar e científico dos problemas postos sob suas respectivas jurisdições? A Polícia Federal certamente se sairia muito mais satisfatoriamente se ficasse com um naco do bilionário orçamento do SIVAM. O DAC (Departamento de Aviação Civil) melhoraria o controle do tráfego aéreo com outra parcela desse dinheiro (PINTO, 2002, p. 136).

Na realidade, o montante seria equivalente a vinte anos de pesquisa na Amazônia se fosse a quantia divulgada. Contudo, com os dados mensurados acima podemos ponderar que seria muito mais do que vinte anos de investimento em C&T.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AAITH, Marcos. Espionagem deu SIVAM à empresa dos EUA. **Folha de São Paulo,** São Paulo, 23 jul. 2002, Brasil, p. A 8.

AITH, Marcos. Estados Unidos avaliam SIVAM como vitória geopolítica. **Folha de São Paulo,** São Paulo, 24 jul. 2002, Brasil, p. A 8.

AITHE, Marcio. Espionagem deu Sivam a empresa dos EUA. **Folha de São Paulo,** São Paulo, 23 jul. 2002. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2307200221.htm Acesso em: 04 fev. 2014

AMAYO ZEVALLOS, Enrique. Apresentação: o Brasil e o mito da água In: AMAYO ZEVALLOS, Enrique (Org.). **A Amazônia e o Pacífico sul-americano e sua importância para o Brasil.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

AMAYO ZEVALLOS, Enrique. **História da América na perspectiva do saber local.** Caminhos do Saber Plural: dez anos de trajetória. São Paulo: ECA/USP, p. 148-58, 1999b.

AMAYO ZEVALLOS, Enrique. La Amazonía y el Pacífico en la jangada de Julio Verne: una visión eurocéntrica. Relaciones entre historia y creación. **Cenários** – Revista do Grupo de Estudos Inter.-disciplinares sobre Cultura e Desenvolvimento – GEICD., Araraquara, n. 1, p. 147-83, nov. 1999c.

AMAYO ZEVALLOS, Enrique. Lima na história da América Latina. **Revista PUC-viva.** Publicação dos Professores da PUC, São Paulo, n. 7, dez. p. 27-41, 1999d.

AMAYO ZEVALLOS, Enrique ¿Porqué estudiar la formación histórica y la problemática actual de la Amazonia? **Espiral:** Estudios sobre Estado y Sociedad, Guadalajara, v. 5, n. 15, p. 73 – 105, maio 1999a.

AMAYO ZEVALLOS, Enrique. Proyecciones Andinas en el Pacífico: del pasa-

do al presente. In: ZEA, L; MAGALLÓN, M (Org.) **Geopolítica de América Latina y el Caribe**. México, D. F.: Instituto Panamericano de Geografia e Historia. Fondo de Cultura Económica, 1999e. p. 43- 72.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Amazônia.** São Paulo: Ática, 1990.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Amazônia:** geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Geopolítica da Amazônia:** a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

BRASIL **PROJETO SIVAM.** Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1996. (Ação parlamentar; 60). (Audiências públicas 1995; v. 1) Audiências públicas realizadas pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, destinadas a ouvir as autoridades e especialistas envolvidos com o Sistema de Vigilância da Amazônia — SIVAM.

BRASIL. **RELATÓRIO SIVAM.** Relator: Senador Ramez Tebet. Brasília: Senado Federal, 1997.

BRIGAGÃO, Clóvis. **Inteligência e marketing:** o caso SIVAM. Rio de Janeiro: Record, 1996.

CÂMARA, Gilberto. Amazônia no Brasil e no mundo. In: **REUNIÃO ESPECIAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA,** 7., 2001, Manaus.

CINDACTA I. Disponível em: <http://www.decea.gov.br/unidades>. Acesso em: 15 out. 2009.

CINDACTA II. Disponível em: <http://www.decea.gov.br/unidades>. Acesso em: 15 out. 2009.

CINDACTA III. Disponível em: <http://www.decea.gov.br/unidades>. Acesso em: 15 out. 2009.

CINDACTA IV. Disponível em: <http://www.decea.gov.br/unidades>. Acesso em: 15 out. 2009.

CONTRACT and Financing Agreements Signed for the Brazilian System for

the Vigilance of the Amazon. [S.l]:[s.n.], [200-]

DOUROJEANNI, Marc J. Medio siglo de desarrollo en la Amazonia: ¿Existen esperanzas para su desarrollo sustentable? **Revista Estudos Avançados,** São Paulo, v. 12, n. 34, p. set. dez., 1998.

FERREIRA, Sérgio. SBPC apóia licitação para o SIVAM. **Jornal da Ciência Hoje,** Rio de Janeiro, Ano X, n. 338, 1996b.

FERREIRA, Sérgio. Um SIVAM de vigilância territorial e outro de controle do meio ambiente. **Jornal da Ciência Hoje,** Rio de Janeiro, Ano X, n. 341, 1996a.

GOMES, S A cobiça internacional. **Cadernos do Terceiro Mundo,** Buenos Aires, n. 214, p. 40-4, nov. de 1999.

INFORME SIVAM SP. **Raytheon, artigo institucional,** jun. 1996.

LEITE, Rogério César de Cerqueira O SIVAM: uma oportunidade perdida. **Estudos Avançados,** São Paulo, v. 16, n. 46, p. 123-130, 2002.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **As relações perigosas:** Brasil-Estados Unidos (de Collor a Lula, 1990-2004). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

PINTO, Lúcio Flávio. Três reflexões sobre segurança nacional na Amazônia. **Estudos Avançados,** São Paulo, v. 16, n. 46, p. 131-140, 2002.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Mensagem (SF) n° 284, de 1995. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/en_US/web/atividade/materias/-/materia/6822/pdf Acesso em: 04 fev. 2014

MONTEIRO, Tânia. Presidente ativa Sivam e rebate críticas. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, 26 jul. 2002. Disponível na URL:http://www.estado.com.br/ .Acesso em: 26 jul. 2002.

ROSSI, Isabel Cristina. **SIVAM:** um caso de dependência tecnológica 1990-96. 2003. 170 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, SP, 2003.

SUASSUNA, Luciano. Escândalo no Planalto: conversas fulminantes. **Revista Isto É.,** n. 1.364, 22 nov. 1995.

A GEOPOLÍTICA DA ÁGUA: A COOPERAÇÕES ENTRE BRASIL E PERU

Samuel de Jesus[83]

A escassez de água no planeta pareceria algo absurdo algumas décadas atrás. Hoje nos parece uma realidade tangível. A falta de oferta de água no Estado de São Paulo nos anos de 2014-2015, por exemplo, fez com que esta realidade se apresentasse antes do que imaginavam as mentes mais pragmáticas.

Segundo a ONU *a menos que sejam feitos mais esforços para reverter as tendências atuais, o mundo vai ficar sem água doce.* Nas próximas décadas o indicativo é de que existam guerras pela água e já podemos observar isto em algumas regiões, assim como é o caso do contencioso entre o Egito e a Somália. A transposição de parte da água do rio Nilo está fazendo com que a jusante ou o volume de água que chega ao Egito não seja o suficiente para seu desenvolvimento agrícola.

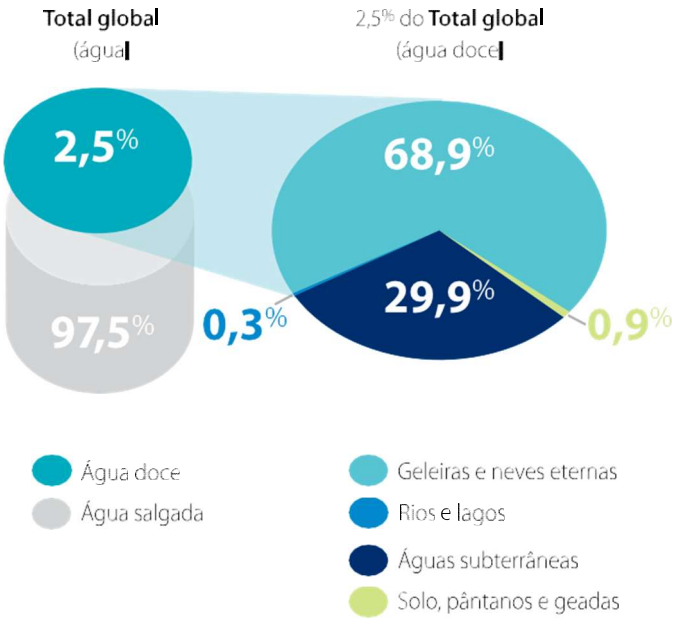
Segundo o ex-Secretário Geral das Nações Unidas, Sr. Ban Ki Mom:

> A escassez de água afeta quase todos os continentes e mais de 40% das pessoas em nosso planeta. Com as tendências atuais, 1,8 bilhão de pessoas estarão vivendo em países ou regiões com escassez absoluta de água em 2025. (Alertando para escassez de água doce, ONU pede esforços globais para proteger recursos naturais. *In:* ONUBR, 23 maio 2013).

Sem dúvida, a problemática da preservação dos recursos naturais

[83] Doutor em Ciências Sociais, professor de História da América da UFMS. Coordenador do Grupo de Pesquisas sobre História Política e Estratégia. E-mail: samueldj36@yahoo.com.br

do planeta, dentre eles, os recursos hídricos, tomará parte das agendas governamentais e de agências multilaterais neste século XXI. Para termos uma ideia. De toda a água presente no mundo 97,5% são compostos de água salgada, aproximadamente 2,5% são de água doce, destes 68,9% estão em forma de geleiras, 30.8 estão no subsolo e apenas 0,3% estão acessíveis ao ser humano em lagoas e rios.



Fonte: http://www.mma.gov.br/estruturas/secex_consumo/_arquivos/3%20-%20mcs_agua.pdf

Amayo Zevallos (2009, p.10), que usa fontes similares as de acima, demonstra-nos que é um mito a afirmação feita por Samuel Pinheiro Guimarães (ex Secretário Geral do Itamaraty, 2003-2009, e Secretário de Assuntos Estratégicos, 2009-2010) em seu livro *Desafios Bra-*

sileiros na Era dos Gigantes, p.202, de que o Brasil possui o maior estoque de água doce do planeta. detendo o 14% dela principalmente na sua Amazônia. Em relação com isso importa também levar em conta que existem outros países amazônicos, os países Andino-Amazônicos como Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela que controlam aproximadamente 70% das nascentes do Sistema Amazônico, porém o Peru sozinho possui 40% dessas nascentes. Estes dados indicam que a Amazônia é um sistema regional. Desta maneira, a Amazônia é uma Região Sul-Americana Compartilhada – ARSAC. A lógica levaria a aceitar a responsabilidade compartilhada. Isso compreende a decisão conjunta entre os países. Por exemplo: O rio Solimões tem sua nascente no Peru e após percorrer 1.700 km se encontra com o rio Negro, em Manaus, assim recebendo o nome no Brasil de rio Amazonas. A origem do nome Solimões deriva provavelmente da palavra *Solimum* referente ao veneno das pontas de flechas e dardos dos povos Yurimáguas que habitavam a região.

SISTEMA AQÜÍFERO GUARANI

Segundo Machado (2006) não podemos confirmar com exatidão a área em que se concentra um reservatório subterrâneo de água chamado *Aqüífero Guarani* que também podemos encontrar em países vizinhos como Argentina, Paraguai e Uruguai, ao contrário o apropriado seria chamá-lo de *Sistema Aqüífero Guarani*, pois trata-se de um *conjunto heterogêneo de "unidades hidroestratigráficas" que podem conter muita, pouca ou nenhuma água.* O que se sabe é que nas pesquisas desenvolvidas no Brasil é que existe uma grande descontinuidade na estruturação geológica, por exemplo, em Ponta Grossa, no Paraná, as intrusões vulcânicas dividem o sistema do aqüífero em diversos fluxos interdependentes.

> No Brasil, oito estados abrigam partes do Aqüífero Guarani. Estudos realizados em quase todos indicaram grande descontinuidade na estruturação geo-

> lógica. Isso ocorre, por exemplo, no Arco de Ponta Grossa (Paraná), onde as estruturas geológicas e as intrusões vulcânicas dividem o sistema aqüífero em diversos fluxos independentes e limitados ao Brasil. O estado de São Paulo apresenta excelente conformação estrutural, o que facilita a recarga, circulação e descarga das águas subterrâneas. (A recarga ocorre principalmente pela penetração das águas de chuva, e a descarga é a saída da água do subsolo, em direção aos rios ou outras estruturas geológicas, após lenta circulação no aqüífero.) O fluxo das águas, entretanto, não é transfronteiriço, restringindo-se aos limites paulistas. No Brasil, São Paulo está entre os estados mais privilegiados, pois é onde a potencialidade do Aqüífero Guarani mais se aproxima da noção divulgada pela imprensa. (MACHADO, 2006)

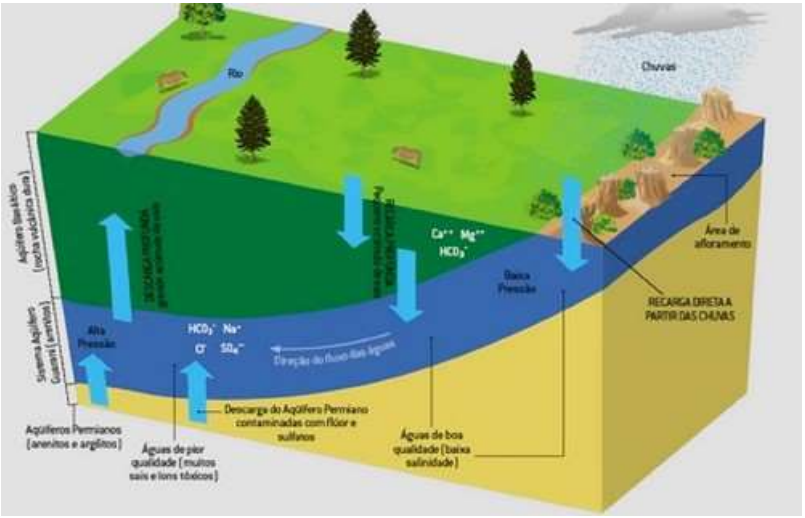
Sobre a qualidade das águas do sistema aqüífero Guarani Machado (2006) salienta que em Santa Catarina e Paraná as águas possuem alta salinidade, portanto não são potáveis e isto se repete entre Mato Grosso do Sul e São Paulo, na região do rio Paraná. A salinidade é presente também na região próxima ao rio Uruguai.

> Na Argentina predominam as águas termais e o sistema aqüífero é totalmente confinado em grandes profundidades. Na Província de Entre Rios, por exemplo, é possível observar-se um incremento exagerado na salinidade do aqüífero logo a partir do rio Uruguai, quando poços termais que tinham águas com aproximadamente 1.000 mg/l de sais passam a apresentar águas com mais de 100.000 mg/l de sais, quase três vezes o valor encontrado na água do mar. O Paraguai, apesar da extensa área aflorante, mostra também grande heterogeneidade hidrogeo-lógica e águas de boa qualidade. Entretanto, apresenta em sua porção confinada pelas rochas basálticas, nas proximidades do rio Paraná, uma extensa faixa de águas salobras e termais. (MACHADO, 2006).

Nesta imagem podemos observar a dimensão geográfica do Aqüífero Guarani na Bacia do rio Paraná indo até a Bacia do Chaco Paranaense atingindo a região norte do Uruguai e Argentina.

Fonte: http://www2.uol.com.br/sciam/reportagens/a_redescoberta_do_aquifero_guarani.html

A partir desta imagem é possível perceber como funciona o sistema Aquífero Guarani que capta águas das chuvas e pequenos acúmulos de águas nas vegetações da superfície terrestre



Fonte: http://www2.uol.com.br/sciam/reportagens/a_redescoberta_do_aquifero_guarani.html

Para Bertha Becker (2006, p. 53-54) é necessária uma estratégia comum dos países sul-americanos no cenário internacional que fortaleceria a voz da América do Sul. Desta forma caberá ao Brasil estabelecer projetos conjuntos para o aproveitamento da biodiversidade e da água. Em dezembro de 2015 no *I Encontro Regional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa - Centro-Oeste*, realizado na Universidade de Brasília falei sobre a soberania compartilhada dos recursos hídricos no caso; o rio amazonas visto como um rio transnacional. Afirmei, como diz Amayo Zevallos em seu trabalho já mencionado, que as decisões sobre este rio deveriam ser compartilhadas com os outros países sul-americanos que pertencem a Bacia Amazônica como Peru, Bolívia, Colômbia, Venezuela, Equador, Guiana e Suriname. Complementei dizendo que uma deci-

são unilateral do Peru poderia afetar o volume e a qualidade da água na jusante, assim os países sul americanos deveriam fazer a gestão compartilhada desta gigantesca bacia que é a Amazônica. O Coronel Paulos do Centro de Estudos Estratégicos do Exército revelou-me seu desconforto com o termo "soberania compartilhada" e me indagou se não poderíamos substituir por *"gestão"* compartilhada, assim me revelava seu desconforto na abdicação de parte da soberania brasileira e não pode, naquele momento, perceber que cada país também cederia parte de sua soberania sobre o rio Amazonas para favorecer todos os países.

Em 2003, na qualificação de minha Dissertação de Mestrado intitulada (Programa de Pós Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP Franca-SP) *SIVAM: Os Militares e a Amazônia;* mencionamos as previsões da existência de guerras pela água ou o grande interesse das grandes multinacionais pelas reservas de água disponíveis no planeta. Existia uma grande desconfiança nestas afirmações e constantemente nos chamavam de teóricos da conspiração. Atualmente a notícia do interesse da Nestlé pelo reservatório de água do Sistema Aquífero Guarani e a possibilidade de guerra pela água do rio Nilo entre Egito e Somália e em outras partes do mundo se revelam fatos recentes. Em meu artigo sobre a Geopolítica das Malvinas publicado nos cadernos *Mundorama* (periódico ligado á Universidade de Brasília), afirmei que um dos interesses nas contestadas ilhas Malvinas ou Falklands era de interesse estratégico, pois é a região mais próxima do Continente Antártico, assim tornando-se uma ponta de lança militar na área, pois sem dúvida um dos interesses britânicos no continente gelado é no seu incalculável potencial hídrico. Isto seria vital em um contexto cujo termo: *geopolítica da água* nos parece cada vez mais razoável.

O jornal Correio do Brasil de escreveu a matéria seguinte:

> Um alto funcionário da Agência Nacional de Águas (ANA), em condição de anonimato, à reportagem do

> **Correio do Brasil,** na manhã desta segunda-feira. O Aquífero Guanani, reserva de água doce com mais de 1,2 milhão de km², deverá constar na lista de bens públicos privatizáveis...ainda segundo a matéria Representantes destas companhias têm realizado encontros reservados com autoridades do atual governo, no sentido de formular procedimentos necessários à exploração pelas empresas privadas de mananciais, principalmente no Aquífero Guarani, em contratos de concessão para mais de 100 anos. (Multinacionais querem privatizar uso de água e Temer negocia. In: Correio do Brasil, 22 ago. 2016).

RELAÇÕES BRASIL E PERU E SUA IMPORTÂNCIA À ESTRATÉGIA BRASILEIRA

No ano de 2013, em Missão Oficial ao Peru, a ex-presidente Dilma Rousseff assinou um memorando de entendimento entre Brasil e Peru relativo à gestão dos recursos hídricos dos dois países que prevê cooperação tecnológica e científica e ações relativas à gestão de bacias compartilhadas. São signatárias desse acordo a Agência Nacional de águas – ANA – do Brasil e a Autoridade Nacional da Água do Peru. (Brasil e Peru assinam cooperação em recursos hídricos. In: Portal Brasil 12 nov. 2013).

> O memorando prevê o fortalecimento de planos de bacias hidrográficas e planos de gestão integrada de recursos hídricos; dos organismos de bacias; e das ações de monitoramento dos recursos da bacia do rio Amazonas – cuja nascente fica no Peru – o que inclui a implementação de uma rede de monitoramento da qualidade e da quantidade das águas. (Brasil e Peru assinam cooperação em recursos hídricos. In: Portal Brasil 12 nov. 2013)

O memorando também estabelece parâmetros de eficiência pelo uso da água, o fortalecimento dos sistemas de informação de recursos

hídricos, a transferência de tecnologia sobre água e ações para melhoria do processo de planejamento de recursos hídricos, assim como programas de capacitação, seminários, oficinas e estágios em assuntos no âmbito do acordo. Também estão previstas missões técnicas, intercâmbio de pesquisadores e de informações e documentos técnicos relacionados a recursos hídricos.

A ANA tem suas origens no segundo Governo FHC como parte do processo de redução do Estado ou a retirada do Estado de setores estratégicos, o que ocorreu através de privatizações ou a criação de agências reguladoras como a ANA responsável pela gestão dos recursos hídricos. A correspondente da ANA[84] Brasil é a

[84] Em 27 de julho de 1999, na cerimônia de abertura do seminário "Água, o desafio do próximo milênio", foram lançadas as bases do que seria a Agência Nacional de Águas (ANA), que atuaria no gerenciamento dos recursos hídricos. Nessa época, o projeto de criação da Agência foi encaminhado ao Congresso Nacional, com aprovação em 7 de junho de 2000. Tal projeto foi transformado na Lei nº 9.984, sancionada pelo Presidente da República em exercício, em 17 de julho do mesmo ano. Criada como desdobramento da Lei nº 9.443/97 (também conhecida como Lei das Águas), a Agência Nacional de Águas (ANA) possui características institucionais e operacionais um pouco diferentes das demais agências reguladoras. A legislação atribuiu ao Poder Executivo Federal a tarefa de implementar o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh) e a Política Nacional de Recursos Hídricos. Além disso, criou uma autoridade responsável pela emissão de outorgas de direito de uso de recursos hídricos em rios sob domínio da União, ou seja, aqueles que atravessam mais de um estado, os transfronteiriços e os reservatórios construídos com recursos da União. À ANA cabe disciplinar a implementação, a operacionalização, o controle e a avaliação dos instrumentos de gestão criados pela Política Nacional de Recursos Hídricos. Dessa forma, seu espectro de regulação ultrapassa os limites das bacias hidrográficas com rios de domínio da União, pois alcança aspectos institucionais relacionados à regulação dos recursos hídricos no âmbito nacional. Todos os instrumentos de gestão são alicerce para o bom funcionamento do Singreh e representam a base para a boa regulação. Por isso, a ANA desempenha ações de Regulação, Apoio à Gestão dos recursos hídricos, de Monitoramento de rios e reservatórios, de Planejamento dos recursos hídricos, além de desenvolver Programas e Projetos e oferecer um conjunto de Informações com o objetivo de estimular a adequada gestão e o uso racional e sustentável dos recursos hídricos. (ANA – AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. Disponível em: http://www2.ana.gov.br/Paginas/institucional/SobreaAna/default.aspx)

ANA Peru[85] e diferentemente do Brasil está ligada ao Ministério da Agricultura do Peru e foi criada em 2008.

OUTRAS COOPERAÇÕES ENTRE BRASIL E PERU

No contexto da Aliança Trans-Pacífico o estreitamento das relações do Brasil com o Peru será muito importante. O ex-presidente peruano Ollanta Humala (2011-2016) declarou que existe entre Peru e Brasil *uma "aliança natural", que integra "um bloco bioceânico Atlântico-Pacífico, porque uma saída natural do Brasil ao Pacífico é pelo Peru, e a projeção natural do Peru ao Atlântico é pelo Brasil. Seria uma loucura não investir em sua integração".* (Lula destaca vantagens de aliança estratégica com Peru assinada em 2003. In: Opera Mundi, 05 jun. 2013)

As relações entre Brasil e Peru ocorrem em várias áreas, mas um grande exemplo de cooperação entre os dois países e que seguramente podemos destacar é o da cooperação em termos de vigilância aérea e terrestre é o caso do SIVAN Peru e o SIVAM Brasil. Segundo o Coronel Jorge Cardich Pulgar ex-vice-presidente do SIVAM Peru na região de

[85] La Autoridad Nacional del Agua (ANA), del Ministerio de Agricultura y Riego, de acuerdo a la Ley Nº 29338 - Ley de Recursos Hídricos, es el ente rector y máxima autoridad técnico normativa del Sistema Nacional de Gestión de los Recursos Hídricos, el cual es parte del Sistema Nacional de Gestión Ambiental. La ANA fue creada el 13 de marzo del 2008 por el Decreto Legislativo N°997, con el fin de administrar conservar, proteger y aprovechar los recursos hídricos de las diferentes cuencas de manera sostenible, promoviendo a su vez la cultura del agua. La ANA es un organismo especializado, que pertenece al Ministerio de Agricultura y Riego (MINAGRI). Administra y vigila las fuentes naturales de agua. Autoriza volúmenes de agua que utilizan y/o distribuyen los prestadores de servicios de agua (EPS y Juntas de regantes). Evalúa instrumentos ambientales. Otorga derechos de uso de agua, autorizaciones de vertimiento y reúso de agua residual tratada. Autoriza obras en fuentes naturales de água. Conduce el Sistema Nacional de Gestión de Recursos Hídricos. (Autoridad Nacional del Agua (ANA) disponível em: http://www.ana.gob.pe/nosotros/la-autoridad/nosotros. Acesso em: 10 maio 2017).

fronteira não existe como separar informações de Brasil e Peru, assim o compartilhamento de informações na região de fronteira deverá ocorrer nas bases da confiança mútua.

Brasil e Peru fomentam relações de confiança através das operações SIVAN Peru e SIVAM Brasil obedecendo ao Projeto de Decreto Legislativo 1427/04, que ratifica o texto do Memorando de Entendimento entre Brasil e Peru sobre Cooperação em Matéria de Proteção e Vigilância da Amazônia. O projeto é de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. O memorando foi assinado pelos dois países na capital peruana, em agosto de 2003. O texto estabelece os mecanismos que permitirão o acesso progressivo do Peru aos dados gerados pelo Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) e a integração do país ao Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam). Em contrapartida, o governo peruano deverá adquirir progressivamente os meios tecnológicos e logísticos necessários à utilização dos dados relacionados com o controle e preservação do meio ambiente, vigilância meteorológica, climatológica e territorial.

Fonte: http://aeronauticadigital.blogspot.com/2015/01/fuerza-aerea-del-peru-implementara.html

O exemplo mais recente de integração é a iniciativa da criação da União das Nações Sul Americanas – (UNASUL), apresentada oficialmente em 2004, na cidade de Cuzco no Peru em 09/12/2004. Inicialmente recebeu o nome de Comunidade Sul-Americana de Nações – (CASA); esse significativo nome foi mudado por iniciativa do presidente de Venezuela Hugo Chávez. Os objetivos da UNASUL eram de coordenação política e econômico-social dos países sul-americanos para que alcancem a integração física, energética e de telecomunicações, além da adoção de mecanismos financeiros conjuntos. Em Brasília em 23 de maio de 2008, foi discutida a criação do Conselho de Defesa da América do Sul. Esse projeto foi apresentado pelo Brasil, mas rejeitado pela Colômbia que mais tarde em 19 de julho de 2008 anunciaria sua entrada na UNASUL por meio do pronunciamento do então presidente Álvaro Uribe na ocasião em que o então presidente Lula visitava oficialmente esse país. (Disponível em http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e--integracao regional/unasul . Acesso em: 15 out. 2011)

A UNASUL estava se tornando um fórum de arbitragem conjunta de questões que envolvem os países Sul-Americanos. Poderia se converter em importante instrumento para o processo de integração, mas a UNASUL foi, apenas essencialmente um projeto de integração polmilitar (o que poderia favorecer a exportação da indústria brasileira de armas) que ocorreu por meio da criação do Conselho de Segurança das Nações Sul-Americanas. Na prática, estava sendo um fórum para a resolução dos conflitos, tensões e de questões emergentes do Hemisfério Sul.

Contradições foram o que marcaram a política externa do governo Lula para a América do Sul. No plano interno Lula aprovou a Estratégia Nacional de Defesa que prevê a revitalização da indústria de material de defesa do Brasil, ao mesmo tempo, no plano externo, assinou documentos se comprometendo a reduzir os gastos com despesas militares e investimentos para a compra de armas. Contraditoriamente a

seu plano interno, em viagem ao Peru em 2009 o então presidente Lula manifestou apoio à proposta peruana que pretende adotar um Protocolo de Paz e Segurança entre os países-membros da UNASUL. (O Estado de S. Paulo de 10 de novembro de 2009). Segundo essa Proposta de Paz, Segurança e Cooperação, os países da UNASUL reduziriam em 3% suas despesas militares, cortariam em 15% os investimentos em compra de armas ao longo de cinco anos e cooperariam para a criação de um corpo de segurança regional parecido com os capacetes-azuis da Organização das Nações Unidas –ONU.

A resolução assinada pelos Ministros das Relações Exteriores dos países pertencentes ao Conselho de Segurança da UNASUL em reunião realizada em 27/11/2009 em Quito no Equador, previu a elaboração de um protocolo de paz, segurança e cooperação.

> Manifestam-se satisfação com a reunião de Ministros das Relações Exteriores da UNASUL, que determinou a transparência nos acordos de cooperação militar e a necessidade de garantia por parte daqueles que tem acordo de cooperação militar da soberania e integridade territorial dos demais países, assim como o estabelecimento de medidas de confiança promovidas pelos países da UNASUL nas áreas de Defesa e Segurança. Felicitaram-se pelo fato de haver sido acordado que o Conselho Diretor Sul Americano deve elaborar um Protocolo de Paz e Segurança, definitivamente para todos os seus territórios da América do Sul. consolidando a região como uma zona de paz e fomentando a confiança e segurança da região. (Resolução da Reunião Extraordinária de Ministros de Relações Exteriores e da Defesa da UNASUL, Quito: 21 nov.2009).

O Governo Lula (2003-2010) estabeleceu uma política contraditória, pois de um lado sinalizou o incremento do aparato militar brasileiro e por outro lado, buscou, através da UNASUL, a cooperação pacífica

para o fortalecimento das soberanias nacionais. Ao assinar o documento de criação do Conselho de Segurança da UNASUL em 2009, o Brasil se comprometeu, por exemplo, em promover o desarmamento no mundo e também a cooperação preferencial com os países da América Latina e do Caribe em matéria de defesa.

> Artigo 3, parágrafo d) está expresso, fortalece o diálogo e o consenso em matéria de defesa mediante o fomento de medidas de confiança e transparência, f) preserva e fortalece a América do Sul como um espaço livre de armas nucleares e de destruição em massa, promovendo o desarmamento e a cultura de paz no mundo. No seu artigo 4, parágrafo d) avançar na construção de uma visão compartilhada a respeito das tarefas de defesa e promover o diálogo e a cooperação preferencial com outros países da América Latina e do Caribe. (Resolução da Reunião Extraordinária de Ministros de Relações Exteriores e da Defesa da UNASUL, 21 nov. 2009.)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido às condicionantes geográficas o Peru é um país muito importante para o Brasil, pois além de oferecer uma saída para o Pacífico, compartilhamos o rio Amazonas, cujas nascentes se encontram no Peru e também a floresta amazônica. A partir deste dado é possível pensarmos em uma gestão compartilhada de nossos recursos naturais, assim a cooperação é um assunto que envolve a estratégia brasileira de projeção de sua liderança no hemisfério sul. Temos algumas experiências exitosas, tal como a integração na área de vigilância aérea, por exemplo. É sem dúvida uma parceria que poderá fomentar o desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS-ANA. Disponível em: http://www2.ana.gov.br/Paginas/institucional/SobreaAna/defaul t.aspx)

AUTORIDAD NACIONAL DEL AGUA (ANA). Disponível em: http://www.ana.gob.pe/nosotros/la-autoridad/nosotros .Acesso em : 10 maio 2017.

AMAYO ZEVALLOS, Enrique. O Brasil e o mito da água . In: **A Amazônia e o Pacífico e sua importância para o Brasil.** São Paulo. Editora Cultura Acadêmica, 2009.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica no III milênio.** São Paulo: Garamond: 2006, p. 53-54.

BRASIL. Ministério das relações exteriores. **Resolução da Reunião Extraordinária de Ministros de Relações Exteriores e da Defesa da UNASUL,** 21 nov. 2009. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2507-reuniao-extraordinaria-do-conselho-de-ministros-das-relacoes--exteriores-da-unasul-quito-11-de-marco-de-2011. Acesso em: 13 maio 2017.

Brasil e Peru assinam cooperação em recursos hídricos. **Agência Nacional de águas,** 11 nov. 2013. Disponível em: https://www.ana.gov.br/noticias-antigas/brasil-e-peru-assinam-cooperaassapso-em-recursos.2019-03-15.8747655285. Acesso em: 03 fev..2020.

El imperialismo brasileño seguirá intacto con el gobierno de

Dilma. **Digital ABC,** 02 nov. 2010. Disponível em: https://www.abc.com.py/articulos/el-imperialismo-brasileno-seguira-intacto-con-el-gobierno-de-dilma-178977.html. Acesso em: 28 mar. 2012.

GUIMARÃES, S.P. **Desafios brasileiros na era dos gigantes.** Rio de Janeiro, Contraponto, 2006.

JESUS, S. A. Geopolítica das Malvinas: desafios da projeção continental brasileira. **Cadernos Mundorama,** n. 69, 2013: disponível em: http://mundorama.net/2013/05/07/a-geopolitica-dasmalvinas-desafios-da-projecao-continental--brasileira-por-samuel-de-jesus/

Lula destaca vantagens de aliança estratégica com Peru assinada em 2003. **Opera Mundi,** 05 jun. 2013. Disponível em: https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/29284/lula-destaca-vantagens-de-alianca-estrategica-com-peru-assinada-em-2003 . Acesso em: 03 fev.2020.

MATHIAS, Suzeley Kalil. **SIVAM:** os militares e a Amazônia.2003. Dissertação (Mestrado em História) -UNESP, Franca, 2003.

Multinacionais querem privatizar uso de água e Temer negocia. **Correio do Brasil,** 22 ago. 2016. Disponível em: http://www.correiodobrasil.com.br/multinacionais-querem-privatizar-uso-da-agua-e-temer-negocia/ . Acesso em: 13 maio 2017.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Alertando para escassez de água doce, ONU pede esforços globais para proteger recursos naturais.** Brasil, 23 maio 2013. Disponível em: http://nacoesunidas.org/alertando-para-escassez-de-agua-doce-onu-pede-esforcos-globais-para-proteger-recursos-naturais/. Acesso em: 25nov.2015.

A EXPANSÃO NOCIVA DO EMPRESARIADO BRASILEIRO NO PERU

Rogério Pereira de Campos[86]

A abertura dos mercados proposto no final do século XX com o Consenso de Washington e as propostas vigentes do Neoliberalismo provocaram uma mudança comportamental na política externa brasileira, em especial para tratarmos da América do Sul. As diferenças coloniais de formação e de origem traziam barreiras e rivalidades herdadas das metrópoles ibéricas e mesmo após as independências do século XIX nota-se um isolamento do então império brasileiro frente o aumento fragmentado de repúblicas na América espanhola. O Brasil representava uma traição ao movimento de libertação da América Latina, mantendo laços diretos com Portugal e refutando qualquer proposta revolucionária para uma transição nacionalista nascente.

Holanda (2008) irá ilustrar essas diferenças ideológicas desde a construção e progresso das colônias de Espanha e Portugal e como essas estruturas continuaram presentes ao longo dos séculos, com reflexos na atualidade. Será somente com as novas propostas neoliberais que o Brasil irá obrigatoriamente a tomar maior contato com as nações vizinhas, senão pela importância política no primeiro momento e sim pelo impacto econômico que poderia gerar o maior país do subcontinente.

A expansão do capital brasileiro pela América do Sul não é uma temática recente, não traria destaque a um estudo acadêmico ou debate com interesse social, porém com a exposição cada vez maior do impacto da corrupção em um modelo projetado de controle de alguns setores

[86] Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras UNESP Araraquara-SP. E-mail: rogerio_fclar@yahoo.com.br

como a construção e a pecuária deixa claro que a análise deste debate ainda é relevante e necessário.

Outra explicação se faz necessária a respeito do enfoque na relação entre Brasil e Peru, onde pode não ser claro a importância desses dois países para a região. Em termos econômicos a lógica não é clara, já que o Peru é somente a sexta economia da América do Sul (US$ 403, 3 bilhões) com um baixo PIB per capita (US$ 12.638) e distante do centro econômico do Brasil (com um PIB de US$ 3,2 Trilhões e um PIB per capita de US$ 15.518) que fica na região Centro-Sul. O principal parceiro econômico brasileiro na região sempre foi a Argentina, quer pelo poder de compra mais elevado ou pela proximidade do eixo econômico brasileiro. Outro quesito a destacar é a linha temporal de eventos e que deixa explícito essa mudança, com a aproximação intensa nas relações bilaterais durante os governos de Lula no Brasil e Alan Garcia no Peru.

A abertura dos mercados na globalização, em especial para a América Latina, seria um desafio na tentativa de competir com os europeus e estadunidenses, porém trazia uma salva guarda tradicional ao subcontinente, a exploração de matérias primas e produção de alimentos. Este seria um fator comum na trajetória histórica da região, mas um novo ator global elevou a demanda absorvendo o fornecimento de todos os países, a China. A abertura política e expansão do parque industrial chinês, assim como 1/6 população global, exigiam essa produção crescente.

Somado a isso, os acordos bilaterais dos países sulamericanos com Estados Unidos e União Europeia trouxeram desarticulação nos blocos econômicos existentes (Comunidade Andina e MERCOSUL) e falta de debate político para um entendimento no plano da integração plena do subcontinente com a UNASUL (União de Nações Sul-Americanas). A Aliança do Pacífico demonstra essa tendência de abertura econômica em detrimento de processos internos da América do Sul, o que poderia ser visto como um contra-ataque dos países desenvolvidos contra um mo-

delo que poderia se fortalecer no futuro.

Dentro deste cenário geopolítico local, Brasil e Peru possuem um destaque especial, seja na relação comercial cada vez mais próxima entre os países ou pelo peso político que cada um possui nos diferentes blocos regionais. As conexões de cada nação com diferentes bacias oceânicas permitem em uma parceria o contato com quase a totalidade das zonas de influência econômica global. Se por um lado ajuda a dinamizar a economia peruana e aumentar seu contato com a Europa, para o Brasil se torna mais decisivo por ligar de forma mais eficiente com seu maior comprador na atualidade, o mercado chinês.

Como explica Amayo Zevallos (1993), o Peru possui uma vantagem geográfica e estratégica para de conexão com a Ásia, tendo no Norte do país, em Ponta Parinhas, o ponto mais próximo desde América do Sul com esse continente e com a Costa Ocidental de EUA. Somado a isso, o país andino possui grandes reservas de metais, gás, petróleo e outros recursos almejados pelas indústrias asiáticas. Tornou-se uma rota desejada pela economia brasileira, para escoar suas grandes produções de matérias primas e projeto que será levado com destaque nas obras da IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana), como será explicado. Em potencial de pesquisa para ecossistemas tropicais, vale destacar que Brasil e Peru possuem as maiores parcelas da floresta amazônica entre os oito países da OTCA (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica) que partilham esse recurso natural único.

As grandes empresas nacionais e internacionais exploradoras de recursos naturais (entre as quais estão empresas brasileiras de grande capital como a Petrobras muito ativas até a operação Lava Jato) buscavam oportunidades em territórios pouco explorados, raros na atualidade. Regiões como Camisea no Peru, Yasuni no Equador e Caño Limón na Colômbia, envolvendo no processo reservas indígenas, áreas de proteção ambiental e conflitos diretos (com nativos e populações tradicionais) e

indiretos (como no caso da Colômbia com guerrilhas como as FARC, antes de deixar as armas como felizmente aconteceu recentemente). Somado a isso, podemos contabilizar perdas substanciais na questão ambiental, com poluição de rios e áreas florestais, desmatamento, processos de desertificação entre outros.

É importante destacar a pesquisa da ONG Transparência Internacional (HARDOON & HEINRICH, 2011) que avalia o índice de corrupção e suborno das empresas ligadas a seus países de origem com o Brasil presente em 14º lugar (Os 3 primeiros menos corruptos em ordem Holanda, Suíça e Bélgica e os 3 últimos México, China e Rússia. Estados Unidos se encontram na 10ª posição) da tabela de 28 países, a frente de duas nações que recebem destaque no estudo da entidade, China e Rússia (27º e 28º colocados, respectivamente países que junto a Índia [19ª posição] e África do Sul [15ª posição] conformam o conjunto de países conhecidos como BRICS). A visão de completa corrupção que assola todas as estruturas brasileiras não aparece na avaliação da ONG que trata apenas do mundo empresarial e apontam temor nas relações empresariais com os já mencionados outros dois membros dos BRICS nas últimas posições.

Isso não serve como avaliação de confiança das empresas brasileiras, porém deveria servir de alerta para a inserção chinesa na América Latina com foco em matérias primas e recursos minerais. Após o início da Operação Lava Jato da Polícia Federal no Brasil, nota-se um encolhimento da participação de empresas brasileiras interna e externamente em grandes obras e financiamentos, reflexo da queda de confiança e envolvimento em processos ilícitos nos últimos anos, em especial na América do Sul. Isso evidencia que existia um perfil expansionista com suporte do Estado brasileiro através de financiamentos de baixo custo, como será relatado adiante.

A saída dessas empresas brasileiras de grande porte da América do Sul possui dois aspectos antagônicos e trazem novas preocupações sobre o uso dos recursos da região. O primeiro aspecto é positivo pela

redução de contratos corruptivos, que ao longo de décadas criou um laço de dependência política para viabilizar grandes obras; o segundo e negativo aspecto é o vácuo deixado por essas empresas e que precisa ser preenchido para suprir a demanda de obras, abrindo espaço para novas inserções empresariais, que poderiam ser ainda mais corruptas como é o caso da China, Estados Unidos e Rússia.

Esse modelo de expansão empresarial pela América do Sul não é temática nova e nem exclusividade brasileira como alguns jornalistas ou pesquisadores (Petrobrás e Gerdau já expandiam seus mercados na América Latina na década de 1980, como demonstra Urrutia [2014] em estudo de caso sobre multinacionais brasileiras e chilenas) tentam focar apenas nas últimas duas décadas, mas sim um projeto de construção econômica com alusões imperialistas, orquestrado desde o período da ditadura militar (1964-85). Em um cenário de distorcida valorização do patriotismo, a ditadura brasileira focaria seus esforços para tornar o país a grande potência da América Latina, seja através de grandes estatais (Petrobrás, Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica Nacional, etc.) ou incentivando o capital privado. Não por acaso empresas como Camargo Corrêa, Odebrecht, OAS e Andrade Gutierrez tiveram seu primeiro ciclo de crescimento e internacionalização durante as décadas de 1970 e 1980. Campos (2011, p. 74) explicita um dos fatores que alçaram essas empresas durante os governos militares:

> As chamadas barrageiras – Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Mendes Júnior, Odebrecht e Cetenco – deixam de ter um rendimento de menos de um terço do total auferido pelas 100 maiores em 1978 para ter uma receita superior à metade alcançada pelas cem empreiteiras do país. Vê-se, portanto, que o processo de centralização não se dá em torno especialmente das dez maiores empresas do país, mas eminentemente de cinco empresas que atuavam na construção de hidrelétricas e, após a saída de Eduardo Celestino

> Rodrigues da Cetenco, no final de 1979, e da conseqüente decadência da empresa, de maneira pronunciada em torno de apenas quatro empresas.

Ainda segundo o autor, em um intervalo inferior a 10 anos, as cinco principais empresas privadas do setor de construção do Brasil concentravam 56,9% da receita do setor no país, deixando claro um perfil de apoio do Estado no suporte ao crescimento destas. Nesse mesmo período irão surgir as denúncias contra o então Ministro da Fazenda Delfim Netto sobre benefícios ilegais concedidos a empresa Andrade Gutierrez em 1974 nas construções das hidrelétricas de Água Vermelha e Tucuruí.

É importante ressaltar que isso não anula os erros cometidos recentemente, em um novo modelo de aprofundamento dessa inserção empresarial na América do Sul, o que poderia ser definido como segundo ciclo da expansão do capital brasileiro. As grandes empresas em destaque desde a década de 1970 entrarão em um novo projeto de crescimento financiado novamente pelo Estado. Comparando a década de 1970 com o momento atual é notória a participação do BNDES como financiador desse projeto empresarial, no cenário recente ainda mais diversificado e envolvendo outras categorias como a pecuária e as commodities.

O crescimento da participação na receita do setor foi acompanhado do investimento do Estado nas mesmas proporções ou, além disso, como pode ser visto processo N. 034.365/2014.1 do Tribunal de Contas da União (TCU) em 2014 , onde consta que 99% dos empréstimos concedidos pelo BNDES ficaram com as 5 grandes empreiteiras, todas agora envolvidas nas investigações da Lava Jato, sendo que somente a Odebrecht recebeu o equivalente a 82% do total. Esses valores nunca foram auditados, recebendo relatórios de gastos fornecidos apenas pelas empresas sem prospectos de retorno para a economia brasileira. Isso levanta a hipótese do projeto de Estado por trás desse expansionismo pela região, assim como a não investigação dos gastos concentrados em companhias

específicas coloca em xeque a veracidade da argumentação do governo de não ser agente ativo desse esquema.

Jaime Roberto Llosa Larrabure, em entrevista ao jornal peruano La Republica em 19 de Fevereiro de 2017 coloca uma preocupação com esse modelo expansionista das empresas brasileiras aproveitando-se do projeto IIRSA o que se torna mais concreto com as investigações presentes nos dois países. Llosa Larrabure, engenheiro agrônomo e economista que morou vários anos em Brasília e ex-professor em Lima da Universidade Nacional Agrária La Molina vai além, ao categorizar que o cenário é muito mais obscuro e não está em pauta por questões de sigilo de arquivos do BNDES sobre as grandes empresas brasileiras em um modelo de fortalecimento hegemônico para a América do Sul. Empreendimentos como a Rodovia Interoceânica, a Hidrelétrica de San Francisco (Equador), a Hidrelétrica de Chaglla (Peru), o abastecimento de água em Lima pelo Projeto Bayovar (Peru) e outros grandes projetos devem entrar na pauta de investigação de ambos os países segundo o pesquisador.

Para Llosa Larrabure, ocorre neste momento uma reclusão do BNDES diante das denúncias de corrupção e escândalos quase diários, na tentativa de desvincular a entidade e com isso a figura do Estado de um projeto que foi planejado desde o período ditatorial. A crise econômica no período 1970 e 1980 fez com que o governo concedesse empréstimos com baixos juros para grandes empresas na busca de dinamizar a economia, ao mesmo tempo que expandia sua influência por toda América do Sul.

Retornando ao período de fundação da IIRSA em 2000, com ela surgiu uma nova oportunidade para as grandes empreiteiras brasileiras, sob o pretexto de aprimorar a infraestrutura regional e tornar os países mais competitivos no mercado global. Cria-se uma nova demanda e essas grandes empresas irão controlar não somente as obras como também os interesses do Brasil dentro do projeto que envolvia todo o subcontinente. Como pode ser visto abaixo no projeto inicial da IIRSA, o fator Amazônia,

como território a ser preservado da devastação, ficou esquecido frente a demanda de recursos naturais e energéticos, levando a obras de grande impacto ambiental e custos elevados. No entanto esses custos elevados geram grandes oportunidades para empresas, entre as quais as brasileiras, que irão se beneficiar em um processo viciado de licitações que limitava a concorrência de outras empresas.

Imagem 1: Eixos de integração do projeto IIRSA, 2000.

Fonte: www.iirsa.org

De forma direta, o Brasil se tornou o financiador desta devastação ambiental, onde grande parte dessas obras ficaram nas mãos das empresas brasileiras Odebrecht, Camargo Côrrea, Andrade Gutierrez, OAS e outras, financiadas pelo BNDES para levar adiante os projetos da IIRSA em infraestrutura e energia. Não se deve questionar a necessidade de integrar de forma eficiente a América do Sul, faz-se urgente que isso avance, porém não ao custo da destruição ambiental que se propõe em alguns projetos. Destaca-se abaixo os 10 eixos de integração propostos e o principal enfoque de cada um :

1. Eixo Andino – (Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia): Integração energética, com destaque para a construção de gasodutos.

2. Eixo Peru-Bolívia-Brasil: Redirecionamento do fluxo das exportações brasileiras para o Pacífico.

3. Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná (Sul e sudoeste do Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai): Integração dos transportes fluviais, incremento na oferta de energia hidroelétrica.

4. Eixo de Capricórnio – (Norte do Chile e da Argentina, Paraguai, Sul do Brasil): Integração energética, incorporação de novas terras a agricultura de exportação, biocombustíveis.

5. Eixo Andino do Sul (Região Andina de fronteira Chile-Argentina): Turismo, rede de transporte.

6. Eixo do Sul – (Sul do Chile/Talcahuano e Concepción, e da Argentina/Neuquém e Baia Blanca): Exploração do turismo e dos recursos energéticos (gás e petróleo).

7. Eixo Mercosul-Chile (Brasil, Argentina, Uruguai, Chile): Integração energética, com ênfase nos gasodutos e na construção de hidrelétricas.

8. Eixo Interoceânico Central (Sudeste brasileiro, Paraguai, Bolí-

via, norte do Chile, sul do Peru): Rede de transporte para exportar produtos agrícolas brasileiros e minerais bolivianos pelo pacífico.

9. Eixo do Amazonas – (Colômbia, Peru, Equador, Brasil): Criação de uma rede eficiente de transportes entre a bacia amazônica e o litoral do Pacífico, com vista à exportação.

10. Eixo do Escudo Guiano (Venezuela, Guiana, Suriname, extremo-norte do Brasil): Aperfeiçoamento da rede rodoviária.

Killeen (2007) critica a falta de análise de impacto ambiental da IIRSA em pontos estratégicos que deveriam ser considerados. Como pode ser visto em seu trabalho, dos 10 eixos de integração e desenvolvimento projetados para investimentos em infraestrutura, nove deles cortam uma área natural de alta biodiversidade, onde se encontram espécies endêmicas de animais e vegetais. O impacto devastador e extintor da construção de rodovias e outras obras anexas interfiram diretamente no espaço florestal pode ser fatal. Sem possibilidade de estudos de propagação de danos, não é possível descrever qual seria o impacto deste extermínio, local, regional, continental ou global, sobre o clima, o regime de chuvas e umidade e finalmente também sobre o regime dos oceanos.

Outro ponto a notar é a forma a qual foram idealizados os 10 eixos de integração, quase todos de forma horizontal cruzando diretamente o subcontinente do Atlântico ao Pacífico do Leste ao Oeste e vice-versa, em uma clara visão exportadora, principalmente de recursos primários. Brasil apesar de ser o maior país da região, deixa a dúvida frente aos outros países porque todos os eixos de alguma forma se conectam ao território brasileiro em uma direção favorável às exportações do mesmo em ambos os oceanos, pois em nenhum momento existe uma conexão vertical direta de Norte a Sul e vice-versa que conectasse o território interno da América do Sul, o que favoreceria a integração regional e o comércio interno. Esse modelo, que em tese seria financiado pelo Brasil

e do qual se tornaria o maior favorecido, gera desconfianças frente às nações vizinhas, o que pode ter auxiliado na lentidão e posterior interrupção da IIRSA e atualmente da COSIPLAN (Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento).

A influência brasileira se torna mais evidente com o final do primeiro ciclo de obras da IIRSA (2004-2012) e a mudança política para COSIPLAN (2012-2022). A primeira fase da entidade foi marcada pela divisão dos financiamentos entre os governos envolvidos (62,3%), iniciativa privada (20,9%) e o restante em menores proporções pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), Corporação Andina de Fomento (CAF) e o BNDES. Com a redução dos investimentos do BID e a dificuldade dos governos em suportar a maior parte desses financiamentos, tem-se uma expansão do crédito do BNDES nas obras da COSIPLAN.

A lenta retirada da influência do BID do projeto IIRSA-COSIPLAN perpassa não somente pela retenção de investimentos pela crise nos Estados Unidos em 2008 e como consequência o congelamento das verbas para a América do Sul, como também por questões político-ideológicas em um momento de maioria governista na América do Sul com tendências menos ortodoxas que as propostas por Washington e a busca de uma maior autonomia das decisões. Dessa forma, a expansão do capital brasileiro via BNDES foi efetiva e veloz com seus gastos alcançando cerca de R$ 20 bilhões (2009) somente para a infraestrutura na região. Apesar de dinamizar os investimentos para o projeto IIRSA, criou-se uma expectativa que não foi correspondida pelos resultados e um temor ao aumento da influência política brasileira na tomada de decisões dessa entidade.

Como exemplo podemos citar o Eixo da Amazônia (eixo 9) cujo potencial para um sistema de conexão hidroviária na sub-região foi ignorado e o que se viu realizado é a maior obra até o momento da IIRSA, a construção da Rodovia Interoceânica que atravessa áreas ambientais sensíveis no Brasil e no Peru. Vale destacar que apesar do valor astronô-

mico da obra (US$ 2,8 bilhões, pelos dados oficiais da entidade) somente US$ 18 milhões foram destinados a reparar danos ambientais o que, em uma rodovia com mais de 1200 quilômetros (de Assis Brasil no Acre ao porto de Ilo no Sul de Peru), nada representa . Esse montante US$ 2,8 bilhões é três vezes superior ao necessário para uma conexão intermodal em toda a bacia amazônica brasileira com seus vizinhos, segundo estudos de Djourojeanni (2006), onde analisa que a rodovia não serviu para dinamizar a economia, mas sim como pretensões político-econômicas dos países influenciados por empresas, alimentando indiretamente o comércio ilegal de madeiras, armas e drogas.

A Rodovia Interoceânica foi inaugurada oficialmente em 2006, porém seu pleno funcionamento e total pavimentação só foi efetivado em 2010 com um custo 3 vezes maior do que o previsto. O que vemos hoje é a contestação desses valores e o processo corrupto imposto pelas construtoras, neste caso, lideradas pela Odebrecht. Tanto Brasil quanto Peru fazem investigações sobre o processo de licitação realizado para a obra, sob acusações de suborno ao ex-presidente peruano Alejandro Toledo da ordem de US$ 20 milhões. O valor torna-se irrisório quando comparado com a proposta apresentada pela construtora para a linha central do metrô de Lima, obra impedida pelo ministério público peruano em 2009 ao constatar superfaturamento da ordem de US$ 400 milhões.

Assim como no caso da rodovia, outras obras de grande porte encontram-se sobre investigação no Peru, em especial as que envolveram as principais empresas brasileiras que são investigadas pela Lava Jato. Isso leva a outros setores, ainda mais sensíveis pela importância estratégica que possuem, como o petróleo e o gás natural, recursos com grande reserva no país andino em área amazônica, elevando o risco de degradação desse ecossistema. Esses recursos irão atrair a atenção de outras empresas, em especial de países desenvolvidos e com capital de investimento capaz de concorrer com as subsidiadas companhias brasileiras.

Na região de Camisea no Peru, o potencial das reservas de gás natural atraiu investimentos estadunidenses da Conduit Capital Partners, LLC e também da peruana Kuntur Transportadora de Gas S.A.C. empresa posteriormente adquirida pela Odebrecht Peru controlando a maioria das ações (51%) o que, podemos dizer, é uma iniciativa brasileira para o direcionamento das políticas de expansão da Odebrecht de seu patrimônio na América do Sul Em Caño Limón na Colômbia, temos a Ocidental de Colômbia Inc., subsidiária da Ocidental Petroleum dos EUA, em um campo petrolífero que representa 25% de toda a produção colombiana . Exemplos que mostram como, usando representantes locais, as empresas de capital externo se inserem em países da região para explorar os recursos que necessitam tentando assim manter sua imagem intacta, no caso que apareçam problemas próximos aos que sempre foram feitos por elas em nosso subcontinente.

Deve-se colocar a importância política do momento para determinar a eficiência dessa infiltração das empresas brasileiras em solo peruano, o que perpassa pela relação conciliadora dos presidentes em diferentes momentos: Alberto Fujimori e Fernando Henrique Cardoso no primeiro momento possuíam visões políticas similares sobre o modelo de gestão baseado no Consenso de Washington; Alán Garcia e Lula tentavam uma proposta mais direcionada para o enfoque social e fortemente apoiados pelo modelo neodesenvolvimentista.

Apesar dos diferentes modelos propostos nos governos citados, o que deve ser analisado é o peso das decisões unilaterais com predomínio dos interesses brasileiros (tanto no governo de Fernando Henrique Cardoso, 1994-2002, como de Lula, 20023-2010) frente as demais nações que compõem a parceria do IIRSA.

Em 29 de Abril de 2016 Brasil e Peru (Governos de Ollanta Humala e Dilma Rousseff) firmaram novo acordo comercial para ampliação da cooperação econômica, em meio ao grande número de denúncias

envolvendo os governos dos dois países. Esse novo acordo bilateral coloca em evidência a dificuldade de diálogo dos membros da UNASUL (União de Nações Sul-Americanas) gerando distorções a proposta inicial de integração sócio -econômica da América do Sul. O atual cenário de instabilidade em todo subcontinente coloca em segundo plano a implementação de abertura dos países membros no plano político.

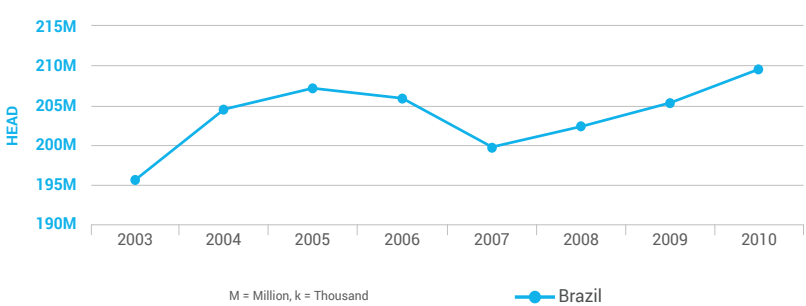
Os acordos bilaterais entre países acabam se tornando uma alternativa para a lentidão dos processos de integração propostos em toda a América Latina, porém vale um destaque especial para esse novo acordo entre Brasil e Peru. Em meio ao grande número de denúncias e evidências de corrupção, os países firmam um acordo internacional que envolve entre outras coisas, como compras governamentais, dessa forma as licitações de ambos os países permitem a participação de empresas da outra nação. Este é um acordo inédito na América do Sul e que pode dinamizar as relações internações, porém deve-se colocar uma ressalva importante sobre quem é o grande beneficiado deste acordo. Pelo potencial econômico de investimento, a resposta evidente seria o Brasil, porém com a imagem de suas empresas corroídas pelos escândalos recentes cria-se a oportunidade para empresas peruanas entrarem no mercado interno brasileiro.

O que torna a resposta uma incógnita é a participação de mecanismos como o BNDES dando suporte a empresas brasileiras (por lei, o banco estatal de financiamento só pode fornecer empréstimos a empresas brasileiras) com uma taxa de juros inexistente em qualquer outro lugar do mundo (no máximo 6,56% ao ano independentemente do valor financiado segundo informações da própria entidade), tornando qualquer concorrência desigual. A recente retração do banco nos empréstimos para grandes empresas poderia ser uma oportunidade de novas companhias não envolvidas em corrupção participar do mercado, o que permitiria uma maior disputa com concorrentes externos.

É crucial notar esse modelo de investimento realizado pelo BNDES ao longo das últimas duas décadas, colocando a frente de projetos para reduzir a desigualdade social ou mesmo para dinamizar e diversificar a produção interna nos diferentes setores, investimentos na expansão externa das empresas brasileiras. Como já explicitado acima, o setor das empreiteiras foi privilegiado na primeira década do século XXI, recebendo investimentos massivos do BNDES. Após a expansão e nova etapa de inserção nos países sulamericanos no setor da construção, o novo foco desse banco de investimentos foi a divisão de alimentos, em especial a pecuária.

Para além da simples análise econômica do problema, podemos colocar o caso da pecuária como um projeto governamental brasileiro para aumentar sua parcela destrutiva da Amazônia. Houve uma articulação para a expansão das áreas de pastagem com conivência óbvia nos empréstimos a baixos juros por parte do governo para sua efetivação, consequentemente vemos uma redução drástica na capacidade do Brasil de captar CO2 na atmosfera somando a expansão pecuária e restando a extensão florestal. Com dados da FAO (2010) e do aplicativo FAO Stat (base de dados online da entidade para consulta atualizada) podemos observar esse comportamento:

Gráfico 1: Número de cabeças de gado no Brasil entre 2003 e 2010.



Fonte: FAO Stat, 2014

O período coincide com o momento de maior investimento do banco estatal brasileiro e seu setor no mercado de valores (BNDESpar) na pecuária brasileira, impulsionando a expansão de pastagem e frigoríficos em áreas florestais. Somente entre 2005 e 2010 o BNDES investiu na Friboi ao menos R$ 7,5 bilhões em diversas ações, entre elas a compra de marcas multinacionais como a Swift argentina e a Pilgrim's Pride Corporation estadunidense, buscando dinamizar seu mercado e internacionalizar seus produtos. Vale destacar que o BNDES possui 22,36% das ações da empresa, visando capitalizar seus fundos, porém sem analisar o impacto direto que esse investimento trouxe ao meio ambiente e também à sociedade, principalmente na sub-região amazônica. Um dos impactos sentidos, em todo o mundo, é o aumento massivo da emissão de gases de efeito estufa.

A soma desses fatores diretamente ligados à pecuária e criação de outros animais para alimentação são responsáveis por quase 90% das emissões excessivas em todo o mundo. Se compararmos esses valores investidos na pecuária (no total, mais de R$ 40 bilhões) em contraponto aos projetos, como por exemplo o programa Proteção Florestal em Terras Indígenas no Acre (investimento de R$ 2,1 milhões) financiados pelo BNDES na região amazônica (de 2008 até 2012 foram injetados cerca de R$ 500 milhões no Fundo Amazônia, setor do BNDES específico para investimentos sustentáveis), poderemos ter uma ideia clara da falta de direcionamento social do banco, que deveria ser uma de suas premissas. A ONG Greenpeace sinalizou esse problema em diversos relatórios ao longo dos anos como o relatório A farra do boi na Amazônia de 2009, principalmente sobre a incidência da pecuária em áreas de risco e florestais. Devido a isso, em alguns casos as ONGs realizam serviços no lugar de um Estado ausente, como a proteção ambiental e o uso sustentável dos recursos.

Lessa (1991, p. 45) demonstra em sua pesquisa que esses interes-

ses externos não são recentes e nem sempre estiveram ligados a projetos de baixo impacto ou preservação como está em voga na política internacional atual, como já citado anteriormente no texto. Vale destacar o trecho da página 45 do livro: "..sem um estudo sequer sobre o resultado da substituição das florestas pelo pasto". Este era uma espécie de investimento pecuário que as empresas, das mais diversas linhas, empregavam durante as décadas de 1970 e 1980, com incentivo governamental brasileiro. Este é o panorama que possibilitou a expansão agropecuária pela região amazônica aos níveis presentes, responsáveis por uma redução de cerca de 20% da área florestal da sub-região somente no Brasil. Ou como o autor relata mais adiante (1991, p. 49) "O próprio contrato obrigava o agricultor a desmatar 20% da floresta nos dois primeiros anos, para conseguir a posse definitiva da terra." Essa é a brecha legal criada no passado que ainda encontra validade na sub-região, na forma de grilagem e ocupação irregular da terra. Não é somente a pecuária que reduz a Amazônia, mas também o uso inadequado de recursos para produzir energia hidroelétrica, madeiras, piscicultura, extrativismo e outros.

Se por um lado o gráfico 01 não demonstra uma expansão significativa do aumento de cabeças de gado na produção total brasileira, o relatório do Greenpeace aponta em outra direção, com a expansão agressiva em território amazônico desde 1990, dobrando o número de gado de abate (no primeiro momento contava com 26 milhões de unidades e em 2007 esse número passou para 57 milhões) e a associação decorrente com o desmatamento da floresta. Outro fator que demonstra o projeto de expansão do setor com apoio do Estado é a flexibilização das leis ambientais em 2012 (LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012). Segundo Amaral (2012):

> A proposta de reforma do Código Florestal é bastante questionável, pois o projeto de lei apresenta como principais mudanças: redução da faixa obrigatória de preservação permanente, anistia aos produtores que

cometeram crimes ambientais, reserva legal, moratória do desmatamento.

Novamente, com a descoberta de fraudes e irregularidades no setor pela Polícia Federal (Operação Carne Fraca de 16 de Março de 2017) o Estado brasileiro tenta se afastar das companhias investigadas, entre elas as mega-corporações JBS e Brazil Foods (respectivamente, 1ª exportadora de carnes do mundo e 2ª exportadora de aves do mundo pelos dados do United States Department of Agriculture USDA de 2016). O que se torna recorrente nos grandes projetos apoiados pelo Estado brasileiro através do BNDES como as duas mencionadas, é a falta de ética empresarial, tomando os resultados como fins aceitáveis, independente do impacto gerado pelas ações ao longo do processo.

O fator comum desses desvios de conduta do empresariado brasileiro perpassa pelo financiamento excessivo e falta de empreendedorismo, movidos pelas facilidades para obter garantias fornecidas pelo BNDES e com apoio político institucional. Com o aporte financeiro do banco estatal de investimento e suporte de parcela significativa do Legislativo (dos 513 deputados no Congresso Nacional brasileiro, 207 deles se declaram abertamente ruralistas, quase 40% do total) a expansão interna e externa das empresas de carnes foi exponencial, parecido ao já visto no caso das empreiteiras. Da mesma forma, os processos de corrupção presentes nessas grandes corporações começam a ruir as bases obscuras dos tratados sigilosos propostos pelo BNDES e assim o projeto capitalista brasileiro baseado no apoio ao grande capital.

Em menor escala se comparado com Brasil, temos um problema semelhante em solo peruano, como relata Dourojeanni (2009) em seu trabalho. Somente com a utilização de pastagem para pecuária a Amazônia peruana devastou uma área de 7 milhões de hectares, mais que o dobro de toda a área de cultivo de todo o país (cerca de 3 milhões de hectares). Os métodos de utilização do solo para criação de pastagens são

similares nos dois países, denominado pelos indígenas brasileiros como coivara, com a derrubada e posterior queima da floresta. O grande problema não é somente o processo dessa criação e sim o perfil itinerante da pecuária extensiva praticado no Brasil e no Peru, utilização por curtos períodos essas pastagens que posteriormente se tornam terras áridas e abandonadas, deslocando o rebanho para novas áreas da floresta.

A situação é agravada na Amazônia peruana que possui parcela significativa de sua floresta em diferentes altitudes, diferenciadas por ecossistemas particulares entre Baixa Amazônia (aproximadamente o 70% de seu total amazônico) e Alta Amazônia. Enquanto o Brasil possui quase sua totalidade amazônica com características da Baixa Amazônia, o Peru possui uma grande parcela da Alta Amazônia aumentando nela os impactos ambientais pelo fácil desflorestamento devido a fragilidade de seus solos determinada pelos declives.

Se na Baixa Amazônia o problema é o avanço de pastagens e da agricultura monocultural, pelo favorecimento das grandes planícies, na Alta Amazônia o problema se encontra nas suas montanhas, com suas riquezas ocultas no subsolo e os interesses do capital estrangeiro nelas. Além do petróleo, que possui atratividade incomparável, temos também a problemática da mineração que, além de gerar altos impactos na extração, também gera um baixo valor agregado para as populações locais com o não retorno financeiro. Pelos dados presentes em Hoetmer (2009), 72% do território amazônico peruano está concessionado para empresas petroleiras, além disso; 50% de todo o litoral também está em uso pelas empresas petroleiras, enquanto 20% do território de todo o país foi entregue em concessão para as empresas mineradoras, a grande maioria em ambos os casos estrangeiras.

Não por acaso, os ativos da Petrobrás – já sofrendo efeitos de investigações da Polícia Federal e reduções dos lucros com a queda do preço do petróleo mundial – foram adquiridos pela PetroChina em 2012 por

US$ 2,6 bilhões, uma das várias aquisições chinesas que teve seu início em 1993 no Peru com a aquisição do Lote VII de Talara. Se somarmos todas as outras aquisições deste momento em diante, a extração de petróleo chinesa passou de menos de 1 milhão de barris por ano em 1993 para mais de 26 milhões em 2012, com uma taxa de retorno do investimento de 403% segundo relatório da AECP (Asociación de Empresas Chinas en el Peru) de 2013. O governo peruano estima que 52% de toda produção de petróleo do país esteja nas mãos de empresas estrangeiras, com a maior participação dessa parcela para empresas chinesas, com participação de empresas estadunidenses, canadenses, holandesas e outras.

Juntamente com o aumento da exploração desse petróleo peruano, grande parte concentrado nas regiões com floresta amazônica, temos também o aumento dos desastres ambientais e a falta de fiscalização e punição as empresas responsáveis. Segundo o jornal El Comercio de 15 de fevereiro de 2016, ocorreram pelo menos 11 desastres de média ou grande proporção envolvendo a exploração de óleo crú, contaminando o solo e os rios dos distritos de Amazonas e Loreto.

Não sendo esta a única riqueza no subsolo da Amazônia, a floresta também sofrerá outras agressões na busca por minérios, como é o caso da região de Madre de Diós no Peru. Dados do Ministério do Meio Ambiente do Peru apontam para um crescimento da ocupação de mineração (em sua maior parte ilegais) de 400% entre 1999 e 2012. O aumento do preço do ouro levou a uma nova corrida na busca do metal em uma área de baixa fiscalização, resultando em extração ilegal, evasão de taxas ao Estado, uso indevido do solo, poluição dos mananciais locais com mercúrio e outros problemas. Não por acaso, e fonte de críticas constantes do modelo de desenvolvimento proposto pela IIRSA, o aumento da ocupação indevida da região tem um aumento acelerado após a inauguração da Rodovia Interoceânica, o que facilita a conexão deste local com as principais cidades do Peru, além de possibilitar acesso com o Brasil e a Bolívia.

Dessa forma nesse país, além de toda a problemática da poluição da água e do uso desenfreado deste recurso para extrair minérios, temos o caso também das grandes minas como em Yanacocha (segunda maior mina de ouro do mundo), em Cajamarca e nos Andes do Norte peruano, onde o uso de água necessário para a extração de minério de ouro anual é equivalente ao consumo de água de quase toda a cidade de Lima, com quase 10 milhões de habitantes . Muitas vezes o que retorna ao sistema fluvial está contaminado por metais pesados e causa diversos problemas de saúde. Assim como toda a América Latina, o Peru viveu ciclos de produção centrados em um único produto (guano, salitre, borracha) e ainda guarda raízes culturais com esse tipo de exploração, sendo o gás, o petróleo e os minérios os produtos em destaque na atualidade.

A participação brasileira na exploração de recursos minerais no Peru cresceu 286% entre 2007 e 2010, dados apresentados em seminário organizado pela Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) em 2012, tornando o Brasil o 6º maior investidor estrangeiro no país. Somente a Vale investiu cerca de US$ 3,2 bilhões em um intervalo de cinco anos nas suas atividades em solo peruano em um consórcio juntamente com a estadunidense Mosaic e a japonesa Mitsui. Além da Vale, Votorantim, OAS, Odebrecht e Gerdau também possuem atividades de exploração em solo peruano.

Para alguns autores, existem mais problemas com a mineração regular do que com a irregular, pela proporção das empresas. Estima-se que 50 mil ha da floresta amazônica peruana foi devastada para projetos envolvendo mineração no país, principalmente de ouro, com aval do governo e até mesmo com incentivos. Atualmente, o Peru é o sexto produtor mundial produzindo 162 toneladas de ouro, parte na Amazônia, sendo que para cada quilo de ouro utiliza-se dois quilos de mercúrio, temos o uso de 324 toneladas de mercúrio, do qual boa parte é dispensada sem nenhum tratamento. Quando se faz o tratamento da água de

descarte, quem paga por esse é o Estado e não as empresas que exploram o recurso. Com isso, o cenário presente no Peru é que 60% dos conflitos existentes no país atualmente são de origem socioambiental e dentro deste valor temos que 71% tem ligação com o processo de mineração.

Toda a América do Sul e em especial a região amazônica sofrem com o avanço progressivo da exploração dos recursos materiais indevidos e a baixa fiscalização e punição das empresas envolvidas. Além dos casos já citados acima para o Peru, no Brasil temos a posse da terra contestada pelo avanço agrícola e pecuário com apoio da extração ilegal de madeira, causando migrações forçadas de comunidades tradicionais, o que também leva à redução da área florestal amazônica. No Equador, o grande problema também está centrado nas petroleiras estrangeiras e a poluição dos rios, assim como na Colômbia e Venezuela (com empresas estatais). Na Guiana e no Suriname, o problema é a extração intensa de minérios em regiões com floresta amazônica. Diante da conivência dos Estados em lidar com essas situações, o que ocorre hoje é a mobilização de sociedades locais para combater estas investidas predatórias, com forte participação de ONGs e cooperativas.

O que pode ser observado nos anos deste século, que é um período de mudança das políticas e da economia na América do Sul, é o crescimento (até o retrocesso devido as investigações da Lava Jato) voraz das empresas brasileiras nos demais países da região. Ao contrário do proposto nas teorias neoliberais e de livre mercado mundial, essas empresas de grande capital são alimentadas pelo Estado brasileiro através de financiamentos com taxas muito abaixo do mercado, impossibilitando a livre concorrência com as empresas locais. O BNDES tem fator decisivo nesse projeto, em um plano de expansão com impactos não somente na esfera econômica como também política, em países como Peru, permeado no Brasil pela falta de transparência já que a lei lhe permite a esse banco estatal bloquear informações que considera de importância estratégica.

No atual momento, aproximadamente desde 2014, de encolhimento da participação das empresas privadas brasileiras é ocasionado não somente pelas investigações da Lava Jato que levaram a cancelamentos de contratos e a impossibilidade de participação em novas obras, como também ao aumento da participação chinesa na América do Sul principalmente desde o início do século XXI. A necessidade crescente de recursos minerais, energéticos e alimentícios por parte da China e de outros países desenvolvidos trouxe novos investimentos deles na região, através de empresas com elevado capital que foram capazes de confrontar os financiamentos brasileiros outorgados com baixos juros pelo BNDES.

Além disso, a falta de diversificação nos investimentos do BNDES, centrando a maior parte de seu crédito para poucas empresas de grande porte que atuavam em apenas alguns setores, deixou o projeto de expansão do capital brasileiro sem planos alternativos, levando ao fracasso de grande parte de seus investimentos. A agenda de projetos da IIRSA-COSIPLAN mostrou-se um fracasso em resultados, além de valores muito acima dos calculados para as obras propostas. Não bastasse isso, deve-se contestar as gigantescas propostas de financiamento desse banco estatal que simultaneamente quase não realiza aplicações sociais internas ao Brasil, assunto este deliberadamente esquecido nas últimas duas décadas.

O grande desafio presente é aguardar para saber sobre a sobrevivência dessas empresas sem o apoio do BNDES como salvaguarda, mostrar se o projeto de expansão do grande capital de empresas privadas brasileiras como as já mencionadas é sustentável no longo prazo e sem o suporte constante do Estado brasileiro e, acima de tudo, trazer o retorno aguardado nas melhorias que deveriam ser prioridade, neste caso, das relações Brasil-Peru, seja em infraestrutura ou na dinamização da economia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, P. C. Reforma do Código Florestal. Âmbito Jurídico, **Ambíto Jurídico,** 2012. Disponível em: https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito--ambiental/reforma-do-codigo-florestal/. Acesso em: 30 abr. 2017.

AMAYO ZEVALLOS, E. Da Amazônia ao Pacífico cruzando os Andes. **Revista Estudos Avançados,** São Paulo, v. 7, n. 17, p. 117-169, 1993.

ANAYA, M. Petrobras confirma venda de ativos no Peru para chineses. V**alor Econômico,** São Paulo, 13 nov. 2013.

ASSIS, J. C. **A chave do tesouro:** anatomia dos escândalos financeiros, Brasil 1974-1983. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

BRASIL. BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: www.bndes.gov.br. Acesso em: 15 abr. 2017.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. **Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providência.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em: 04 fev. 2020

BRASIL. **Ministério das Relações Internacionais.** Disponível em: www.mre.gov.br. Acesso em: 20 abr. 2017.

BRASIL. **Processo Judicial N. 5002816-42.2015.4.04.7000/PR** de 16 mar. 2017. Justiça Federal, 14ª Vara Federal de Curitiba. 2017.

CAMPOS, P. H. P. Semeando gigantes: centralização de capitais e diversificação das atividades das empreiteiras brasileiras no final da ditadura civil-militar. **Lutas Sociais,** São Paulo, n.25/26, p.72-87, 2010.

COLÔMBIA. Ministerio de Minas y Energía. Direción de hidrocarburos, Sistema de Información Energética. **Producción Fiscalizada de Petróleo por Empresa (barriles por día calcalendário-BPDC).** Disponível em: http://www.minminas.gov.co/documents/10180/478758/Produccio n+de+Cru-

do+por+Empresa+@%2030-Jun-2012.pdf/f43e49c9-866d-4d27-974f-d-08c7b3692bb . Acesso em: 12 mar. 2013.

CURRARINO, A. Al menos once derrames de petróleo en la Amazonía desde el 2010. **Jornal El Comercio,** 15 feb. 2016. Disponível em: http://elcomercio.pe/sociedad/amazonas/al-menos-once-derrames-petroleo-amazonia-desde--2010-noticia-1879117. Acesso em: 28 abr. 2017.

DOUROJEANNI, M.; BARANDIARÁN, A.; DOUROJEANNI, D. **Amazonía peruana em 2021** – explotación de recursos naturales e infraestructuras: ¿ Qué está passado?¿ Qué es lo que significan para el futuro? Peru: Pronaturaleza, 2009.

ESTRADA Interoceânica: os impactos sociais sobre as cidades da região. **O Estado de São Paulo,** 23 out. 2012. Disponível em: http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,estrada-interoceanica-os-impactos-sociais-sobre-as-cidades--da-regiao,131992e. Acesso em : 20 Abr. 2017.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACIÓN. **Leyes forestales en América del Sur.** Santiago: Oficial Florestal, 2010. Disponível em: www.fao.org. Acesso em: 20 maio 2013.

GARCIA, E. Odebrecht concretó la compra de Kuntur para el gasoducto del sur. **Revista Gestión,** 25 abr. 2011, Lima. Disponível em: http://gestion.pe/noticia/747824/odebrecht-concreto-compra-kuntur-gasoducto-sur . Acesso em: 12 mar. 2013.

GREENPEACE. **Afarra do boi na Amazônia.** São Paulo: Greenpeace, junho de 2009.

GUIMARÃES, S. F. A internacionalização do BNDES. **Revista do BNDES,** n. 42, dez. 2014. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/3321/1/RB%2 042%20A%20internacionalização%20do%20BNDES_P.pdf . Acesso em: 25 abr. 2017.

HARDOON, D.; HEINRICH, F. **Bribe Payers Index 2011.** Berlin: Transparency International, 2011.

HOETMER, R. et.al. **Minería y territorio en el Peru:** conflictos, resistencias y propuestas en tiempos de globalización. Lima: Biblioteca Nacional del Peru, 2009.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil.** 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

KILLEEN, T.J **A perfect storm in the Amazon wilderness: development and conservation in the context of the initiative for the integration of the regional infrastructure of South America (IIRSA).** Arlington, VA: Conservation International, 2007.

LESSA, R. **Amazônia:** as raízes da destruição. 3. ed. São Paulo: Atual, 1991.

MANETTO, F. Aliança do Pacífico incorpora mais quatro países. **El País,** 01 jul. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/01/internacional/1498863 536_644235.html. Acesso em: 06 jul. 2017.

MEDEIROS, E.; FONSECA, B. Bíblia, boi e bala: um raio-x das bancadas da Câmara. **Revista Exame,** 29 mai. 2017.

OCHOA, R. **Fue Fujimori quien suscribió IIRSA con Brasil en el 2000** (entrevista a Jaime Roberto Llosa Larrabure). La República, Lima, 19 Feb. 2017. Disponível em: http://larepublica.pe/impresa/politica/849754-fue-fujimori--quien-suscribio-iirsa-con-brasil-en-el-2000 . Acesso em: 20 abr. 2017.

THE ECONOMIST. **Pocket World in Figures 2013 Edition.** United Kingdom: MacGuru Ltd., 2013, p. 53.

TOLA, R. Justiça peruana emite novo mandado de prisão contra Alejandro Toledo. **El País,** Lima, 19 abr. 2017. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/18/internacional/14925242 36_998264.html . Acesso em: 27 abr. 2017.

URRUTIA, E. R. **Empresas multinacionales latinoamericanas. Los casos de Brasil y Chile:** políticas públicas y transformación productiva, n. 15. Caracas: Editora CAF, 2014.

Este livro foi editorado com as fontes Crimson Text e Roboto.
Publicado on-line em: https://repositorio.ufms.br